

João Carlos Escosteguy Filho

Ricardo Salles

Volume 1

História da Historiografia Brasileira





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da historiografia brasileira

Volume 1

João Carlos Escosteguy Filho

Ricardo Salles



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

João Carlos Escosteguy Filho

Ricardo Salles

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

COPIDESQUE

Equipe Cederj

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godói

Elaine Bayma

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Juliana Vieira

Ricardo Polato

Patrícia Seabra

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

E74h

Escosteguy Filho, João Carlos.
História da historiografia brasileira v. 1. / João Carlos Escosteguy
Filho, Ricardo Salles. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.
225 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-912-2

1. História. 2. Historiografia brasileira. I. Salles, Ricardo. 2. Título.

CDD: 981

2013.2/2014.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 1	– História da historiografia brasileira: definições	7
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Aula 2	– A formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil I (1808-1838)	33
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Aula 3	– A formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil II (1838-1857)	67
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Aula 4	– Abordagens historiográficas em transformação: Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu	103
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Aula 5	– Interpretações do Brasil 1: Oliveira Vianna e Gilberto Freyre	141
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Aula 6	– Interpretações do Brasil 2: Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior	167
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Aula 7	– Interpretações do Brasil 3: Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro	195
	João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles	
Referências		219

Aula 1

História da historiografia brasileira: definições

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar a disciplina História da Historiografia Brasileira, a partir de dois eixos centrais: o significado do termo “historiografia” e o significado do estudo da história da historiografia, produzida no e sobre o Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a pluralidade de significados para o termo “historiografia”;
2. avaliar o papel da historiografia na produção do conhecimento histórico;
3. identificar as dificuldades na definição do que constitui a “historiografia brasileira”.

Pré-requisitos

Embora o curso não tenha pré-requisitos, é desejável que você já tenha cursado e compreendido anteriormente as disciplinas Teoria da História e Historiografia Contemporânea, já que nos remeteremos a ambas ao longo das aulas.

INTRODUÇÃO

A primeira aula da disciplina Historiografia Contemporânea apresenta a história da historiografia como o estudo do produto acabado, da obra de História finalizada pelo historiador. O estudo dessa obra acabada passa por três desafios:

O primeiro é criar uma referência para selecionar obras que sejam essenciais à compreensão do estudo da trajetória da ciência histórica; o segundo desafio é compreender os critérios que explicam as transformações e as permanências na história da disciplina histórica; o terceiro desafio é relacionar o produto do historiador à sociedade em que ele vive.

No caso desta disciplina, História da Historiografia Brasileira, acrescentaremos mais dois desafios: o primeiro é definir, um pouco mais particularmente, o que vem a ser o termo “historiografia”, de acordo com seu emprego nesta aula; o segundo é buscar perceber o que a própria historiografia brasileira pode ter de específico, que justifique a qualificação “brasileira”. Veremos cada um deles separadamente.

Historiografia: definições

Para começar, precisaremos fazer uma pequena digressão. No primeiro volume de sua trilogia sobre Teoria da História, Jörn Rüsen define aquilo que chama de “matriz disciplinar” da História. Essa “matriz” equivale a “os fundamentos e os princípios da ciência da história” (RÜSEN, 2001, p. 29). Em outras palavras, trata-se, para Rüsen, de buscar os elementos básicos que constituem a História como ciência. Os elementos que abordam a História enquanto disciplina como forma de se produzir um conhecimento *real*. É o procedimento completo que vai do início ao fim da produção do conhecimento histórico.



Jörn Rüsen

De acordo com o professor Pedro Spinola Pereira Caldas, Jörn Rüsen é “um dos grandes nomes da teoria da história em nossos dias” (CALDAS, 2008, p. 1). Rüsen nasceu em Duisburg, Alemanha, em 1938. Foi professor nas universidades de Bochum e Bielefeld e presidente do Instituto de Ciências da Cultura, localizado na cidade alemã de Essen.

A principal obra de Rüsen traduzida no Brasil é sua trilogia cujo nome já indica do que se trata (*Teoria da História*). Os três volumes são: *Razão histórica* (2001), *Reconstrução do passado* (2007) e *História viva* (2007), lançados originalmente em alemão, nos anos de 1983, 1986 e 1989, respectivamente. Uma boa resenha dessa trilogia de Rüsen pode ser encontrada no texto já citado do professor Pedro Caldas, intitulado “A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen”, disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/RESENHA_01_PEDRO_SPINOLA_PEREIRA_CALDAS.pdf.

A obra de Rüsen constitui reflexão essencial para todos aqueles que se interessam pela discussão dos fundamentos teóricos do trabalho do historiador.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/20/R%C3%BCsen2.jpg>

Essa “matriz disciplinar” da História divide-se ainda, segundo o autor alemão, em cinco fatores, os quais interagem entre si para formar o conjunto dos fundamentos da ciência histórica. Esses fatores – alguns dos quais, partindo da vida prática, cotidiana; outros, da própria área científica – são: interesses, ideias, métodos, formas de apresentação e funções de orientação existencial. Resumidamente, trata-se do seguinte:

1. Interesses são as “carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo”, que exigem o pensamento histórico como forma de buscar, no passado, orientação para as inquietudes do presente (RÜSEN, 2001, p. 30). Ou seja, para Rüsen todo trabalho de historiador começa com interesses que nascem no presente e geram angústias, cujas resoluções encontram-se na busca pelo passado.

2. Ideias são “pontos de vista supraordenados acerca do passado, no âmbito do qual este se constitui e é reconhecido como ‘história’” (RÜSEN, 2001, 31). Em outras palavras, as ideias são, para Rüsen, “critérios de sentido” que servem para ordenar os significados produzidos no estudo do passado. É preciso que o passado faça sentido para aqueles que o estudam. O passado não teve sempre o mesmo significado de “História” para os seres humanos.

3. Os métodos são o conjunto de práticas que permitem transformar as ideias acerca do passado, nascidas dos interesses do presente do historiador, em conhecimento especificamente científico. O conhecimento do passado só pode ser considerado científico, mediante “pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico” (RÜSEN, 2001, p. 33).

4. Esse conhecimento histórico, depois de ser produzido, deve, para Rüsen, exprimir-se “na historiografia, para a qual as *formas de apresentação* desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos de pesquisa” (RÜSEN, 2001, p. 33-34). Esse ponto será o foco desta nossa aula.

5. Por fim, o conhecimento histórico, para Rüsen, nesta última etapa cumpre funções de orientação existencial na medida em que o conhecimento do passado serve a uma atuação no presente, fechando o ciclo das etapas da produção do conhecimento histórico.

Esse breve resumo certamente não foi suficiente para compreender a complexidade do pensamento do historiador alemão. Mas fica a dica: a leitura da obra de Rüsen, embora possa parecer um tanto difícil no início, é extremamente valiosa para refletirmos sobre nossa prática como historiadores. Além disso, é sempre bom irmos além das aulas aqui expostas e procurarmos, na medida do possível, os autores nos quais nos inspiramos.

Por ora, vamos focar, para nossos objetivos, em apenas um dos cinco fatores: o quarto, aquele que se refere às “formas de apresentação”. É desse fator específico que trataremos nesta aula.

As formas de apresentação, incluídas por Rüsen no rol de fundamentos da construção do conhecimento histórico, exprimem-se, segundo o próprio autor, na *historiografia*. Aí “desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico, regulados metodicamente”. Para Rüsen: “Deve-se atribuir às formas de apresentação uma função tão fundamental quanto a que se atribui aos interesses, às ideias e aos métodos” (Idem, p. 34).

Por que, para Rüsen, as formas de apresentação são tão importantes? Por que a historiografia adquire, na concepção do autor alemão, um tão alto valor na construção do conhecimento histórico?

Antes de responder a essas perguntas, precisamos definir o que estamos entendendo por “historiografia”. Segundo a historiadora Marie-Paule Caire-Jabinet,

Este vocábulo [historiografia] possui diversas acepções. Tendo surgido no século 19, (...) ele significa, conforme os casos: a arte de escrever a história, a literatura histórica ou, ainda, a “história literária dos livros de história” (LITTRÉ, 1877). Ele pode, conforme o contexto, referir-se às obras históricas de uma época, às obras dos séculos posteriores sobre essa

época ou ainda à reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história. O termo “historiografia” talvez seja ainda mais ambíguo do que o vocábulo “história” (CAIRE-JABINET, 2003, p. 16).

Nota-se, portanto, que a palavra “historiografia” abarca múltiplas definições. O que estamos, então, aqui entendendo por “historiografia”?

Ficaremos, nesta e nas aulas futuras do curso, com a dupla definição mais corrente, inclusive oferecida pelo *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*:

- 1) “Arte de escrever a história”;
- 2) “Estudo crítico acerca dos historiadores”.

Dessa forma, abordaremos a historiografia tanto como a “forma de apresentação” destacada por Rüsen, fundamental para a construção da História, quanto como a “história da história” (CAIRE-JABINET, *idem*), história das formas de apresentação ao longo do tempo.

Num primeiro momento, entender “historiografia” em seu sentido mais amplo, ou seja, como “escrever história” (MALERBA, 2006, p. 21), permite-nos compreender melhor a pergunta levantada anteriormente: por que a historiografia adquire, na concepção de Rüsen, um tão alto valor na construção do conhecimento histórico? Rüsen dá grande valor à historiografia porque, para ele, escrever História é articular os vários momentos da pesquisa histórica aos modos finais de organização do pensamento e da reflexão. Escrever História é, assim, aplicar um método a uma determinada concepção de mundo, a fim de aceitar a História como viés explicativo do mundo em que vivemos, das nossas necessidades. “Escrever História” é importante porque é o momento em que colocamos no papel a síntese de todo o processo de construção do conhecimento histórico; é o momento em que afirmamos a importância da História como ferramenta de compreensão do nosso papel no mundo.

Poderíamos dizer que Rüsen percebe o ser humano como um “animal histórico” – tal como, para Aristóteles, o homem seria um “animal político” – que busca na História um significado para suas ações no mundo. Segundo o autor alemão,

O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de tal forma que possa realizar as intenções do seu agir (RÜSEN, 2001, p. 58).

Para Rüsen, os seres humanos buscam apreender o mundo em que vivem a partir das necessidades e das angústias de seu presente, por meio de uma determinada “consciência histórica”, entendida por ele como “a realidade, a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (idem, 56). É, para o autor, o “trabalho intelectual, realizado pelo homem, para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo” (ibidem, 59). A consciência histórica é a forma difusa pela qual a experiência dos humanos com o tempo torna-se possível e desejável, e é a partir dessa forma difusa que outras formas de organização – científicas – são possíveis. Voltamos, aqui, à importância da escrita da História como síntese do pensamento que inicia sua investigação do passado, a partir da “consciência histórica” do presente.

Qual é, portanto, o papel da historiografia, como “escrita da História”, nesse processo? É a historiografia que confere ao conhecimento do passado sua organização final, seu acabamento. A historiografia, ou seja, a análise histórica, escrita e trabalhada, permite a compreensão do passado para além da mera consciência histórica difusa. Permite uma elaboração superior, uma reflexão mais complexa e uma direção mais firme para o conhecimento do passado. É a historiografia que permite o que outro importante historiador, François Hartog, chama de “regime de historicidade”, ou seja, “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro” (HARTOG, 2006, p. 16). É a historiografia que capacita o ser humano para essa articulação

temporal necessária à compreensão do seu papel no mundo. Sem a “escrita da História”, não seria possível a compreensão dos processos históricos que transformam, continuamente, presente em passado, e vice-versa.

Para Rüsen, é por meio da *narrativa* que se torna possível obter um “resultado intelectual, mediante o qual e no qual a consciência histórica forma-se e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico” (RÜSEN, 2001, 61). A narrativa dá forma e dirige a consciência histórica rumo a um resultado capaz de realizar as aspirações e os interesses humanos a respeito do passado.

É assim que podemos entender o papel da “historiografia”, entendida como “escrita da História”, na produção do conhecimento histórico. Mas isso não basta. Precisamos, agora, voltar à segunda definição de “historiografia”: “história das formas de apresentação ao longo do tempo”.

Por que seria essencial entender a própria “escrita da História” como dotada de temporalidade, isto é, como passível de mudanças ao longo do tempo? A resposta não poderia ser diferente: compreender as mudanças por que passou a historiografia ajuda-nos a entender não apenas o ofício do historiador, sua prática, suas formas de construir o saber sobre o passado, mas nos ajuda igualmente a entender as mudanças por que a “consciência histórica” de cada época passa. Ajuda-nos a entender as transformações que a visão sobre a História sofre. Esse é o sentido de uma “história da historiografia”: compreender que a própria historiografia tem uma historicidade, que muda com o tempo, que cada época compreende um tempo passado de forma diferente. “É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica” (MALERBA, 2006, p. 17).

Resta dizer que nosso foco, neste curso, é uma “história da historiografia brasileira”. Iremos, assim, trabalhar com alguns autores considerados essenciais para a compreensão das estruturas

de pensamento da historiografia nacional. Esses autores são considerados clássicos porque devem ser constantemente revisitados e revistos à luz de outras obras e de outras temporalidades. Compreender as mudanças e as permanências ao longo das diferentes trajetórias das “formas de apresentação” historiográficas brasileiras significa compreender melhor não apenas as formas de escrita da História em cada tempo, mas, principalmente, ajuda-nos a refletir melhor sobre nosso próprio caráter nacional.

Mas, claro, para isso precisamos ainda discutir as imbricações entre historiografia e nação. E precisamos tentar uma definição para o que consideraremos “brasileira” no título “Historiografia brasileira”. É o que faremos após a atividade.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. a) Por que podemos afirmar que a palavra “historiografia” possui vários significados?

b) A partir do estudado sobre o pensamento de Jörn Rüsen, explique a importância que a historiografia, tal como entendida nesta aula, tem na produção do conhecimento histórico.

Resposta Comentada

a) Podemos afirmar que a palavra “historiografia” possui vários significados, porque a própria palavra tem uma história, transformando-se com o passar do tempo. Além disso, a palavra “historiografia” pode tanto referir-se à escrita da História como à reflexão sobre as transformações dessa escrita, ao longo do tempo. Historiografia pode referir-se, ainda, ao conjunto de obras sobre determinada temática histórica.

b) Para Rüsen, a historiografia é parte essencial da produção do conhecimento histórico, pois é a etapa que compreende as “formas de apresentação” da pesquisa. Sem o devido cuidado com a apresentação dos resultados, o conhecimento histórico não pode cumprir sua função essencial de responder às inquietudes que o presente provoca no historiador. A historiografia, dessa forma, abarca a síntese do conhecimento histórico, produzido acerca de determinado tema, sendo, por isso, fundamental em todo o processo.

Historiografia brasileira: definições

Vimos anteriormente duas formas possíveis de entender o termo “historiografia”: como escrita da História e como estudo das formas de se escrever a História, ao longo do tempo. Vamos nos ater à segunda forma neste momento. De acordo com a historiadora Lúcia Paschoal Guimarães, a expressão “história da historiografia”,

segundo as indicações, apareceu primeiro em Hegel, nas suas *Lições sobre a filosofia da história* (GUIMARÃES, 2011, p. 20). Nesse momento, porém, a história da historiografia ocupava um terreno secundário em relação aos estudos históricos, mais preocupados com a erudição e a reconstrução objetiva dos fatos. Somente no início do século XX, a historiografia começou a surgir como campo autônomo de estudos (GODOY, 2009, p. 67).

Em relação ao Brasil, a questão ganha contornos específicos. Pensar a história de nosso país é parte integrante da elaboração de um pensamento social brasileiro próprio. Bernardo Ricúpero, ao retomar à indagação de Raymundo Faoro acerca das linhagens do pensamento político brasileiro (“existe um pensamento político brasileiro?”), escreveu: “não é evidente que um país como o Brasil seja capaz de criar um pensamento político e social que dê conta de suas condições particulares” (RICÚPERO, 2008, p. 31). Podemos ampliar essa citação e questionar: será evidente que um país como o Brasil possua uma tradição historiográfica que dê conta de suas particularidades?

A resposta é: não, não é evidente. Por isso, faz-se necessário um trabalho de crítica que busque, no conjunto de textos sobre o Brasil, aqueles que incluam a preocupação com o passado como instrumento indispensável do ato de conhecer-nos. Só faz sentido questionarmos nossa produção historiográfica se admitirmos que pensar a história da história do Brasil significa refletir sobre nossa própria formação como país, como povo, como nação. Por isso, tentaremos ampliar a noção de historiografia para além do meramente acadêmico, ou estritamente “científico” (no sentido de “ciência histórica”, isto é, busca pelo conhecimento do passado, a partir de uma metodologia que possa ser considerada científica). Não nos limitaremos à historiografia do Brasil, produzida nas universidades ou nos institutos históricos. Não podemos nos ater ao sentido estrito do termo “historiografia” não podemos nos limitar somente à parcela de estudos históricos, produzida pelos historiadores de formação. Se assim procedêssemos, nossa análise da produção historiográfica brasileira seria parcial.

Iniciaremos, assim, antes do momento que Lúcia Guimarães identifica como possivelmente “a primeira tentativa de exame crítico” da historiografia brasileira: a obra de Alcides Bezerra, autor da conferência “Os historiadores do Brasil no século XIX”, de 1927 (GUIMARÃES, 2011, p. 22). Para José Honório Rodrigues, o “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, escrito por Capistrano de Abreu, em 1878, e “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” (1951), de Sérgio Buarque de Holanda, teriam sido “precursores da história da História do Brasil, por serem, em sua visão, as primeiras análises críticas de nossa produção historiográfica” (PEREIRA; SANTOS, 2010, p. 31). Em que pese o valor inegável desses marcos, consideramos necessário voltar no tempo e analisar a historiografia brasileira como uma tradição construída em uma perspectiva mais longa.

Logicamente, precisamos definir o que entendemos por “historiografia brasileira”. Não podemos considerar qualquer escrito, elaborado no Brasil acerca do seu passado como exemplo de “historiografia brasileira”. Precisamos lembrar, de acordo com Godoy (2009, p. 70), na crítica que faz à obra de Francisco Iglésias sobre os historiadores do Brasil, que a definição de “historiografia brasileira” deve levar em consideração certos pontos fundamentais:

Brasil aqui significa um lugar ou um tema? Compõe a historiografia brasileira aquele conjunto de obras e autores cujas pesquisas e estudos dedicam-se a decifrar aspectos e problemas da realidade brasileira, independente do seu lugar de origem; ou aquele conjunto de autores de nacionalidade brasileira, mas cujos temas e campos de trabalho dizem pouco respeito à história do Brasil?

Conforme veremos nas Aulas 2 e 3, a historiografia brasileira, em nossa concepção, dá seus primeiros passos num contexto de busca pela afirmação do Estado Nacional, em pleno século XIX. Abordaremos a historiografia brasileira desde seus momentos iniciais, num contexto em que a história nacional é alçada à referência acerca do que se deve lembrar e do que deve ser esquecido; construção identitária que serve de guia à construção do sentimento nacional.

Abordar assim o tema da historiografia brasileira permite-nos evitar, desde já, o outro problema apontado por Godoy, que se refere à decisão de incluir ou não autores e cronistas coloniais no conjunto da historiografia nacional. Ora, uma vez que consideraremos o sentimento nacional como algo construído ao longo do século XIX, deixaremos de fora de nossas aulas autores como Pero Vaz de Caminha, cuja famosa carta ainda hoje é considerada por muitos a “certidão de nascimento” do Brasil, ou outros autores, chamados “coloniais”, que escreveram sobre e descreveram em detalhes a colônia portuguesa nas Américas: frei Vicente do Salvador, Pero Magalhães Gândavo, André João Antonil etc.



A carta de Caminha

Uma rápida pesquisa no Google indica o peso que a carta de Caminha ainda tem na memória nacional. É imensamente comum considerá-la a certidão de nascimento do país, o que implica estabelecer uma linha entre a terra a que os portugueses chegaram e nosso país atual. Incorre-se, assim, simultaneamente num anacronismo e num eurocentrismo, já que a terra “nasce”, a partir da chegada dos portugueses. No polo oposto, com o intuito de evitar tal eurocentrismo, não é raro encontrarmos, inclusive em livros didáticos, capítulos dedicados aos verdadeiros “primeiros habitantes do Brasil”. Em ambos os casos, o anacronismo, que enxerga um Brasil onde tal construção não poderia existir, une-se a uma teleologia que vê no sentimento nacional um destino inevitável para nosso país.

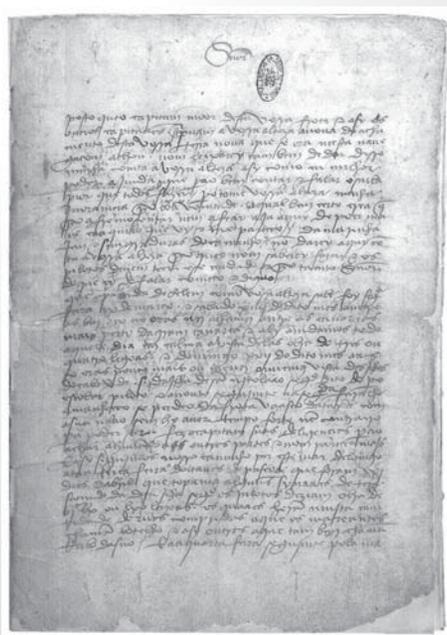


Figura 1.1: Reprodução da carta de Pero Vaz de Caminha.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/Carta-caminha.png>

Procuraremos, no início das nossas aulas, abordar a historiografia brasileira fora do rigor acadêmico da “ciência histórica”, mas manteremos a preocupação em circunscrever tal historiografia aos laços da construção do Estado-nação brasileiro. Entendemos que tal processo realizou-se a partir do século XIX, especialmente impulsionado após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, conforme trataremos no futuro.

Uma outra questão que concerne aos estudos sobre historiografia brasileira diz respeito à periodização. Essa é outra vereda complicada e não faremos mais do que, nesse momento, apontar algumas das dificuldades. Francisco Iglésias, na obra mencionada, divide os estudos de historiografia brasileira em três momentos: de 1500 a 1838, de 1838 a 1931 e de 1931 aos dias atuais. O primeiro momento refere-se, na obra do historiador, ao predomínio dos autores e cronistas coloniais, incluídos por ele no rol da historiografia nacional (e desconsiderados nessas aulas, conforme

expusemos, a não ser pelos anos finais do período, já no século XIX). O segundo momento refere-se ao que identifica como predomínio e influência do IHGB e de sua matriz historiográfica conservadora. Por fim, a partir de 1931, com a reforma educacional proposta por Francisco Campos, Iglésias enxerga uma mudança, com a criação e a expansão de faculdades.

Essa não é nem de longe a única periodização. Outros autores refletiram sobre nossa tradição historiográfica e chegaram a conclusões distintas. Para ficarmos com dois exemplos, podemos indicar o já citado trabalho de Lúcia Guimarães e o trabalho dos professores José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha.

Lúcia Guimarães estende a era de influência do IHGB até 1961, por considerar tanto que as reformas de Francisco Campos demoraram a criar uma tradição historiográfica própria quanto que a era Vargas criou uma cultura histórica própria que não merece ser dissolvida no terceiro momento, apontado por Iglésias. Na abordagem da autora, 1961 merece ser considerado um marco, pois é simultaneamente o ano da primeira reforma educacional pós-Vargas e o ano do Primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, que levou à fundação da Anpuh.



Anpuh

Em 19 de outubro de 1961, foi fundada, na cidade de Marília, estado de São Paulo, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia não acadêmica e autodidata, ainda amplamente majoritária à época.

Atuando desde seu aparecimento no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em História, a ANPUH foi aos poucos ampliando sua base de associados, passando a incluir professores dos Ensinos Fundamental e Médio e, mais recentemente, profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados, e em instituições de patrimônio e memória, espalhadas por todo o país. O quadro atual de associados da ANPUH reflete a diversidade de espaços de trabalho hoje ocupados pelos historiadores, em nossa sociedade. A abertura da entidade ao conjunto dos profissionais de História levou também à mudança do nome que, a partir de 1993, passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo o acrônimo que a identifica há mais de 40 anos.

A cada dois anos, a ANPUH realiza o Simpósio Nacional de História, o maior e mais importante evento da área de História no país e na América Latina. (...) No intervalo entre dois simpósios nacionais, as Seções Regionais organizam seus encontros estaduais.

No estatuto da associação, estão definidos seus propósitos:

Art. 4º. – A presente associação tem por objetivos:

- a. O aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis;
- b. O estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História;
- c. A defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos;
- d. A defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de História;

e. A representação da comunidade dos profissionais de História, perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas.

Art. 5º – Para garantir seus objetivos, a Associação deverá promover o intercâmbio de ideias entre seus associados por meio de reuniões periódicas e publicações, procurando também irradiar suas atividades por meio de suas seções estaduais e regionais.

A ANPUH publica, semestralmente, a *Revista Brasileira de História*, uma das mais respeitadas publicações da área de História no país e, desde 2003, a revista eletrônica *História Hoje*.

Fonte: Informações retiradas do site <http://www.anpuh.org/>

Como segundo exemplo, a obra de Arruda e Tengarrinha (1999) propõe uma outra divisão, em três partes, para a historiografia brasileira:

1. A pré-história da produção histórica no Brasil (1838-1930): Nota-se, pelo nome e pela data, que as obras pertencentes ao período colonial são desconsideradas como produção historiográfica. São, inclusive, descartadas produções das primeiras décadas do século XIX, que, embora ainda fora do contexto de um país independente, procuraram dar sentido à experiência histórica por que passava o Brasil. Além disso, toda a tradição iniciada com o IHGB e que chega à década de 1930 é vista como “pré-história”, ou seja, ainda não conforme os moldes definidos para uma historiografia brasileira legítima.

2. O nascimento da moderna produção historiográfica no Brasil (1930-1970). Para os autores, “encerrada a fase dos historiadores eruditos/autodidatas, era a vez dos historiadores do saber específico, pesquisadores e professores formados nos quadros universitários” (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 41).

Nesse momento ainda, aparecem “pensadores do velho estilo”, porém extremamente inventivos, “alguns geniais mesmo”, ao lado das primeiras gerações dos formadores das primeiras grandes universidades brasileiras (USP, criada em 1934, e Universidade do Distrito Federal, de 1935, posteriormente transformada em Universidade do Brasil).

3. Por fim, o terceiro período é o da consolidação da moderna produção historiográfica no Brasil (1970-1998), marcada pela ditadura civil-militar e por debates centrados nas chamadas “questões nacionais”: capitalismo, escravismo, industrialização, burguesia, desenvolvimento, subdesenvolvimento, modos de produção etc. É nesse período, segundo os autores, que cresce a influência dos historiadores franceses da segunda geração dos *Annalles*. É também o momento da expansão universitária, especialmente com a perda de hegemonia da produção uspiana, e ascensão de pesquisas históricas regionais. Também identificam os autores desse período com o deslocamento de temáticas econômico-político-sociais para o campo da cultura. É, por fim, um momento de expansão dos programas de pós-graduação e das agências de financiamento, auxiliando a explosão da produção de teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história do Brasil.

Como podemos perceber, definir o que é historiografia brasileira ou organizar em períodos sua história é tarefa permanente que requer muita reflexão. Está longe de ser simples. A construção dos marcos depende muito das concepções do autor acerca do que são a história, a historiografia e o Brasil.



Atende ao Objetivo 3

2. Vimos nesta aula as dificuldades que a expressão “historiografia brasileira” nos provoca, a começar pelo próprio nome (“historiografia” e “brasileira”). Aponte e explique quais são essas dificuldades.

Resposta Comentada

Os principais problemas na expressão “historiografia brasileira” referem-se ao seu nome: Em primeiro lugar, a definição do que é “historiografia”: se é qualquer estudo sobre o passado ou deve-se restringir somente a estudos pautados por métodos científicos. Se for uma definição mais específica, a “historiografia” poderá ficar restrita aos círculos universitários e dos institutos históricos. Se for larga demais, a definição poderá abarcar interpretações sobre o passado sem qualquer base científica.

A definição do que é “brasileira”. Como vimos, alguns historiadores recuam a historiografia brasileira até o período colonial, não obstante o sentimento nacional ser algo construído somente a partir do século XIX. Outros historiadores definem como “brasileira” apenas a produção dos nascidos no Brasil, desconsiderando os brasilianistas que, não obstante sejam estrangeiros, foram fundamentais para o avanço dos estudos históricos sobre o Brasil.

CONCLUSÃO

Podemos perceber, ao final desta aula, a série de dificuldades que estão no caminho de quem se aventura no estudo da história da historiografia brasileira.

Podemos concluir estas primeiras pedras do caminho com uma última reflexão. Como em todo curso, a seleção dos conteúdos a serem trabalhados envolve uma enorme carga de subjetividade. Que autores incluir numa matéria como esta? Que autores deixar de fora? Quaisquer que sejam nossos critérios, será impossível abarcar a totalidade de influências e criações que dão consistência à nossa tradição historiográfica. Não podemos esquecer que este é um curso introdutório; o tema da historiografia é um campo de estudos, por definição, inesgotável. Que autores, então, deverão compor nossas aulas?

Alguns nomes são já considerados “clássicos” na nossa historiografia e dificilmente ficam de fora de algum curso do tipo. Outros nomes, menos famosos, porém igualmente fundamentais, acabam sendo trabalhados somente em cursos específicos. Resolvemos organizar este curso baseando-nos na ideia de um equilíbrio entre “monstros sagrados” e autores menos consagrados. Também baseamo-nos em divisões temáticas.

Uma rápida visita a ementas de cursos de historiografia da UFRJ, UFMG e USP, para ficar em apenas três exemplos, revelam-nos a recorrência dos nomes famosos: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Varnhagen... São exemplos de autores que buscaram construir um pensamento sobre o Brasil, em diferentes momentos, e que se tornaram indispensáveis nos cursos de historiografia.

Outros autores, como Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Raymundo Faoro, José Honório Rodrigues, Oliveira Vianna, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, embora menos citados como pais

fundadores de uma historiografia nacional, não poderiam ficar de fora de um curso que pretende introduzir os alunos a um panorama da produção historiográfica brasileira.

Na avaliação dos temas a serem trabalhados, faz-se presente a influência da expansão universitária, na segunda metade do século XX. Abordaremos escritos sobre a historiografia da escravidão, o Brasil colonial, a formação do Estado imperial brasileiro, a República e o Brasil pós-Vargas, incluindo os anos da ditadura militar. Esta seleção temática é igualmente subjetiva, sendo produto de nossa interpretação acerca de temas essenciais para uma compreensão da formação de nosso país. Voltando a Rüsen, autor com que abrimos esta aula, se o estudo de nossa história não servir a uma melhor compreensão de nossa inserção no mundo, então ela perde completamente seu sentido.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Explique, de acordo com o estudado nesta aula, o significado do trecho a seguir:

O caráter autorreflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das ciências humanas. (...) Não nos é dado supor que partimos de um "ponto zero", decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é a sua própria historicidade, temos de nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico (MALERBA, 2006, p. 15).

Resposta Comentada

○ texto de Jurandir Malerba aponta para algo essencial que sublinhamos nesta primeira aula: a historiografia possui uma historicidade própria e seu estudo deve sempre ser pautado pela reflexão e crítica indispensáveis ao historiador.

○ estudo da historiografia abre um campo de possibilidades para reflexão sobre o próprio ofício do historiador. Permite-nos traçar os limites e as possibilidades do estudo da História. Permite-nos dialogar com tradições diferentes de análise do passado. Possibilita-nos, enfim, inserir-nos nas correntes que nos precederam e perceber que nosso próprio trabalho está indubitavelmente fadado a ser superado por estudos futuros.

○ trecho permite-nos, ainda, pensar sobre a relação que devemos manter com a historiografia. São comuns modismos que procuram desconsiderar obras já produzidas. Em nome do “novo”, do “atual”, clássicos são ignorados e classificados como “ultrapassados”. Nosso ofício está sujeito a tendências que procuram sublinhar a novidade e desprezar a leitura do que foi escrito. ○ texto de Malerba alerta-nos para o necessário diálogo a ser mantido junto às gerações passadas. Se pretendemos ter um conhecimento “superior” do passado, posto que temos uma perspectiva histórica que os coevos não tinham, não podemos, por outro lado, achar que nossa produção será “a” História, “a” realidade. Estamos, como dito, inseridos na própria historicidade.

Nunca partimos de um “ponto zero”. Somos sempre tributários de gerações anteriores e, por isso, o cuidado com os estudos historiográficos é parte inseparável de nossa formação como historiadores.

RESUMO

Esta primeira aula procurou apontar os principais problemas acerca da expressão “historiografia brasileira”. Buscamos traçar algumas definições iniciais com o intuito de apontar o caminho das pedras para o estudo de temática tão importante quanto complexa.

O próprio termo “historiografia” guarda uma série de problemas, podendo ter vários significados possíveis, de acordo com o uso que o historiador faz dele. No sentido de “escrita da História”, precisamos lembrar que a historiografia é uma dentre várias formas possíveis de se utilizar o passado como objeto de estudo. Definir o que constitui ou não “historiografia” é um primeiro passo para sua pesquisa.

O termo “brasileira” não é mais simples. O que é o Brasil? O que define o “ser” brasileiro? São perguntas complicadas, cujas respostas só podem ser encontradas na articulação entre o estudo dos termos e a pesquisa histórica.

As dificuldades na definição da expressão “historiografia brasileira” refletem-se no recorte de sua periodização. Alguns autores recuam a origem da historiografia para a época colonial. Outros preferem considerar que a historiografia brasileira surge com a fundação do Estado Nacional. Há ainda os que indicam a existência da historiografia brasileira apenas a partir do século XX.

Trata-se, em suma, de uma área ainda pouco explorada no Brasil em termos de estudos. É um campo que tem ainda um gigantesco potencial futuro de desenvolvimento.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, começaremos a estudar a formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil.

Aula 2

A formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil I (1808-1838)

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar o início da formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil como elemento inseparável do processo de construção de uma identidade nacional no Império do Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as mudanças na forma de se conceber a História e as transformações na identidade nacional, na passagem do século XVIII para o XIX;
2. reconhecer as distinções entre a perspectiva de José Bonifácio e a do Visconde de Cairu em relação à História;
3. avaliar a importância que a História adquire para a formação de uma consciência nacional.

Pré-requisitos

Para o pleno aproveitamento desta aula, é desejável que você já tenha cursado e compreendido a disciplina História do Brasil II, em especial as Aulas 1 a 5.

INTRODUÇÃO

Em seu clássico livro sobre as origens do sentimento nacional, o historiador Benedict Anderson dá esta definição para o termo “nação”: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Explicando melhor as razões para tal definição, escreve o seguinte:

a) As nações são comunidades “porque, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”.

b) As nações são soberanas “porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina”.

c) As nações são limitadas “porque mesmo a maior delas (...) possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações”.

d) Por fim, as nações são imaginadas “porque os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.

Esse último ponto da definição é o que mais nos interessa nesta aula. Se as nações são comunidades imaginadas, podemos concluir que a manutenção de sua legitimidade depende da forma como essa imaginação é construída. A coesão de uma nação depende da forma como os membros dessa comunidade imaginada mantêm-se juntos por um sentimento em comum de pertencimento ao mesmo espaço imaginário.

É assim que podemos, então, definir o sentimento nacional: como um sentimento de *identidade coletiva*, identidade esta que, historicamente, foi organizada em torno da instituição dos *Estados nacionais*, especialmente a partir do século XIX. Foi um processo de construção cheio de idas e vindas, e de forma alguma podemos pensar a formação do sentimento nacional como um destino inevitável dos povos.

O primeiro momento de construção das identidades nacionais, *grosso modo* entre as décadas de 1760 e 1830, foi uma época de mudanças aceleradas no curso da história humana. Não à toa, o historiador Eric Hobsbawm chamou esses anos de “Era das Revoluções”, pois foram tempos marcados pelo impacto da “dupla revolução”: a industrial e a francesa (HOBSBAWM, 2010). A Era das Revoluções, na verdade, foi mais ampla e complexa que o foco excessivamente europeu de Hobsbawm deixa perceber. A primeira revolução dessa era, que antecede em mais de 10 anos a Revolução Francesa de 1789, foi a Revolução Americana (1776-1783), que resultou na independência das treze colônias britânicas e na fundação da primeira república territorial representativa e liberal do mundo contemporâneo. Outro acontecimento “periférico” central da Era das Revoluções – este ainda menos reconhecido em sua importância global – foi a Revolução Haitiana, de 1791, ocorrida na colônia francesa de São Domingos. Diretamente ligada aos acontecimentos da Revolução Francesa, ela foi a primeira rebelião escrava vitoriosa da História, que resultou na abolição nacional da escravidão e na fundação do segundo Estado independente da América, o Haiti, em 1804. Todos esses acontecimentos causaram redefinições nos termos utilizados pelos coevos para dar conta das novas experiências históricas, puxando o gatilho de uma série de transformações que mudaria para sempre a história da humanidade, em especial a história do mundo luso-brasileiro, foco de nossa atenção. Uma das principais mudanças desse período diz respeito à emergência dos Estados nacionais, em grande parte do mundo atlântico, no sentido atribuído acima por Benedict Anderson.

Podemos perceber o impacto desses eventos verificando as transformações da palavra “nação”, que sempre foi marcada pela polissemia. Ela designava, originariamente, o lugar de nascimento, os grupos étnicos de origem, ligados pela mesma língua, mesma casta etc. Eram comuns referências às “nações indígenas”, às “nações africanas” e daí por diante. A palavra “nação” também poderia associar-se ao “reino”, identificando os domínios de uma dada monarquia e os povos a ela submetidos. Assim, podemos verificar em um dicionário do padre Raphael Bluteau, publicado em 1716, o exemplo da “nação portuguesa”, composta por vários povos, dentre os quais os “Beirões, Minhotos, Alentejões” etc. (PAMPLONA, 2009, p. 162). “Nação”, aí, liga-se à ideia de “domínio dinástico”.

A “Era das Revoluções”, como expusemos, altera esse cenário e confere à palavra “nação” novas associações e novos significados. Foi de fundamental importância, para essas transformações, a Revolução Francesa, especialmente na associação que faz entre “nação” e “povo”. Nas palavras de Eric Hobsbawm,

Na era das revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser “uma e indivisa” (...). Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva constituía-os como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse a nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa (HOBSBAWM, 2004, p. 31).

Percebe-se, portanto, que as transformações causadas pelas revoluções, especialmente a francesa, trouxeram um elemento novo para o cenário político, que não poderia mais deixar de ser considerado: o corpo dos cidadãos, o “povo”, a “massa” de agentes que, a partir de então, deveriam ser levados em conta nos cálculos políticos dos governantes.

Essas mudanças não cessaram nem após Napoleão. Pelo contrário: A “nação”, de entidade inseparável do “reino”, sob domínio do monarca e de sua dinastia relacionada, passa a significar o conjunto de cidadãos da mesma *civitas*, ou República, unidas por laços comuns (“imaginados”, como definiu Benedict Anderson) e tendo no Estado (compreendido agora como “nacional” e não mais “dinástico”, ou simplesmente “monárquico”) sua expressão concreta. Além disso, em cada nova revolução que estourava no mundo europeu (e mesmo no mundo atlântico), um conjunto cada vez maior de pessoas era chamado ou exigia inserir-se nesse mundo de cidadania. Era um delicado equilíbrio entre as formas de identidade nacional concebidas pelos grupos dominantes, no qual os direitos dos cidadãos deveriam manter o afastamento entre o cidadão *ativo* (titular de todos os direitos) e o *passivo* (excluído de alguns direitos, notadamente o de participação política), e as formas de identidade nacional, concebidas pelos grupos subalternos, não raro herdeiras da tradição jacobina, inaugurada com a fase mais radical da Revolução Francesa. Era preciso, mais do que nunca, elaborar identidades coletivas em torno dos Estados nacionais, capazes de contemplar – ainda que de forma subordinada – esses vários projetos nacionais.

Vários instrumentos foram utilizados para cumprir esse objetivo. Uma das principais ferramentas de elaboração dessas identidades coletivas em torno dos Estados nacionais foi a escrita de uma *história nacional*. A História foi poderosa arma de construção de um passado comum, servindo de elo entre os habitantes pela sensação de pertencimento a uma mesma origem – o que acabava por diluir os conflitos internos e de classe. As histórias nacionais, elaboradas ao longo dos processos de construção das identidades nacionais, buscaram as origens da nação em tempos remotos, cada uma valendo-se de particularidades regionais, linguísticas, artísticas etc. para realizar seu objetivo. Em resumo, as grandes narrativas históricas nacionais foram fundamentais para a formação das consciências nacionais, seja na Europa, seja na América. A elaboração

de historiografias para cada país, dessa forma, foi capaz de ajudar a promover as ligações culturais necessárias para que a identidade nacional superasse – ou, ao menos, subordinasse – as demais formas de identidade a que os seres humanos estão sujeitos (étnicas, regionais, de classe etc.).

A Era das Revoluções é, também, o tempo da crise do Antigo Sistema Colonial e, nesse contexto, a construção da identidade nacional é preocupação fundamental dos dirigentes dos novos países americanos, inclusive no Brasil. Para a construção de tal identidade, no caso do império brasileiro, a busca pela elaboração de uma consciência historiográfica própria será de grande importância.

Nesta aula, veremos o início da formação da consciência histórica, no Brasil do século XIX. Veremos como essa formação não pode ser separada da construção de uma consciência nacional que identificava império, Estado, nação e História como categorias inseparáveis do “ser” brasileiro. Adiantando a conclusão, veremos como a forma de escrita historiográfica do século XIX contribuiu para que um projeto de Estado e nação – um projeto dentre inúmeras outras possibilidades – sobrepujasse seus adversários e se tornasse hegemônico.

Para melhor analisarmos a escrita da história nacional brasileira no século XIX, o que nos levará a seguir as transformações por que passou a palavra “História” e os diversos significados atribuídos à ideia de “nação” no período, precisaremos primeiro analisar os diferentes contextos que vão de meados do século XVIII a meados do século XIX, no mundo luso-brasileiro. Esses diferentes contextos inserem-se no mais amplo leque de transformações por que passa a história atlântica, na mesma época. Trata-se de uma análise sobre a inserção do universo colonial português na Era das Revoluções.

O Brasil e o reformismo ilustrado no Império Português (1750-1808)

Esse primeiro contexto, cujos marcos temporais são o início do reinado de D. José I em Portugal e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, é marcado por uma transformação nas relações entre metrópole portuguesa e colônia brasileira. A segunda metade do século XVIII assiste ao crescimento da importância do Brasil no conjunto do império colonial português. Esse crescimento de importância traduz-se na imensa dependência que Portugal passa a ter dos rendimentos coloniais, chegando-se a dizer, à época, que o Brasil era a “vaca leiteira” de Portugal (pois sem sua colônia na América, Portugal estaria em crise profunda).

Esse crescimento de importância do Brasil significou um novo momento nas relações entre metrópole e colônia. Vários intelectuais luso-brasileiros procuraram desenvolver novas ideias e concepções a respeito do império colonial que resultaram no chamado *Reformismo Ilustrado*. Ou seja, a aplicação de alguns princípios iluministas em busca de uma melhor organização do Império, tanto política quanto economicamente. Essa foi a época do marquês de Pombal, cujas principais inovações na estrutura administrativa portuguesa não se alteraram significativamente após sua saída do governo. Com o objetivo de recuperar a economia do Império Português, foram estimulados produtos, como: linho, anil, arroz e algodão – este último especialmente valorizado, na conjuntura aberta pela Guerra de Independência nos EUA e pelas possibilidades geradas pelo início da Revolução Industrial –, sempre com vistas a recuperar a economia do império (WEHLING; WEHLING, 1999, p. 336).

De acordo com tais princípios do Reformismo Ilustrado, era fundamental agir no sentido de melhorar a aplicação de recursos e a coleta de riquezas. A associação entre conhecimento e poder era crucial naquele momento. Para melhor conhecer o império, uma série de “memórias” foi escrita na segunda metade do século XVIII, sempre com o objetivo de tornar a dominação colonial cada vez mais eficaz. Essas memórias buscavam “olhar” o império.

Eram escritas por intelectuais, viajantes, pesquisadores e cientistas, formados nos princípios da Ilustração portuguesa, e eram dirigidas aos administradores coloniais como ferramenta para informar a sua ação. Devemos ter em mente que o Império Português abarcava um conjunto muito variado de poses e relações culturais, indo de territórios no Oriente (Macau, Índia, Japão etc.) até a América, passando pela África (Congo, Angola, Moçambique etc.). “Olhar”, conhecer e interpretar o império era de suma importância para descobrir suas diferenças, suas particularidades e, com isso, fortalecer o sentimento em comum e o papel metropolitano como cabeça coordenadora de todas as relações.

De todos os administradores imperiais, as principais ideias nessa época vieram de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que, entre 1798 e 1803, iria propor a transferência da capital do Império Português para o Brasil, como parte de um amplo programa de reformas com vistas à revitalização da administração dos domínios coloniais (LYRA, 1994, 61-83). Para dom Rodrigo, reformar o império era indispensável para evitar a influência, considerada perniciosa, das circunstâncias europeias no interior do mundo português. Seria, na sua concepção, uma solução para impedir movimentos coloniais influenciáveis pelas “perigosas ideias francesas”, como se dizia à época a respeito da revolução.

Dom Rodrigo tinha em vista reorganizar as partes do império de forma a mostrá-las como complementares, e não em relações de subordinação direta, de forma a consolidar uma “identidade nacional imperial” que causasse a cada colonizador ou colono, nascido em qualquer canto do mundo, a agradável sensação de ver-se português. Era, concomitantemente, uma forma de reintegrar as diversas partes do império português sob um só manto e uma maneira de afastar as crescentes rebeliões desagregadoras – que, se não ofereciam um amplo projeto nacional em contraposição ao português, por outro lado ameaçavam a unidade do império, em especial aquelas em que as perigosas ideias francesas encontravam eco (Bahia, 1798, turbinada pelo Haiti, como exemplo mais forte).

Nota-se, nesse contexto, que as ideias de dom Rodrigo estão ligadas a uma associação entre “nação” e “império”. Ou seja, não se trata, aqui, do sentimento nacional predominante no século seguinte, ligado a um Estado nacional e circunscrito a um território, limitado por fronteiras bem definidas. No caso de dom Rodrigo, sua preocupação era criar laços ligados à monarquia portuguesa, à dinastia lusitana, à metrópole ibérica. Todas as diferenças e particularidades regionais deveriam ser subordinadas a essa presença europeia.

No mesmo século em que dom Rodrigo busca construir uma identidade “lusitana” para as colônias, percebe-se, no interior do mundo luso-brasileiro, simultaneamente, uma gradual transformação nos sentidos da palavra “História”. Essa transformação envolve duas mudanças principais.

Em primeiro lugar, percebe-se uma espécie de “laicização das narrativas”, ou seja, a passagem de um discurso religioso sobre a História para um discurso laico (Pimenta & Araújo, 2009). Isso significa dizer que, gradualmente, a História deixa de ser uma narrativa marcada pelo sentido religioso e passa a ser uma história circunscrita às ações humanas.

Definindo melhor essa primeira mudança de sentido, podemos dizer que o significado da palavra vai deixando de lado a clássica diferenciação entre história sagrada e história profana, na qual esta era submetida àquela, e seu sentido vai tornando-se, cada vez mais, o de uma narrativa racional sobre o passado. A influência do Iluminismo e das transformações sociais (notadamente a Revolução Francesa) contribuiu para a percepção, pelos contemporâneos, de que a História é produto das realizações humanas e de que o tempo histórico poderia acelerar-se em determinadas circunstâncias.

Em segundo lugar, a outra mudança tem a ver com um deslocamento de escala: no contexto do Império Português, inicia-se uma transformação na qual as várias “histórias”, ligadas a lugares territoriais específicos, cujos sentidos assemelham-se aos das crônicas, dão espaço, no último quartel do século XVIII, a um

esboço de unificação em que “História” passará a designar um “campo de experiência comum” (Idem, p. 124). Em outras palavras, as narrativas localizadas, restritas a espaços de atuação regionais, vão dando lugar ao uso da palavra “História” para circunscrever uma realidade aumentada – já aqui, para voltarmos a Benedict Anderson, a uma realidade imaginada.

O grande exemplo da passagem entre esses dois sentidos é a diferença entre a obra do pernambucano Loreto Couto (*Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*), de 1757, que, como o nome diz, enfatizava os acontecimentos daquela província e criticava outras “Histórias”, ligadas a realidades locais distintas, e os poemas dos autores brasílicos Basílio da Gama (*O Uruguay*), de 1769, e Cláudio Manoel da Costa (*Vila Rica*), de 1773, cujas ideias centrais de “História” são indicativas de uma referência mais abrangente, que não se limita à localidade, mas que busca, pela referência a tradições, livros, documentos escritos e testemunhos orais, indicar uma “História” una, válida para diferentes experiências regionais.

Podemos entender ambas as mudanças no sentido da palavra “História” a partir do contexto que descrevemos antes. Por um lado, a “laicização” da narrativa segue a tendência racionalista do Reformismo Ilustrado, indicando o alvorecer de um mundo marcado cada vez mais pela interpretação dos eventos históricos, segundo as ações humanas. Por outro lado, a transformação da palavra “História”, que passa a significar não a história “local”, mas uma narrativa mais ampla, marcada pela abrangência, insere-se no contexto de valorização da identidade comum portuguesa, da *identidade imperial* que explicamos, segundo a ótica de Rodrigo de Souza Coutinho.

Foram os eventos napoleônicos, forçando a Corte a uma transferência crucial para sua colônia americana, que causaram grande impacto na ideia imperial lusitana. No recorte temporal seguinte, as tensões entre as percepções, pelos intelectuais da época, das diferenças entre identidades “americanas” e “portuguesas” acirrar-se-ão e porão a forma imperial em perigo. O resultado será

a ruptura, em 1822, e a busca por novas formas de articulação com o passado que dessem conta das angústias que as transformações causavam nos coevos.

Apogeu e crise do Império Luso-brasileiro (1808-1831)

O segundo contexto que analisaremos é marcado por duas balizas temporais: a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e a abdicação do primeiro imperador, Pedro I. Nesse espaço de tempo, a identidade nacional e o termo “História” continuam a sofrer transformações e a ganhar novos significados.

Em relação à identidade nacional, os principais conflitos giram em torno de dois eixos centrais: o primeiro foi a disputa entre o que poderíamos chamar *identidade imperial luso-brasileira* e *identidade brasílica*, disputa que, *grosso modo*, é mais forte entre 1808 e 1822, e o segundo foi o conflito entre *centralização* e *descentralização*, cujo cerne desenvolve-se entre 1822 e 1831 e cujos desdobramentos adentrarão as décadas seguintes.

Em relação aos significados da palavra “História”, as principais disputas giram em torno de três conceitos centrais: *restauração*, *regeneração* e *revolução*. Os três são usados com o objetivo de tentar dar sentido a uma experiência histórica cada vez mais marcada por medos que vinham da própria trajetória do Império Português.

No interior do sistema colonial em crise, esse período foi marcado, como vimos, por uma constante diferenciação no papel da colônia portuguesa da América no conjunto do império, o que gerou incertezas quanto ao futuro da união. A vinda da Corte, fugida de Napoleão, deu novo gás nessas relações e afastou, momentaneamente, o risco de ruptura revolucionária, conferindo ao Brasil uma trajetória distinta daquelas seguidas pelas ex-colônias espanholas, cuja “ausência” do rei, capturado por Bonaparte,

estimulou movimentos separatistas que acabaram vitoriosos. A vinda da Corte e a presença do regente dom João, futuro dom João VI, transformaram o Rio de Janeiro e o alçaram à condição de “cabeça” do império, substituindo Lisboa nesse papel. À medida que os anos avançavam, contudo, mais e mais ficava claro que crescia uma diferenciação entre os habitantes do reino – reinóis – e os da nova Corte. Novos termos surgiram ou ganharam novos significados para dar conta dessas diferenças – o “ser português” tornava-se distinto do “ser brasileiro”, ou “brasiliense”, ou “brasílico” etc. A *identidade portuguesa* preconizada por dom Rodrigo, como vimos, confrontava-se com uma *identidade brasiliense* em crescimento.

Esse confronto entre identidades nacionais – uma ainda nos moldes do Império Português, outra que aspirava à outra condição – foi uma das formas pelas quais os coevos experimentaram um tempo histórico de crescente incerteza. Para dar conta dessas incertezas, o tempo histórico do “presente” e o evento da transferência da Corte passavam a ser considerados, contendo funções de “fundação mítica”; espaços de transição para um futuro a ser prognosticado, antevisto, no limite até controlado. Uma máxima do filósofo germânico Gottfried Leibniz, dita correntemente por aqueles que viveram aqueles anos, ilustra esse pensamento: “o presente está prenhe de futuro”. Ou seja, cada vez mais o futuro era alçado à referência para a busca pela compreensão do passado. O futuro a ser projetado tornava-se eixo articulador da experiência histórica daqueles tempos.

Especialmente após 1822, quando a independência procura resolver o impasse entre as identidades imperial e brasiliense, com a opção pela separação entre Portugal e Brasil, a nova nação a ser criada está o tempo todo sob cerco, ameaçada por eventos que podem liquidá-la ou salvá-la. O medo da novidade e o receio do inesperado causavam uma espécie de “vertigem” nos agentes da época, vertigem essa que exigia novas formas de experimentar e lidar com o tempo. É para resolver essa vertigem que se adotam os conceitos de *revolução*, *restauração* e *regeneração*.

Revolução, no contexto das invasões napoleônicas, associava-se à ideia de ruptura e radicalismo, sendo repudiada, nesse momento, pela centralidade da intelectualidade luso-brasileira por ser considerada fator de desestabilização social. Pelo contrário: os estudos de História deveriam servir de “poderoso remédio” contra a vertigem, provocada por essas mudanças tão aceleradas. A História deveria agir “indicando no passado os portos seguros, as certezas que se poderiam contrapor às incertezas do presente” (Guimarães, 2006, 73). Por isso, os demais conceitos, *restauração* e *regeneração*, foram trabalhados pelos agentes que buscavam mecanismos de controle sobre as transformações que viviam. Esses dois outros conceitos, àquela época, eram uma forma mais segura de articular passado, presente e futuro, enxergando neste último uma retomada do passado, ao invés de inovação imprevista. A grande questão para aqueles que viveram aqueles anos era tornar o presente capaz de articular um passado dourado a um futuro glorioso.

O personagem que melhor exemplificou todas essas mudanças e essa nova forma de experimentar o tempo foi José Bonifácio. Em seus escritos, notam-se duas fases marcantes de preocupação com o papel da História, além de uma preocupação com a questão da identidade nacional que também perpassa sua obra.



José Bonifácio

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, em 1763, filho da segunda família mais rica da região. Aos vinte anos de idade, partiu para Coimbra, onde iniciou seus estudos na universidade de mesmo nome.

Em sua vida, José Bonifácio seguiu uma trajetória ligada aos estudos científicos, especialmente a Mineralogia e a Química. Circulou pela França, pela Alemanha, Hungria, Suécia, Noruega etc., sempre em busca do aperfeiçoamento de seus estudos.

Tornou-se amigo de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, passando a ser incumbido de diferentes cargos. Apenas em 1819 retorna ao Brasil, já próximo dos sessenta anos, carregando na bagagem não apenas a formação científica, mas toda a experiência de homem público e conhecedor das estruturas administrativas do Império Português.

Participou, direta ou indiretamente, das discussões feitas nas Cortes portuguesas, dos acontecimentos no Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 1820, e, após a independência, passou a participar do governo.

Afastado da vida política, Bonifácio morreu em 1838, em Niterói, já contando com quase 75 anos de idade. Mais informações sobre a vida de José Bonifácio podem ser encontradas no livro de Ana Rosa Cloclét da Silva (1999, p. 27-41), de onde retiramos esses dados.



Figura 2.1: Bonifácio, por Benedito Calixto.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/66/Calixt33.jpg>

Em relação à História, a primeira fase relaciona-se à trajetória de Bonifácio na burocracia imperial portuguesa. A ideia central em seus escritos sobre a História de Portugal, nesse momento, é a de “restauração”, que busca no passado português as glórias perdidas e, aproximando o passado do presente, tem por objetivo “atualizar” essa Era de Ouro passada. A ideia é resistir à ação do tempo, que cada vez mais afasta Portugal dos centros civilizacionais europeus. Bonifácio enxerga no Brasil colonial uma oportunidade para essa restauração do tempo perdido, que não é mera repetição do passado, mas uma nova chance de ligação desse passado ao presente, e até ao futuro, do império. Note-se que, nessa abordagem, a identidade a que Bonifácio liga sua noção de História é a do Império Português. É o sentimento que predomina até princípios da década de 1820.

A ideia de restauração criava uma continuidade entre a experiência passada de Portugal e a realidade presente do Império Português. Essa continuidade teórica, porém, foi posta à prova a partir dos eventos que desencadearam o processo de separação política.

O desenrolar dos acontecimentos que culminaram na independência, em 1822, transformaram a perspectiva de Bonifácio. A ideia de “restauração” como ligação do passado de Portugal a um presente de incertezas cedeu lugar à ideia de “regeneração”, que implicava mais que uma simples ligação. *Regenerar*, na concepção de História de Bonifácio, significava uma “refundação do pacto social em bases compatíveis com o espírito do século” (Araújo, 2008, 58). Essa refundação teria no Brasil seu porto seguro, e, diante da impossibilidade de manutenção dos vínculos a partir de 1822, o Brasil surgirá como país novo, porém tributário da herança histórica portuguesa. O Portugal do passado, que não pôde ser restaurado, teria de ser redundado (isto é, regenerado) num espaço novo, inexistente antes: o Império do Brasil. O sentimento imperial português dá lugar à necessidade de construção de uma identidade nacional brasileira.

É também por essa necessidade que a compreensão da história do Império Português começa a ser substituída por uma compreensão autônoma de história do Brasil. O novo país teria sua própria história, que seria uma regeneração (portanto livre dos vícios que corrompiam a portuguesa). Seria um espaço da novidade, mas não do rompimento total ou imprevisível que a ideia de revolução dava. Seria um “rompimento moderado”, uma chance de recomeçar do zero e restaurar a civilização perdida.

Não seria, porém, fácil realizar essa história autônoma brasileira. Bonifácio apontava para a necessidade de escrita de uma História Geral que desse sentido às experiências históricas e fosse uma solução para tempos de crise de consciência. O período inicial do país independente, porém, não viu essa tarefa concluída. O que preocupava Bonifácio, acima de tudo, era a leitura pessimista que fazia do novo império, marcado pelo que considerava um “atraso moral”: a questão da escravidão. Em sua principal obra sobre o tema, a *Representação à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*, que nunca chegou a ser realmente enviada, Bonifácio alerta para a questão: “como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?” (p. 6). A regeneração a romper os vícios da dominação portuguesa deveria começar extirpando esse mal, para Bonifácio, usado no passado para manter o “antigo despotismo” – a quem convinha a existência da escravidão, dada a necessidade de haver um “povo mesclado e heterogêneo; sem nacionalidade e sem irmandade, para melhor nos escravizar”. Preocupava Bonifácio os limites que a herança escravista impunha à definição de uma verdadeira identidade nacional e, por isso, o povo brasileiro seria incapaz de formar liga sólida.

Além do problema da escravidão, não ajudava muito na formação de uma identidade nacional a conturbada década inicial do Brasil independente, que foi tomada por intensas lutas

políticas entre grupos que disputavam a direção do novo Estado e o formato, e a identidade da nova nação, inclusive ameaçando com o esfacelamento do frágil Império do Brasil ainda em constituição. A principal disputa, como mencionamos anteriormente, foi em relação ao binômio centralização/descentralização. A trajetória da construção do Império do Brasil foi marcada por esses embates, nos quais imperador, Câmara dos Deputados, Senado, jornais etc. digladiavam-se para impor suas definições sobre os significados da identidade nacional. Que a soberania deveria ser oriunda da nação, poucas dúvidas havia, mas quem a deveria representar? Os deputados e senadores em Assembleia? O imperador, segundo a concepção que agradava a José Bonifácio? Ou deveria a nação ser representada unicamente pelas províncias, verdadeiras detentoras da soberania, numa concepção que se aproximava do federalismo e que ameaçava a unidade do império?

Esta última concepção de nação foi a mais perigosa no período, exatamente porque ameaçava a direção, oriunda da Corte. Ninguém melhor do que Frei Caneca expôs esses argumentos, em obras como *Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria*, publicada em 1823, mas escrita no ano anterior, em seus escritos no jornal *O Thyphis Pernambucano*, a partir de 1823, além de em outros textos.



Frei Caneca

Segundo Lyra (1998), Joaquim do Amor Divino ou Frei Caneca, descendia de família modesta, com o pai trabalhando em uma oficina de tanoeiro – condição que lhe valeu a alcunha de Caneca, mais tarde adotada por ele próprio. Nasceu em Recife, no bairro de Fora das Portas, e logo ingressou na vida religiosa, ordenando-se frade na ordem dos carmelitas.

Não há notícias sobre sua data de nascimento, apenas o registro no Convento de Nossa Senhora do Carmo quando tomou o hábito de frade, em 8 de outubro de 1796.

Seu nome aparece na lista Alunos de fora do Seminário de Olinda, instalado naquela cidade, em 1800, pelo bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, instituição centrada na divulgação do saber e na formação de uma camada dirigente na colônia, cuja ideia de criação e orientação ideológica encontravam-se intimamente ligadas às diretrizes do reformismo ilustrado luso-brasileiro. Em 1803, recebia do convento, ao qual pertencia, a patente de “leitor em retórica e Geometria”, ocupando também o cargo de “definidor” e mais tarde, 1809, o de “secretário do visitador da ordem (LYRA, 1998).

Frei Caneca participou da Revolução de 1817 e, após a derrota dos revolucionários, ficou um longo tempo preso na Bahia, recebendo anistia em 1821, graças a decreto das Cortes portuguesas. No período de prisão, Caneca

escreveu poesias e um Breve Compêndio de Gramática Portuguesa, deu aulas de Geometria e Cálculo aos companheiros de cárcere e leu, segundo seu primeiro biógrafo, “clássicos franceses (Idem).

Caneca ainda participaria da Confederação do Equador, em 1824, sendo novamente preso e, desta vez, processado como líder rebelde e condenado à execução “pelo ‘horrendo crime’ de atentar contra a ‘autoridade real’” (Idem). Sua execução serviu de inspiração para o mais famoso quadro em que aparece, como podemos ver na imagem seguinte.



Figura 2.2: Execução de Frei Caneca, quadro de Murillo La Greca.
Fonte: <http://multirio.rio.rj.gov.br/historia/modulo02/imagens/f4022.jpg>

Na *Dissertação*, Caneca tinha por objetivo, segundo Maria de Lourdes Vianna, “elucidar a noção correta do termo pátria” (Lyra, 1998), outro complicado termo que estava no centro das disputas pelo “correto” significado, nos conturbados anos iniciais da independência. Nesse texto, Caneca apontava para os riscos do crescente antagonismo entre portugueses do reino e habitantes do Brasil, que vinha aumentando nos anos anteriores à independência e que o Sete de Setembro não conseguira amainar. Antagonismo análogo já havia causado, nas palavras do autor, a separação das Américas inglesa e espanhola. Era preciso cuidar para que o mesmo espírito não rachasse as relações entre os “lusos europeus e os estabelecidos nesta província”, Pernambuco. Aliás, no caso de Pernambuco, já o exemplo de 1817, quando forças contrárias à direção da Corte joanina levantaram-se em armas na província, mostrara o quão tensas poderiam ser as relações entre diferentes concepções de nação.

Ainda segundo Lyra,

Ao recorrer à acepção moderna da palavra pátria, entendendo-a como sinônimo de nação – e esta, por sua vez, já entendida no seu sentido moderno, ou seja, como unidade política – Frei Caneca buscava, objetivamente, forjar uma identidade entre os habitantes da província através do sentimento de pertencimento à nação, sentimento esse expresso tanto pela vontade de pertencer, como pela atitude de defesa necessária dos interesses comuns e dos deveres de cada um, em relação ao bem comum.

Em outras palavras, pátria e nação, para Frei Caneca, apareciam como sinônimas, ambas as palavras referidas não apenas a um sentido corrente nos séculos anteriores – lugar de nascimento, “aquele lugar em que se viu a primeira luz do dia” –, mas também ligadas à ideia de lugar “em que estamos estabelecidos”. Caneca traz para as palavras pátria e nação a concepção da unidade a que se pertence não só pela origem natural, mas também por opção de moradia.

Tal não era a concepção vigente no mundo português. Como vimos, segundo o Reformismo Ilustrado de finais do século XVIII, fortemente presente em autores como dom Rodrigo de Sousa Coutinho e José Bonifácio, a “nação” que deveria predominar como identidade dos “portugueses dos quatro cantos do mundo” era a nação imperial. Ou seja, o sentimento de pertencimento ao mesmo governo, sediado em Lisboa, e depois de 1808, no Rio de Janeiro, independente do local de nascimento. Ao aproximar a noção de pátria – como lugar onde se nasce e se vive – da noção de nação, Frei Caneca argumenta numa direção diferente dessa concepção metropolitana.

O contexto em que a *Dissertação* foi escrita difere essencialmente daquele em que predominava a concepção imperial portuguesa. Em 1821, reúnem-se em Lisboa as Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, cujos objetivos principais são elaborar uma

Constituição para o império, a fim de limitar os poderes do rei, e exigir a volta da Corte para Portugal. A presença da Corte no Rio de Janeiro é vista pelos reinóis como símbolo da degeneração lusitana. A ascensão do Reino do Brasil desde 1815 é vista como prejudicial aos interesses de Portugal. A situação de separação começa a se esboçar.

Dentre os deputados eleitos para as Cortes, havia alguns do Brasil. Estes, ao chegarem e tomarem parte nos trabalhos, aspiravam, nas palavras de um deles, Diego Antônio Feijó, apenas aos interesses de suas próprias províncias, e não a uma identidade mais ampla (Berbel, 1999). Não eram deputados “brasileiros”. Eram representantes das diversas províncias, com interesses distintos, muitos observando nas Cortes reunidas uma oportunidade de limitar a atuação da política, oriunda do Rio de Janeiro. Estava longe de ser uma briga entre Brasil e Portugal pela independência.

Os interesses provinciais passarão a esboçar um conflito após a independência e, principalmente, após a outorga da Constituição pelo imperador, em 1824, entre as concepções de centralização e descentralização. No desenho de Frei Caneca a respeito do significado da pátria/nação, volta a rondar o governo o conceito de revolução. Afinal, em Caneca, a pátria é produto da ação dos cidadãos, dos “patriotas” que por ela devem lutar e agir. Concepção perigosamente próxima daquela dos revolucionários franceses que adotavam a ideia da “pátria em armas”, dos cidadãos que deveriam armar-se para defender sua pátria, como bem expõem os primeiros dois versos do refrão da *Marselhesa*: *Aux armes, citoyens, / Formez vos bataillons* (“Às armas, cidadãos, / Formai vossos batalhões”).

Podemos perceber, nesse momento de que tratamos que, ao longo da década de 1820, as duas concepções darão o tom das discussões:

1. De um lado, a ideia de *nação como império centralizado*, império este não mais o colonial português, mas o Império do Brasil. Esta é a concepção que predomina junto aos aliados de Pedro I,

notadamente José Bonifácio, para quem, como já vimos, o Império do Brasil seria a regeneração do Império Português. Para estes, era preciso considerar o Império do Brasil como uno, indiviso, sua manutenção territorial constituindo verdadeiro dogma a ser preservado.

2. Do outro lado, a ideia de *nação como pátria do cidadão*, isto é, nação como espaço de atuação provincial do cidadão. Esta é a concepção forte presente em Caneca e nos seus aliados, e esta é uma concepção que ameaça perigosamente a integridade territorial que apontamos anteriormente. Ameaça como no exemplo da Confederação do Equador, de 1824, na qual, em resposta ao fechamento da Assembleia Constituinte de 1823 (que seria um espaço onde as representações provinciais poderiam expor suas intenções e estabelecer um chamado “pacto político”) pelo imperador, diversas províncias do Norte (onde é hoje o Nordeste), especialmente Pernambuco, pegaram em armas e estabeleceram a separação do império em nome de uma confederação independente.

A resolução desses conflitos não será possível até meados do século. Até lá, essas disputas dariam o tom do processo histórico de construção da identidade nacional brasileira, influenciando sobremaneira, inclusive, a concepção e a escrita de uma História nacional – projeto presente, como vimos, em Bonifácio. Afinal, havia uma firme percepção da necessidade de afastamento entre as disputas cotidianas e a serenidade, inerente à tarefa de escrita de uma História nacional. O homem da política cotidiana, das disputas mesquinhas e localizadas, não poderia, aos olhos de Bonifácio e de outros que partilhavam dessa concepção, ser o homem a escrever a história do Império do Brasil.

Talvez tenha sido por isso, por essa percepção de separação entre o homem de letras e o homem da tribuna, que a primeira grande tentativa de macronarrativa da História brasileira tenha sido, já desde meados do século XIX, relegada a segundo plano, desconsiderada como historiografia. Essa primeira tentativa foi a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, cuja “introdução”, de 1825,

poderia ser considerada, segundo Valdeci Lopes do Araújo, “uma interpretação geral da historiografia sobre o Brasil” (ARAÚJO, 2011, p. 78), ou ainda um “primeiro esboço de uma História Geral do Brasil escrita por um brasileiro (...) [e] um momento de inflexão na escrita da história, que caminha para uma maior autonomia e cientificação” (DINIZ, 2009, p. 261). Se pretendemos seguir, nesta aula, a ideia apontada na introdução, de analisar as várias possibilidades de formação do campo do historiador no Brasil do século XIX, então precisamos tecer algumas breves palavras sobre essa obra de Cairu, que representa um modelo de certa forma derrotado como estrutura aceita para análise do passado.



José da Silva Lisboa

José da Silva Lisboa (1756-1835), natural da Cidade da Bahia, fez seus estudos de Direito em Coimbra. Em 1797, recebeu da Coroa o cargo de deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia. Em 1808, acompanhou o príncipe regente ao Rio de Janeiro, onde atuou na administração do governo, ocupando cargos importantes na carreira da magistratura, como desembargador efetivo do Paço e deputado da Mesa da Consciência e Ordens, além de ter participado da Junta Diretora da Imprensa Régia na época de sua criação. Mais tarde, com a liberdade de imprensa, Silva Lisboa atuou de modo mais intenso na vida política, iniciando a atividade de jornalista e panfletário. Depois da independência, participou da vida política como senador do império, entre 1826 e 1835.

Em 1824, recebeu o título de barão e, em 1826, o de visconde de Cairu.

Além de sua atuação política e administrativa na Corte, Silva Lisboa é reconhecido pela historiografia por sua vasta obra literária que abrange campos como: História, jurisprudência, moral, economia política e o Direito Mercantil. Suas principais obras de cunho historiográfico são: *Memória da vida pública do lord Wellington* (1815), *Memória dos principais benefícios Políticos do governo de el-rey nosso senhor d. João VI* (1818) e *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao senhor d. Pedro I* (1825-1830) (Diniz, 2009, 261-262).

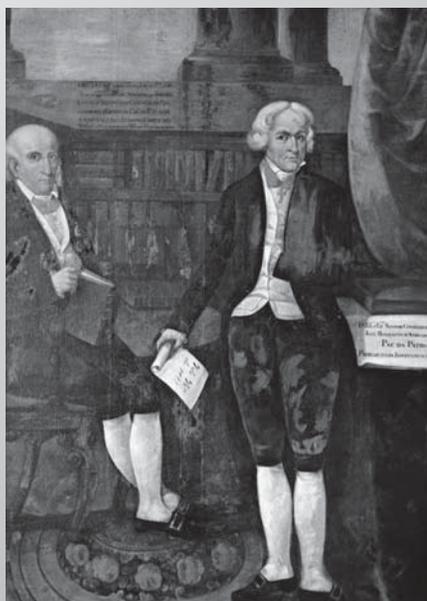


Figura 2.3: Silva Lisboa e José Bonifácio, em quadro de R. Nunes.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c3/Cairu_e_Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio.jpg

Para Diniz, Cairu escreve sua *História* com o intuito de “legitimar o projeto de ‘Regeneração do Brasil’, empreendida [sic] por Dom Pedro” (Idem, 263). A obra acabou saindo incompleta: dividida originalmente em 10 partes, foram publicadas apenas a introdução (1825), um volume dedicado à primeira parte (1826) e outros três volumes, nos anos seguintes, para a décima parte. Nessas frações, porém, nota-se o esforço do autor em dar à História uma concepção distinta daquela que predominou nas décadas anteriores e mesmo na obra anterior do próprio Cairu. Em sua *História*, Cairu busca no passado distante um viés explicativo para a afirmação do Império do Brasil, passado este que remonta aos descobrimentos portugueses. Além disso, a concepção de Cairu, acerca da História, envolve uma preocupação com a veracidade dos fatos e uma abordagem da História como processo. Nota-se também, em Cairu, uma preocupação com um levantamento historiográfico do já produzido a respeito da história do Império (algo fundamental nos trabalhos acadêmicos de hoje em dia).

Em sua introdução, Cairu reconhece a importância de seu empreendimento e o lugar que tem a História na formação da identidade nacional. Segundo suas palavras,

A Importância de uma História Geral de qualquer Estado Independente, é reconhecida em todo o País Culto; e não menos é reconhecida a dificuldade desta espécie de Composição Literária, que demanda grande vigor de espírito e corpo, longos anos de trabalho e muitos subsídios de Monumentos Públicos. Por isso, tem sido raros os *Herodotos* e *Livios* (CAIRU, 2009, p. 268).

Para Araújo, essa dificuldade de escrita de uma História Geral, no caso brasileiro, dizia respeito à ausência de uma liberdade de ideias, fruto do sistema de colonização aqui implantado. Tal sistema, que para Cairu fundamentava-se nos segredos de Estado, gerou uma escassez de monumentos que servissem informações a respeito dos primeiros anos do Brasil. Após a assinatura do Tratado de Utrech, em 1713, que para Cairu estabeleceu em definitivo o “Sistema

Colonial”, “foram insuperáveis os obstáculos da exploração do Brasil pelos Sábios da Europa” (CAIRU, 2009, p. 269). Entre idas e vindas, apenas a chegada da Corte, em 1808, teria sido capaz de romper com esse sistema e inaugurar uma nova era em termos de escrita da história nacional. Não à toa, parte desse rompimento deveu-se à assinatura dos tratados comerciais. Liberdade de comércio e de ideias ligavam-se intimamente na reflexão de Cairu.

Novamente segundo Araújo, “no centro da história de Cairu estava a ideia de que as sociedades modernas fundavam-se no comércio e na sociabilidade” (90). Para Cairu, seguindo a tradição de Bonifácio, o Império do Brasil era o herdeiro cultural da civilização representada por Portugal, e a vitória da independência representava um projeto de continuidade em relação a 1808, que teria representado o encerramento da política de segredos de Estado, tão característica do despotismo. A dom Pedro I caberia o mérito de manter esse processo sem deixar que o perigo da revolução se aproximasse. Percebe-se, em Cairu, a associação entre império, nação, História do Brasil e civilização. Essa associação seria ainda incorporada por outros intelectuais que buscavam construir a História nacional ao longo do século XIX.

Cairu, não sem surpresa, foi apontado pela historiografia subsequente não como autor de uma História nacional, mas como panfletista a serviço da reabilitação de Pedro I. Defender Pedro I, naquelas circunstâncias, significava para os coevos partilhar da concepção de nação, centralizada em sua figura. Nos anos derradeiros do Primeiro Reinado e principalmente nos anos iniciais da Regência, após a abdicação de Dom Pedro, a concepção descentralizada, momentaneamente vitoriosa, acaba deixando a obra de Cairu em segundo plano. Mais à frente, nos moldes da historiografia definida no IHGB, Cairu continuaria a não ser considerado, especialmente por não atender aos princípios decididos no instituto como essenciais ao historiador.

É fundamental percebermos que as partes da *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* foram lançadas numa década de grandes conflitos entre grupos políticos diversos. A

ideia de que atuação política e escrita da História não se poderiam misturar ganharia cada vez mais força até se fixar como método único, legitimado para a análise do passado. Essa fixação, que afastou a obra de Cairu como uma possibilidade historiográfica real, deu-se principalmente a partir do final da década de 1830.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. a) Como vimos até aqui, a palavra “nação” nem sempre teve o mesmo significado na virada dos séculos XVIII e XIX. Diferencie os dois principais sentidos da palavra nesse período.

b) Analise as diferenças entre as concepções de História vigentes na passagem do século XVIII para o XIX, utilizando os exemplos de Bonifácio e Cairu.

Resposta Comentada

1. a) Como vimos, a palavra “nação” foi sempre marcada pela polissemia. Ela se referia, até o último quartel do século XVIII, majoritariamente ao lugar de nascimento, aos grupos étnicos de origem, ligados pela mesma língua, mesma casta etc., como nos exemplos, amplamente usados à época, das “nações indígenas”, “nações africanas” etc. A palavra “nação” também poderia ligar-se ao “reino”, identificando os domínios de uma dada monarquia e os povos a ela submetidos, como no exemplo do dicionário do padre Raphael Bluteau, de 1716, que define a “nação portuguesa” como formada por diversos povos, dentre os quais os “Beirões, Minhotos, Alentejões” etc. (PAMPLONA, 2009, p. 162). “Nação”, nesse sentido, liga-se à ideia de “domínio dinástico”.

Os eventos que alteram esse cenário, dando novos significados à palavra “nação”, são aqueles inseridos na “Era das Revoluções”. A partir dos eventos de independência e da Revolução Francesa, cresce cada vez mais uma associação entre “nação” e “povo”, ou, o que é mais próximo de nossa realidade atual, entre nação e cidadania. Cada vez mais, a partir de então, a palavra “nação” passa a designar aquelas “comunidades imaginadas”, definidas por Benedict Anderson.

b) Ao longo do século XVIII, a concepção de História predominante no interior do mundo luso-brasileiro ainda se refere às várias “histórias” ligadas a lugares territoriais específicos, concretos, vividos no cotidiano. Apenas ao final desse século, essas concepções começam a dar lugar à ideia de que a História deve referir-se a uma experiência comum, mais abrangente e que vá além das meras crônicas locais. Em outras palavras, como vimos, as narrativas localizadas, restritas a espaços de atuação regionais, vão dando lugar ao uso da palavra “História” para circunscrever uma realidade aumentada – já aqui, para voltarmos a Benedict Anderson, a uma realidade imaginada. Nas primeiras décadas do século XX, a concepção de História mais e mais vai se aproximando de uma “História nacional”, ou seja, uma narrativa que dê conta da formação de uma identidade nacional. É isso que desejam José Bonifácio e Cairu, ao esboçarem escritos que pretendiam fazer uma análise mais longa nos quadros da construção do Estado nacional no Império do Brasil.

CONCLUSÃO

O caminho que percorremos nesta aula foi imenso e complexo. Não havia muita saída: as disputas entre diferentes concepções de história, nação, império, pátria etc. marcaram aqueles anos e são parte inseparável do estudo da nossa História. A dificuldade que esse tipo de estudo nos traz aponta para a necessidade de atenção redobrada e muita discussão. Características inerentes ao ofício do historiador.

A vitória de uma certa concepção de nação e História não pode nos levar ao erro de pensar que tais concepções são naturais. Pelo contrário: estudar História consiste exatamente em desfazer esses mitos, essas aparências de naturalidade de que se revestem as palavras, os conceitos, as ações. O entendimento que temos, hoje, da “nação brasileira” começou a se formar naquelas conturbadas décadas iniciais do século XIX. Não era um destino inevitável. Foi fruto de embates e lutas entre grupos diferenciados que, não raro, recorreram às armas para realizar seus objetivos.

Que concepção é esta de nação e História que saiu vitoriosa? Compreenderemos melhor esta parte após a aula seguinte, a de número três. Por ora, poderemos adiantar algumas conclusões.

Talvez você já tenha visto isso anteriormente quando estudou História do Brasil II, mas nunca é demais lembrar: a vitória de uma certa concepção de história e de nação tem relação direta com a vitória da classe senhorial, de matriz escravista e territorial, cujo núcleo situava-se no coração do Vale do Paraíba e que tinha na produção escravista cafeeira seu núcleo de sustentação político-econômico. Tal classe senhorial e os intelectuais a ela ligados – que ficaram conhecidos na historiografia como Saquaremas, especialmente após o trabalho do historiador Ilmar Rohloff de Mattos – produziram uma certa concepção de mundo que articulava Estado, império e escravidão, em torno dos conceitos de nação e civilização. A manutenção dessa classe *tornou-se*, no decorrer daqueles anos,

corolário do desenvolvimento do Império do Brasil e *tornou-se* porque se saiu vitorioso na disputa de ideias, nas disputas armadas e nas disputas com outras nações, especialmente a Inglaterra.

Sob a direção Saquarema, que aparecia sob a neutra capa da tríade “figura do Imperador Dom Pedro II, manutenção da ordem senhorial-escravista e civilização”, uma certa leitura da História, ligada à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e uma certa interpretação da nação, centralizada e articulada ao conceito de *império*, a classe senhorial forjava seu destino ao destino da nação, limitando as possibilidades de escolha sobre o que poderia ser ou não considerado verdadeiramente objeto da História nacional ou possibilidade de ação nacional.

A História nacional brasileira nasceria sob a égide da construção e consolidação do Império do Brasil, cuja base articulava-se à classe senhorial escravista. Dentre as inúmeras possibilidades aventadas nesta aula, esta era a que se firmaria, a partir da década de 1830.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

As relações entre História e nação no século XIX foram muito próximas. Não apenas no caso brasileiro, mas também, por exemplo, no francês. Leia o trecho a seguir e responda ao que se pede:

No caso francês, (...) os grandes historiadores foram muitas vezes estadistas, naquela França que a historiografia queria criar e legitimar no passado. Thierry, Mignet, Guizot, Thiers, Quinet viveram, no calor da hora, a construção da história na realização de um projeto nacional e civilizatório, em que a história esteve a serviço do patriotismo.

Esta foi a tarefa de toda uma geração que tomou a história como “árvore genealógica das nações europeias”, para usar uma expressão de François Furet (1979: 40). No século XIX, os historiadores mudaram-se para sua casa própria, a universidade, como observou Peter Gay (1990: 27). A partir daí, exerceram, na pesquisa e no ensino da história, a pedagogia nacional, definindo um campo de conhecimento e um campo de compromissos conscientes e inconscientes (SANTOS, 2001, p. 177).

A partir do trecho lido e do trabalho de Benedict Anderson, como podemos relacionar a escrita da História à formação da consciência nacional no século XIX?

Resposta Comentada

Benedict Anderson analisa as nações como “comunidades imaginadas”. A forma como elas são imaginadas, integrando pessoas que nunca virão a se conhecer, mas que compartilham um mesmo sentimento, liga-se diretamente à construção de um passado comum. A História, no século XIX, foi poderosa ferramenta de construção dessa linhagem nacional.

O trecho destacado mostra essa íntima relação para o caso francês. Ali, como alhures, a escrita historiográfica da História nacional relacionava-se a um “projeto nacional e civilizatório” que opunha franceses a ingleses, revolucionários a conservadores, amigos a inimigos. Fruto destacado de atuação política, a História teve seus usos bem articulados a projetos de poder e sociedade, de acordo com os interesses daqueles que se propunham a escrevê-la.

Podemos concluir que a História é não apenas uma disciplina acadêmica “neutra”, totalmente objetiva e sem vínculos com a realidade atual. Pelo contrário: a História age, até hoje, como elo que busca no passado as justificativas e as legitimações de ações políticas do presente.

RESUMO

Nesta aula, analisamos a importância da História para a formação das consciências nacionais, ao longo do século XIX. Época tradicionalmente abordada como uma “Era de Revoluções”, a virada do século XVIII para o XIX trouxe novidades para o significado da palavra História, uma vez que as palavras, como todo o resto, têm sua própria historicidade.

No caso brasileiro, uma escrita da História localizada, integrada ao Antigo Sistema Colonial, vai dando lugar à busca pela escrita de uma História nacional, articulada ao projeto de Estado-nação, surgido a partir da independência. Esse projeto articulava-se ao antigo plano do Império Luso-brasileiro de Rodrigo de Souza Coutinho, à época do reformismo ilustrado.

Esse projeto imperial para o Brasil, que teve em Bonifácio seu grande expoente, exigia uma certa “imparcialidade” do historiador ao escrever a História nacional. Acabaria rivalizando com outros, como o de Frei Caneca, de cunho federalista, ou mesmo o do Visconde de Cairu, cuja proximidade com o primeiro imperador fez seu texto ser considerado demasiadamente “parcial” e relegado à margem do projeto historiográfico que surgiria a partir do final da década de 1830.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos a estudar a formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil, a partir da fundação do IHGB e da escrita de uma história nacional.

Aula 3

A formação de uma consciência histórica e historiográfica no Brasil II (1838- 1857)

João Carlos Escosteguy Filho / Ricardo Salles

Meta da aula

Apresentar a consolidação de uma determinada forma de construção do conhecimento histórico e historiográfico no Brasil do século XIX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar as circunstâncias que levaram à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838;
2. reconhecer a importância das “primeiras escolhas” do IHGB e do projeto de escrita da História do Brasil que ali surge, de autoria de Martius;
3. avaliar a importância da obra de Varnhagen para a construção do conhecimento histórico no Brasil.

Pré-requisitos

Para o pleno aproveitamento desta aula, é importante que você já tenha estudado as Aulas 6 a 10 de História do Brasil II, que tratam fundamentalmente da formação e consolidação do Estado imperial brasileiro.

INTRODUÇÃO

Na aula passada, iniciamos o estudo de algumas das concepções históricas vigentes nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. Vimos as relações que havia entre a História e a necessidade de afirmação da identidade nacional. Vimos, também, que a escrita de uma História nacional estava nos planos de vários intérpretes da História do Brasil na primeira metade do Império.

Nesta aula, analisaremos o padrão de abordagem histórica que sairia vitorioso naquela época, com sua influência, estendendo-se até o século XX. Este padrão relacionava-se diretamente à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e à História nacional, escrita por Varnhagen. Tais eventos contribuíram para a definição do campo historiográfico brasileiro, a partir de meados dos Oitocentos.

Fortalecer o Império, fortalecer a nação (1831-1838)

Iniciaremos esta aula na conjuntura aberta na década de 1830, época de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

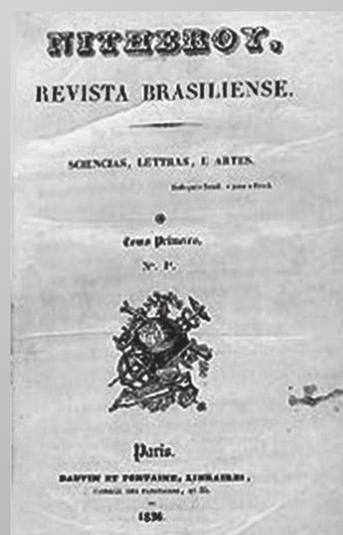
Pimenta & Araújo consideram o contexto aberto a partir de 1831, com a abdicação do primeiro imperador, como aquele da “nação como metanarrativa historiográfica”. Essa “nova ordem”, segundo os autores, “trazia a necessidade de construção de uma história nacional” (PIMENTA; ARAÚJO, 2009, p.133). Como vimos na aula passada, essa necessidade já era antecipada pela intelectualidade luso-brasileira, desde o início do século XIX, especialmente por José Bonifácio e o visconde de Cairu. Nas décadas de 1830 e 1840, contudo, ela ganha mais consistência e encontra sua realização em dois acontecimentos: o movimento literário em torno da fundação da revista *Nitheroy* e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambos na segunda metade da década de 1830. Por conta de nossos objetivos, nesta aula, enfocaremos primordialmente a fundação do IHGB.



A revista *Nitheroy*

A revista *Nitheroy* foi “um dos primeiros projetos de renovação estética, organizados no Brasil”, com dois únicos volumes, publicados em Paris no ano de 1836 (ARAÚJO, 2008, 118). Sua proposta era uma renovação da vida intelectual brasileira e contava com o apoio de membros do Instituto Histórico de Paris. Dos cinco amigos reunidos na fundação da revista, faziam parte expoentes do movimento literário romântico no Brasil, como Gonçalves de Magalhães.

A importância da revista para os estudos históricos sobre o Brasil, apesar de seu breve tempo de existência, relaciona-se à associação feita entre Literatura e História. Foi pela Literatura, e não pela História, que os intelectuais reunidos na revista tentaram primeiro interpretar a História do Brasil. O Brasil, carente de uma História Geral, deveria, nesta visão, procurar suas raízes na Literatura, como expressão da identidade nacional e como mantenedora dos vínculos com a Europa.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/Nitheroy_revista_brasiliense.png

A década em que foi fundado o IHGB foi também aquela em que o Império esteve mais perto de uma fragmentação. Mas foi também a década em que começou a se desenhar a fórmula política e social que dirimiria os confrontos e encaminharia à estabilização do país, com o regresso conservador. Após 1831, ou seja, depois da abdicação do primeiro imperador, iniciou-se a Regência, considerada por João Manuel Pereira da Silva – aliás, um dos cinco amigos que fundaram a *Nitheroi* – como o período “mais interessante, dramático e instrutivo da História do Brasil” (apud MOREL, s/d, 7). Não era para menos, já que foi a época em que práticas políticas, movimentos revoltosos e redes de sociabilidade – como jornais, sociedades e clubes – ganharam as ruas e visibilidade em escala gigantesca.

Foram anos de intensa agitação política, quando o vazio de poder causado pela saída de cena do imperador, abriu espaço para que grupos rivais travassem diversos combates em busca da hegemonia sobre os múltiplos segmentos sociais do país. Esses grupos tinham a intenção não apenas de chegar ao poder, mas de impor seus projetos para os rumos que o país deveria tomar. A abertura da Regência foi também um momento de disputas entre diferentes concepções de Império, que acabaram aumentando a tonalidade daqueles conflitos, iniciados no Primeiro Reinado. Essas brigas eram entre aqueles que consideravam necessário “espalhar” o poder pelo território brasileiro, valorizando o federalismo e a participação dos cidadãos na vida pública, e aqueles que mantinham os sonhos de uma monarquia centralizada, poderosa, capaz de subjugar os poderes locais e única forma de integrar o Brasil no conjunto de civilizações. Entre esses dois polos, outros projetos mais ou menos radicais surgiam. A disputa entre essas duas grandes concepções de Império marcará a fundação do IHGB.

O IHGB foi criado num contexto em que se buscava superar as ações violentas. Num contexto em que, a partir da ação do regresso, as disputas começavam a sair da esfera da ação violenta, com conflitos, guerras e ameaças de *restauração* – graças à morte,

em Portugal, de Pedro I – ou de *revolução* – com o arrefecimento dos movimentos revoltosos –, para entrar em um ambiente institucional. Em outras palavras, as disputas, mais e mais, começavam a ocorrer dentro de organismos de representação institucional – notadamente a Câmara dos Deputados e o Senado – sob direção da Coroa. Essa situação, que ganhou mais corpo, a partir de 1842-43, teve seus primeiros contornos no final da década de 1830.

Para tanto, a criação do IHGB relaciona-se a um conjunto de propostas (as quais incluíam, ainda, a fundação do Colégio Pedro II e a do Arquivo Público, por exemplo) em busca de instituições que servissem, simultaneamente, à tarefa de consolidar uma tradição histórica no Império e a formar um consenso ao redor do projeto de Império que era elaborado nas fileiras regressistas. Atende, assim, também à tarefa de formar uma classe de cidadãos respeitáveis, uma elite dirigente capaz de assumir os rumos do Estado sob a forma monárquico-constitucional, esvaziando alternativas republicanas que pudessem ameaçar a ordem imperial. Nesse sentido, o IHGB, criado em 1838, seria concebido como “o guardião dos documentos necessários para a história e a geografia nacionais”. Sua tarefa seria “difundir o conhecimento do país e, assim, contribuir para precisar a sua identidade” (NEVES & MACHADO, 1999, p. 261). Uma identidade nacional fundamentalmente *monárquica*.

Sob patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e inspirado no Instituto Histórico de Paris, o IHGB, na concepção de seus principais fundadores – o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa –, deveria ter uma função pedagógica, sendo capaz de “ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros” (apud NEVES & MACHADO, *idem*). Para tanto:

O Instituto devia, em consonância com seu primeiro estatuto, “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil, promovendo, posteriormente, “os conhecimentos destes dois ramos filosóficos por meio do ensino público”. Ao mesmo tempo,

caberia centralizar na Corte os documentos espalhados pelas províncias, com o estímulo à criação de institutos históricos regionais. Tratava-se, portanto, de um projeto grandioso, que não excluía, no plano internacional, o intercâmbio permanente com entidades congêneres e cujos frutos seriam divulgados por um periódico trimestral, a atual *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, da qual constariam documentos históricos, a produção intelectual dos associados e as principais atividades da instituição (idem, 261-262).

Nota-se, no trecho destacado acima, que o IHGB deveria cumprir igualmente funções de arquivo, produtor do conhecimento histórico, organizador historiográfico das produções das diversas regiões do Brasil (as quais, no projeto do IHGB, deveriam orbitar a Corte), elo entre a produção brasileira e a internacional (notadamente a europeia e, em seu interior a francesa, fontes de civilização) e, por fim, de divulgador desse conhecimento historiográfico, especialmente a partir da publicação da revista.



Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Circulando regularmente, desde 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* é uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade trimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais. A coleção completa da *Revista* encontra-se disponível

para consulta on line, no endereço: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

A revista do IHGB não apenas contém muitos artigos de relevo sobre a produção historiográfica brasileira, como possui muitas transcrições de fontes documentais fundamentais para a pesquisa. Além disso, em um país com tantos impedimentos e dificuldades no acesso à documentação, é digna de louvor uma atitude como a do Instituto, ao disponibilizar toda a coleção de revistas em seu *site*. Vale a pena uma visita ao *site* da revista para acessar gratuitamente essas edições.

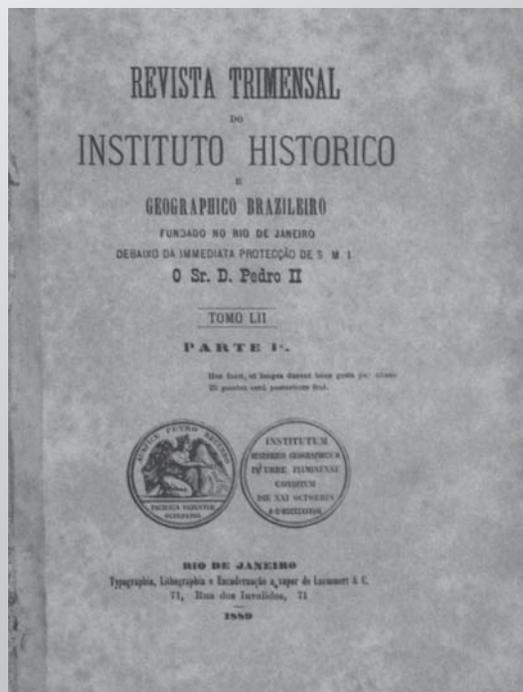


Figura 3.1: Capa da Revista do IHGB, 1889.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5b/IHGB_revista_1889.jpg

O grupo fundador do IHGB, totalizando 27 pessoas, tinha grande homogeneidade política, cultural e social. A maioria havia frequentado universidades europeias, especialmente em Lisboa e Paris, e seguido uma trajetória política que a ligava aos grupos dos chamados restauradores, antigos partidários de Pedro I, que concebiam o Império como centralizado na figura do monarca. Apesar desse projeto de Império, não haviam se integrado ao grupo do regresso conservador que, a partir de 1837, buscou exercer a hegemonia no país. O núcleo fundador do IHGB, desde o início, integrou-se mais a uma perspectiva *áulica*, ou seja, procurou orbitar o imperador-menino, Pedro de Alcântara, em busca de uma atuação mais próxima da monarquia. Essa direção gerou resultados: a partir de 1839, o Instituto ficou sob “*imediata proteção*” de Sua Majestade. Não à toa, membros do IHGB marcaram presença nos dois primeiros gabinetes ministeriais após a maioridade. Pedro II tornar-se-ia, ainda, assíduo frequentador das reuniões do Instituto, especialmente nas sessões públicas de aniversário ou comemorativas.

O IHGB tornava-se centro articulador da memória histórica nacional. E as concepções de História e de historiografia que ali dentro eram defendidas acabaram tornando-se referência para os estudos históricos brasileiros nas décadas seguintes. As principais obras historiográficas da segunda metade do século XIX saíam ligadas ao IHGB e, também por isso, acabariam consideradas como os “*primeiros estudos históricos*” sobre o Brasil.

Estudaremos a seguir essa vitória das concepções historiográficas do IHGB.

No caso brasileiro, a escrita de uma História nacional será encaminhada definitivamente, no século XIX, sob os auspícios do IHGB. A tarefa tão cara a Bonifácio, cujo primeiro esboço, com Silva Lisboa, é desconsiderado, terá, no IHGB um acabamento que marcará as décadas seguintes. O IHGB surgiu, assim, em um contexto complicado para o Império do Brasil, num país envolto em revoltas de cunho separatista, e procurará, pela escrita da História nacional, forjar uma liga que mantenha a integridade do Império firme. Essa História, escrita no IHGB, como veremos na próxima aula, acabou fazendo predominar um tipo específico de consciência histórica e historiográfica.

As “primeiras escolhas” do IHGB

Como vimos, a fundação do IHGB insere-se no processo de consolidação do Estado imperial, que demanda

o delineamento de um perfil para a "Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Essa identidade, buscada a partir da produção histórica do IHGB, constrói-se não em oposição à antiga metrópole, mas como tentativa de inserir o Brasil na continuidade da matriz civilizatória europeia. Ainda segundo Guimarães, a construção dessa matriz civilizatória definirá aqueles que dela poderão fazer parte e aqueles dela excluídos; definirá aqueles próximos e aqueles inimigos, tanto num plano interno quanto externo. Internamente, subordinam-se os elementos indígena e negro (africano em especial), ao português, ao contrário das pretensões do Romantismo à época, que defendia o indígena como “modelo” de brasileiro. Externamente, a associação entre Império, nação e civilização, fundamental no caso brasileiro, apontará os adversários, aqueles que ameaçam com a barbárie e a fragmentação: as repúblicas latino-americanas (idem, p. 7)

Em suma, a proposta inicial do IHGB consiste na defesa de uma determinada matriz civilizatória de base europeia como suporte para a identidade nacional brasileira a ser construída. Essa matriz é exposta, tanto na influência do Instituto Histórico de Paris, na concepção do IHGB, quanto na integração entre o Instituto e o Estado imperial, que logo se torna sua principal fonte de financiamento (chegando, cinco anos após sua fundação, a 75% do orçamento do IHGB).

O estatuto da instituição, apresentado pelo seu primeiro-secretário e membro fundador, Januário da Cunha Barbosa, em 25 de novembro de 1838, aponta para o papel que o IHGB pretende para si. Duas diretrizes centrais são definidas: a coleta e publicação de documentos relevantes para a História do Brasil e o incentivo a estudos de natureza histórica. Além disso, aponta-se para a manutenção de laços com instituições semelhantes, nacionais ou estrangeiras, e para o papel de eixo capaz de incentivar a criação de institutos provinciais por todo o país. Este último ponto é importante: o Rio de Janeiro, sede da Corte, estaria, na concepção inicial do IHGB, em posição privilegiada para “irradiar” as luzes da civilização para as províncias, “integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira” (idem, p.8).

Alguns dos primeiros temas levantados para discussão no IHGB (todos propostos por um de seus fundadores, Januário da Cunha Barbosa), publicados logo no número inicial de sua revista (1839), tratavam, por exemplo, dos indígenas, do comércio negreiro, da produção agrícola etc. A ligação entre alguns dos primeiros temas históricos, escolhidos no IHGB para discussão e os rumos que o Império tomava naqueles anos não é fortuita. Entre 1838 e 1850, o Império consolidou-se sob a direção do núcleo central do Partido Conservador, situado na província do Rio de Janeiro e apelidado de *saquaremas*. Estes, como intelectuais da classe senhorial escravista e cafeicultora, construíram para o Império uma direção que associava escravidão, café, civilização e monarquia

como pilares a sustentar o Brasil. Após a década de 1840, sob a figura do imperador (que aparecia, graças ao Poder Moderador, como árbitro das “paixões” e das “disputas partidárias”, conforme se dizia à época), os saquaremas delinearam a forma institucional do Império e tiveram, nesse processo, o auxílio da atuação do IHGB e de sua defesa da ideologia senhorial-escravista.

A posição do IHGB, nesse sentido, torna-se mais clara, após 1849-1850, não à toa o momento em que o Império começa a estabilizar-se, após a vitória sobre a última grande ameaça armada ao domínio do Rio de Janeiro, a Revolução Praieira, e após uma série de reformas legislativas e administrativas que pavimentaram o caminho de construção do “Tempo Saquarema”. Foi um momento crucial na história do Império, fundamental para a hegemonia da classe senhorial e para a elaboração do perfil da “nação brasileira”.

Após esses anos, “escrever a história brasileira, enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico”. Não por acaso, a partir de então, o imperador Pedro II torna-se frequentador assíduo das reuniões da instituição, não raro palpitando. Nesse sentido, a data de 15 de dezembro, momento da inauguração da nova sede, situada no Paço Imperial, passa a ser comemorada anualmente como aniversário do Instituto, ao invés da data original. Em 1851, novos estatutos “definem diretamente o imperador como seu novo protetor” (GUIMARÃES, 1988, p.10-12).

Consciente da importância da escrita de uma História nacional para a consolidação da nova nação e do Estado imperial, o IHGB abre, em 1840, um concurso com o objetivo de premiar o melhor trabalho acerca do modo de se escrever a História do Brasil. O trabalho vencedor, de autoria de Carl von Martius, pesquisador alemão, delimitaria alguns padrões a serem seguidos pelos historiadores ligados ao Instituto nos anos seguintes. E os elementos relacionados em sua dissertação reafirmam nossos apontamentos acerca das principais preocupações do IHGB naquele momento.



Carl Friedrich Phillip Von Martius

Carlos Frederico Felipe von Martius (Erlangen, 1794 – Munique, 1868), botânico. Veio ao Brasil, em 1817, como integrante da comissão científica enviada pelo rei da Baviera, permanecendo na América por quase três anos e descrevendo suas impressões no livro *Viagem pelo Brasil*. Elaborou vasta obra sobre as plantas locais, que culminou na coleção *Flora Brasiliense*, iniciada em 1840 e dirigida por ele até o ano de seu falecimento. Também escreveu a famosa dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, além de promover estudos sobre a cultura indígena, publicados nas obras *Contribuição para etnografia e linguística da América, especialmente do Brasil*, de 1867, e *Glossário das línguas brasileiras (...)* (GUIMARÃES, 2010, p. 87).



Figura 3.2: Carl Friedrich Philipp von Martius.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/CFPhVonMartius.jpg>

O trabalho de Martius, intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil*, aponta alguns caminhos que o autor considerava adequados para uma correta escrita da História nacional. Segundo Martius, “qualquer um que se encarregar de escrever a História do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem” (MARTIUS, 1843, apud GUIMARÃES, 2010, p. 63). Os principais destes elementos, na obra de Martius, são as três raças que convergiram de modo particular para a formação humana no Brasil: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e em fim a preta ou ethiopica” (idem, p. 64). Foi a mistura dessas “três raças” que fundou o tipo brasileiro, caminho sem igual na história da humanidade.

Martius aponta que, nessa mistura, o branco foi o elemento fundamental. Foi o elemento português que “deu as condições e garantias moraes e phisicas para um reino independente”, e por isso se apresentava o português como “o mais poderoso e essencial motor” do desenvolvimento humano brasileiro. Foi em relação a essa “raça predominante” que reagiram os indígenas e os negros, cuja participação no “desenvolvimento histórico do povo brasileiro”, contudo, não pode ser menoscabada, se o desejo é produzir-se uma “*historiographia philosophica do Brasil*”. Ninguém poderia duvidar que tal mescla fora produto da “vontade da providência” e que, nesse processo, o “sangue portuguez, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluentes das raças Índia e Ethiopica” (idem, p. 64-65).

A afirmativa de Martius é deveras interessante, especialmente em um país marcado pela escravidão africana, cujo *ethos* décadas à frente se converteria num racismo disfarçado de análise científica. Martius critica aqueles que se ofendem frente à menção da mistura como distinção do desenvolvimento histórico brasileiro, afirmando que

apreciar o homem, segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Creador, e abstrahindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador (p. 65-66).

A escravidão, traço que distingue o Brasil no conjunto dos demais países americanos (exceção feita a Cuba – ainda colônia espanhola – e aos EUA) tem um papel, em Martius, de grande importância para o desenvolvimento do povo brasileiro. Perspectiva esta semelhante à de José Bonifácio, como vimos na aula passada. Porém, diferentemente de Bonifácio, Martius não enxerga nessas relações um sintoma de degeneração. Pelo contrário: a predominância do europeu como motor da mistura garantia a firmeza do produto final.

Martius segue seu trabalho explicitando os elementos das três raças que fundamentaram o povo brasileiro. Dos índios, aponta a necessidade de pesquisas que possam buscar, no passado remoto, os traços de civilizações perdidas. Para Martius, os indígenas contemporâneos seriam resquícios de um povo em “estado florescente de civilização, [que] decahiu para o actual estado de degradação e dissolução” (p. 69). Martius achava que logo poderiam ser descobertos monumentos dessa “civilização superior”, que seriam semelhantes às dos demais países americanos.

Quanto aos portugueses, são para Martius guerreiros cujo espírito afastou riscos de sucesso nas invasões holandesa e francesa, aventureiros que empreenderam a colonização do Brasil a partir da ação de “príncipes, nobres e povo” (p. 73). Aponta Martius a relação direta entre colonização do Brasil e espírito português, pois “o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido senão em seu nexos com as façanhas marítimas, commerciaes e guerreiras dos portuguezes” (p. 74). Destaca a ação das ordens religiosas e seu contato com os indígenas, atitude que levantou informações importantes para a busca pela história passada daqueles povos. Afirma que a ação dessas ordens era, muitas vezes, “os únicos motores de civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento” (p. 77). Para Martius, a tarefa do historiador pragmático seria mostrar “como ahi se estabeleceram e desenvolveram as sciencias e artes como o *reflexo* da vida europea” (idem, grifo no original).

Por fim, a “raça africana” ganha em Martius um espaço à parte, como as duas anteriores. Diz o autor que não há dúvida de que sem os africanos o desenvolvimento histórico do Brasil seria muito diferente. Caberia ao historiador ponderar acerca das influências africanas no “desenvolvimento civil, moral e político da presente população”, a fim de concluir se tais influências seriam positivas ou negativas.

Em Martius, o tráfico e as relações portuguesas na África ganham destaque para a compreensão da formação histórica do povo brasileiro. Lamenta Martius a escassez de documentação a respeito dessas relações, tratadas em parte maior pelos ingleses e sem grande amplitude, a seu ver. Este ainda seria assunto a ser estudado pelas gerações futuras, aponta o autor, a fim de se alcançar um entendimento maior acerca do Império.

Eis as linhas gerais sobre as quais se ergue o trabalho de Martius. No parecer que justifica a escolha do trabalho do autor no concurso, a comissão encarregada da escolha aponta que as questões ali levantadas “são da mais alta importância philosophica, e da mais difficil solução” (IHGB, 1847, apud Guimarães, 2010, p.107). Tratava-se, segundo o parecer, de uma obra “onde todas as exigências da historia se acham satisfeitas” (p.112). E mais:

Se alguma cousa se podia dizer contra elle, é que uma historia escripta segundo ahi se prescreve talvez seja inexecuível na actualidade; o que vem a dizer que elle é bom de mais. Porém não se trata aqui de uma questão de tempo; ahi está o modelo para quando a cousa for realisavel. O Instituto pois tem preenchido um de seus mais imperiosos deveres, e tem feito grande serviço a seu paiz, provocando o apparecimento d’esta memória. O mais é obra do tempo; todavia sua utilidade se manifestara desde já na direcção que devem tomar as investigações históricas (p.112).

Resposta Comentada

Como vimos, o IHGB foi fundado num contexto de busca pela afirmação de uma identidade nacional para o Brasil. Essa identidade deveria, necessariamente, passar pela elaboração de uma História nacional, capaz de articular presente e passado brasileiros em torno de uma origem comum. Outra preocupação presente no IHGB foi, também, a defesa de uma matriz civilizatória de base europeia que servisse de suporte para essa identidade nacional e para essa História nacional a ser escrita.

Podemos compreender a relação entre escrita da História nacional e essa matriz civilizatória a partir, em essencial, da escolha da dissertação de Martius como modelo de como se deveria escrever a História do Brasil. Martius, em seu trabalho, aponta que o Brasil foi formado a partir da confluência de três raças – branca, indígena e negra – e que nessa mistura, haveria predominado o elemento português. Considerando-se a peculiaridade da formação escravista do Brasil, a direção do elemento português sobre essa “mistura de raças” aparecia como a permanência necessária da ligação entre realidade histórica do Império e civilização europeia.

Varnhagen e a *História Geral do Brazil* (1854-1857)

Para melhor explicar a concepção de História presente em Varnhagen, autor tão importante para a história da historiografia brasileira em seus primórdios, dividiremos esta terceira parte da aula em três seções. Em primeiro lugar, traçaremos dados biográficos gerais do historiador. Em segundo lugar, abordaremos a organização e as principais questões levantadas na obra mais famosa de Varnhagen, a *História Geral do Brazil*. Por fim, traçaremos algumas observações a respeito da concepção histórica de Varnhagen em relação à História do Brasil.

Utilizaremos, nesta terceira parte da aula, três textos-chave: o artigo de Lucia Maria Paschoal Guimarães (2002), o trabalho de José Carlos Reis (2007) e o livro de Arno Wehling (1999). Os três constituirão o esqueleto desta aula daqui em diante. A fim de não sobrecarregar o texto com excesso de indicações bibliográficas, remeteremos às páginas específicas somente no caso de citações literais.

a) Dados biográficos

Francisco Adolfo de Varnhagen, barão (1871) e depois visconde de Porto Seguro (1874), nasceu em Sorocaba, SP, em 1816, vindo a falecer em 1878. Filho de Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, engenheiro militar alemão, naturalizado português, e de dona Maria Flávia de Sá Magalhães, Varnhagen passou boa parte de sua infância em Portugal, para onde seu pai foi transferido em 1822, a fim de prestar serviços à Coroa portuguesa, e para onde Varnhagen transferiu-se junto à mãe, em 1823. Fez seus primeiros estudos no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e, em seguida, continuou-os na Academia da Marinha, integrando o 2º Batalhão de Artilharia, ao lado de Pedro IV (o ex-imperador do Brasil Pedro I), em disputa pelo trono português contra dom Miguel. Kursou a Academia de Fortificações e recebeu o diploma de engenheiro, em 1834, sem, no entanto, exercer o cargo como principal ocupação, preferindo permanecer na carreira das armas.



Figura 3.3: Varnhagen, c. 1870, autoria desconhecida.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Francisco_Adolfo_de_Varnhagen.jpg

Por volta dessa época, dedicou-se à pesquisa histórica, publicando seu primeiro trabalho, *Notícias do Brasil*, em 1838, obra que recebeu o reconhecimento da Academia Real de Ciências de Lisboa e serviu-lhe para ser admitido junto àqueles intelectuais. Retornou ao Brasil, em 1840, aos 24 anos, pleiteando a nacionalidade brasileira ao governo imperial (obtendo êxito em 1844) e sendo indicado por Antônio Meneses Vasconcelos de Drumond, ministro plenipotenciário do Império em Lisboa, para integrar, como sócio correspondente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Varnhagen chegou ao IHGB num momento em que o Instituto começava a preocupar-se em enviar estudiosos aos arquivos europeus em busca de documentação sobre a história do Brasil. Tendo já feito pesquisa por conta própria no acervo da Torre do Tombo, em Portugal, e desejoso de ingressar na carreira diplomática, Varnhagen caíria como uma luva nas intenções do Instituto.

Em suas primeiras missões, em Portugal e na Espanha, Varnhagen obteve sucesso no levantamento de documentos relativos aos tratados de limites da América portuguesa. Retornou ao Brasil, em 1851, elegendo-se primeiro-secretário do IHGB e passando a travar contato direto com o imperador Pedro II. Nos anos seguintes, entre 1852 e 1858, já diplomata, aproveitou sua carreira para examinar manuscritos nos arquivos de Amsterdam, Paris, Florença e Roma. Foi nessa época que lançou os dois volumes de sua obra mais famosa, a *História Geral do Brasil*. Exerceu ainda o posto de diplomata na Venezuela, na Colômbia, no Equador e no Chile, onde se casou e constituiu família. Regressaria ainda ao Brasil uma vez, em 1877, e logo partiria para Viena, onde viria a falecer em 1878, aos 62 anos.

Varnhagen deixou como herança intelectual, ao longo de sua carreira, diversas obras, entre livros, artigos, memórias etc. A mais famosa delas, conforme já apontamos, foi a *História Geral do Brasil* (HGB), dividida em dois volumes, cujo primeiro foi publicado em Madri, em 1854. Concentraremos nossa análise de Varnhagen nesta obra em particular.

b) A História Geral do Brazil

A obra principal de Varnhagen divide-se em 54 capítulos (nomeados, por ele, *seções*) que trazem uma abordagem cronológica da História do Brasil. Tal abordagem provocou algumas polêmicas nos anos seguintes ao seu lançamento, levando o autor a fazer modificações em relação ao estilo e aos comentários quando da publicação da segunda edição, em 1871, embora mantivesse o cerne de sua interpretação da história pátria (GUIMARÃES, 2002, p. 80). Voltaremos a essa questão na seção c, mais à frente. Por ora, adiantamos que há significativas mudanças em relação à organização dos primeiros capítulos da edição original em relação à segunda edição. Para esta aula, trataremos da organização da edição original.

Os primeiros capítulos, do I ao VI, abordam o início das aventuras lusitanas pelos mares à época das grandes navegações. Trata-se de uma história dos fatos institucionais portugueses, atrelada à gênese da História do Brasil. Ali, a América portuguesa surge, aos olhos de Varnhagen, como

herança do Tratado de Tordesilhas. O que leva aos antecedentes dessa convenção da diplomacia ibérica, que sob as bênçãos do papado partilhou o Novo Mundo entre as dinastias de Avis e Castela (GUIMARÃES, 2002, 80-81).

Varnhagen aborda o tema das grandes navegações portuguesas a partir do estímulo das especiarias, que teria impulsionado a expansão marítima e o descobrimento do Novo Mundo – feito, aliás, para Varnhagen, do acaso. Na concepção do autor, as terras descobertas por Cabral – um “feliz achado” – eram por direito pertencentes a Portugal, mais preocupado, à época, com as riquezas do Oriente.

Da descoberta em diante, a descrição das primeiras expedições exploradoras e guarda-costas, com destaque para a comandada por Martim Afonso de Sousa, é uma história que vai de um Brasil como interesse secundário de Portugal à percepção lusitana da necessidade de defender o território contra os ousados navegadores, em especial franceses, que frequentavam o litoral.

Varnhagen percebe na expedição de Martim Afonso o início do empreendimento colonizador, momento de viragem nas relações de Portugal com as terras brasileiras.

A partir daí, Varnhagen debruça-se sobre as condições da terra brasileira antes e à época desse início de colonização. Podemos incluir aqui os capítulos que vão do VII ao X. É uma descrição das características territoriais da região: acidentes geográficos, zonas climáticas, paisagem natural, flora, espécies, matas e florestas etc. É um enfoque, também, sobre as culturas indígenas que habitavam o território antes da chegada dos portugueses, incluindo Tupis, guaranis, tapuias etc.

Adiante, dos capítulos IX ao XII, Varnhagen segue uma abordagem das capitâneas. Lúcia Guimarães explica a tendência desses capítulos:

Afora questões pontuais, como o exame dos direitos dos donatários e distribuição dos lotes, a exposição oferece uma pista importante acerca das diretrizes da política colonial portuguesa, que mais tarde seria devidamente explorada por outros historiadores: o sistema constituía uma alternativa de colonização altamente vantajosa para a Coroa, pois não demandava maiores investimentos, ficando os riscos por conta dos donatários (GUIMARÃES, 2002, p. 82).

A historiadora aponta, ainda, o quanto de Varnhagen ficou como herança nos livros didáticos e nas aulas de História, principalmente em relação à ideia de capitâneas que deram certo e capitâneas que fracassaram.

Os dois capítulos seguintes dedicam-se ao exame das relações cotidianas entre colonos e indígenas, e da entrada dos africanos escravizados, num capítulo sugestivamente intitulado por Varnhagen: “Escravidão d’ africanos. Desmoralização nas capitâneas todas”. Nesses dois capítulos, mostra Varnhagen as influências culturais indígenas sobre os colonos, como o uso do tabaco, a alimentação de milho e mandioca, a dormida em redes

ou a construção de casas de cipó, e a sobrevivência, não obstante, dos padrões e comportamento europeus, em especial em relação às datas do calendário e das cerimônias religiosas. Em relação aos escravos, Varnhagen remonta o tráfico às primeiras ações dos portugueses nas ilhas africanas e à introdução em larga escala, a partir da proibição da escravização dos índios. O painel pintado por Varnhagen, ao final desses dois capítulos, é de crítica ao perfil dos primeiros colonizadores, sugerindo que a Colônia “se constituía no paraíso dos contrabandistas, degredados, viciados e criminosos” (GUIMARÃES, 2002, p. 86).

A partir desse quadro, Varnhagen volta ao estudo da administração colonial nos capítulos seguintes: trata da criação e atuação do governo-geral, aborda a expansão territorial para além dos limites definidos em Tordesilhas, destaca a importância dada à proximidade com o Peru, devido à busca por minas de prata. São dignas de nota as menções que Varnhagen faz às invasões estrangeiras e às expulsões de franceses e holandeses. Para o período após as invasões holandesas, a HGB é conduzida, cada vez mais, pelos acordos e tratados, celebrados pela metrópole portuguesa. Até o século XVIII, ao menos, o desenvolvimento histórico do Brasil é atrelado a esses acontecimentos institucionais como forma de delimitar o tempo histórico.

O século XVIII é farto de novidades para Varnhagen, abordando desde a descoberta do ouro (que, aliás, mereceu, junto aos diamantes, capítulo à parte) até as rebeliões. Varnhagen não se dedica, contudo, nessa abordagem, a questões que pudéssemos considerar como centradas na História social. Pelo contrário: o ritmo institucional e administrativo continua a permear sua obra, com os tratados, pautando as mudanças históricas e de capítulos.

Os capítulos finais da obra são dedicados ao século XIX e aí a veia monarquista de Varnhagen aparece mais à tona (conforme veremos na seção c). Ainda pautado pelos fatos institucionais, Varnhagen destaca os feitos de D. João VI e de seu ministro, Rodrigo de Sousa Coutinho, como fundamentais para o caminho que levou à

Independência. Na discussão desse caminho para a Independência, Varnhagen contrapõe um conjunto de intelectuais de destaque, numa galeria que inclui José Bonifácio, Nogueira da Gama, José da Silva Lisboa, Hipólito José da Costa, Azeredo Coutinho etc., a um conjunto de pensadores subversivos, adeptos dos “abomináveis princípios franceses”, como aqueles reunidos na chamada Inconfidência Carioca, de 1794. Para o trato das rebeliões das duas décadas seguintes, em especial as de 1798 e 1817, Varnhagen é crítico e, se escreve sobre, não é senão com desgosto, conforme veremos mais à frente.

Varnhagen encerra sua HGB com a herança de Bragança, que tão bem teria feito ao Brasil, segundo sua concepção. Para ele, a chegada da Corte representou uma nova era, “onde o Brasil tornou-se o centro da monarquia, regida pela casa de Bragança” (GUIMARÃES, 2002, p. 93). Considera o rompimento do pacto colonial a partir da abertura dos portos em 1808 e finaliza seu livro num capítulo dedicado a autores e obras que possam servir de perspectiva para o estudo da Independência do Brasil (história que Varnhagen não chega a analisar em profundidade, tema que ficaria para um outro seu livro, publicado postumamente, intitulado *História da Independência do Brasil*). Por meio dos autores selecionados nesse capítulo, Varnhagen conclui com a direção que pretende apontar com seu esforço: o elogio da monarquia brasileira como única possibilidade de desenvolvimento para o Brasil.

c) A concepção histórica de Varnhagen

Podemos começar a análise da concepção histórica presente em Varnhagen a partir da conclusão a que chega o historiador ao final de sua obra. Conforme apontamos acima, para Varnhagen, a monarquia é a única forma capaz de levar o Brasil a fazer parte do conjunto da civilização europeia. A associação entre monarquia e civilização em Varnhagen não é gratuita. Como vimos, tal ligação já estava presente nos primeiros passos dados pelo IHGB, desde sua criação. Resta entendermos por que tal relação fazia-se tão necessária naqueles tempos.

Essa época foi tratada especialmente nas Aulas 6 e 8 de História do Brasil II, mas vale a pena retomarmos algumas questões.

A conjuntura entre 1838, ano de fundação do IHGB, e 1854, quando Varnhagen lança o primeiro volume de sua *História Geral*, é marcada por aquilo que ficou conhecido na historiografia como “regresso conservador”. Foi um momento de viragem na história do Império, quando os conflitos da Regência levaram o avanço liberal pós-abdicação do primeiro imperador a arrefecerem, dando lugar a uma ideologia que, cada vez mais, buscava tornar-se hegemônica no país.

Tal ideologia pautava-se pela necessidade de construção de uma determinada *ordem* para o Império do Brasil. Uma ordem que ligava os destinos do Império aos destinos da escravidão, do café e da *classe senhorial*; classe que se forma em conexão direta com a consolidação do Estado nacional no Brasil. A partir da posição dos regressistas junto ao Estado e de sua atuação como intelectuais (isto é, dirigentes), a classe senhorial universaliza para todo o Império o seu ideal particular, o seu modo de vida específico, a sua concepção de mundo que, subordinando as demais alternativas que se apresentavam para o destino do Império, tornava-se a única viável. Em outras palavras, a conjuntura entre 1838 e 1854 foi aquela em que o *ethos* senhorial-escravista da classe senhorial foi organizado, principalmente pelos regressistas, como projeto que contemplava, como necessidades da nação, a escravidão, o café, a monarquia, a centralização política, o monopólio da leitura da Constituição e das leis etc. Foi, em suma, uma época em que os dirigentes regressistas buscavam sair vitoriosos do calor de disputas políticas da Regência, a partir de um processo de “convencimento” da sociedade por meio de uma determinada direção moral e intelectual. Para a vitória, teriam não apenas de “convencer” os grupos aliados, mas, principalmente, subordinar todas as alternativas a este projeto de Império. Deveriam, também, estender-se a todo o país, ultrapassando os limites de sua origem, a província fluminense.

Concretamente, a política regressista começou a alcançar essa hegemonia ao rever as reformas liberais do início do período regencial, dando um novo rumo para o Império, reforçando as prerrogativas do centro e retirando atribuições das províncias. Nesse movimento e a partir da vitória sobre os movimentos revoltosos de 1842, com a anistia em seguida, os regressistas – posteriormente chamados de conservadores – integraram de modo subordinado os antigos adversários progressistas – posteriormente liberais – no jogo político imperial. A vitória conservadora, porém, não poderia obter sucesso apenas pela força das armas ou pela repressão a propostas alternativas (ou seja, pela coerção). Seria preciso alcançar um consenso por meio de uma vitória na batalha de concepções de mundo – e foi aqui que Varnhagen (tal como o IHGB) teve um papel crucial.

A concepção de mundo de Varnhagen defendia a monarquia brasileira (isto é, a casa de Bragança) como herança da monarquia portuguesa – e, portanto, encarava a História do Brasil como produto da vitória da matriz portuguesa de colonização e civilização. Tal herança era o elo a manter o Brasil no conjunto da civilização europeia, e tal modo de interpretar a História nacional levaria Varnhagen a descaracterizar as heranças indígena e africana, para ficarmos nas outras duas, apontadas por Martius, como positivas.

Essa valorização da colonização portuguesa inicia-se no próprio índice da obra, com a descrição das aventuras lusitanas pelos mares e com a abordagem do Tratado de Tordesilhas, conforme vimos, como instaurador do direito português a colonizar as terras brasílicas. A natureza selvagem, a fauna, do país à época do descobrimento constitui para Varnhagen um ambiente hostil e decididamente avesso ao exercício da civilização. A conquista dessa natureza selvagem foi, aliás, ponto alto para o elogio de Varnhagen à bravura dos portugueses. O ambiente hostil, para Varnhagen, impedia aos índios o desenvolvimento de sentimentos amistosos, restando “atitudes rancorosas e vingativas”, “permanente desconfiança” e a necessidade de estar “permanentemente em guarda contra ataques

traíçoeiros”, já que se tratavam de homens sem “nenhuma piedade” e “duros de coração” (WEHLING, 1999, p. 162; os últimos dois termos são do próprio Varnhagen).

Não precisamos nos deter mais sobre este ponto para percebermos que, em Varnhagen, o desenvolvimento da nacionalidade brasileira – e, por conseguinte, a escrita da História nacional – deve-se não ao indígena, mas ao colonizador português. E isto era, em sua percepção, um traço positivo. A recusa em considerar o índio como um “brasileiro primitivo” levou Varnhagen a entrar em choque com concepções indigenistas que começavam a ganhar força tanto no Romantismo (com Gonçalves Dias e José de Alencar) quanto no próprio IHGB. A polêmica em torno dessa disputa levou Varnhagen, conforme antecipamos no início desta parte da aula, a introduzir modificações na segunda edição de sua obra (1871), quando trocou a ordem dos dez primeiros capítulos e deixou as descrições sobre a natureza brasileira à frente das navegações portuguesas. Era uma forma de tentar minorar a ideia de que a História do Brasil inaugurava-se em Portugal.

Sobre os africanos, Varnhagen é ainda menos amistoso: se ainda conseguia ver nos índios vestígios de “civilizações anteriores”, de forma semelhante à concepção de Martius, em relação aos africanos restava o lamento por tamanho mal causado ao Brasil pelos traficantes de escravos, “entulhando suas cidades do litoral e engenhos de escravaria” (REIS, 2007, p. 42). Foi, para Varnhagen, um erro a introdução desses cativos e a culpa recairia sobre os jesuítas, críticos que eram da escravização dos índios. Varnhagen fez uma “das mais antigas (senão a primeira) manifestações a favor da tese do branqueamento” (WEHLING, 1999, p. 166), afirmando que poderia chegar

um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo as características da origem africana e, por conseguinte, a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro e soffreram os

grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que nenhum paiz da America, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anathema acompanha não só a condição e a cor, como a todas as suas gradações; *sendo neste ponto, como em muitos outros, a nossa monarchia mais tolerante e livre que essa arrogante república, que tanto blasona de suas instituições libérrimas, e cujo aristocrático cidadão não admite a seu lado, nas reuniões políticas, nem nas civis e sociaes, o pardo mais claro, por maiores que sejam seus talentos e virtudes* (VARNHAGEN, 1854, p. 183, grifos nossos).

A citação deixa clara não apenas a posição de Varnhagen em relação à escravidão (surge como desumana) e ao futuro do Brasil (ao esperar que a herança dessa escravidão desapareça da sociedade brasileira). Deixa clara, também, mais uma vez, a postura do autor em relação à monarquia brasileira, nitidamente, em suas convicções, superior às alternativas republicanas da América. Nota-se a defesa do predomínio português na herança deixada no sentimento nacional brasileiro. O elogio dessa herança, consubstanciada na matriz civilizatória europeia e no Estado monárquico garantidor da ordem, associava Varnhagen ao pensamento regressista e transforma-o em importante arauto da consolidação do Estado imperial, num momento-chave de sua trajetória.

Mas as contribuições de Varnhagen para a historiografia brasileira não se limitam a seu papel em relação ao Estado imperial. Varnhagen foi um grande erudito e “não só estava atualizado com o que se fazia na Europa, como foi um dos pioneiros da pesquisa arquivística e do método crítico que o século XIX redescobriu e aprimorou” (idem, 24). Na Europa, o principal símbolo desse método crítico foi Ranke, com quem Varnhagen partilhava muitas semelhanças metodológicas. Varnhagen descobriu documentos em suas incursões em arquivos e foi o primeiro historiador a estudar o século XVIII sistematicamente, a partir de documentos (WEHLING, 1999, p.154-155).

O documento, aliás, era de fundamental importância para Varnhagen, pois constituía a forma de se chegar à “verdade histórica”, entendida por ele como “um esforço de reconstituição integral do fato passado, a partir da mais absoluta fidelidade ao acontecido” (idem, 132). Era a história “como realmente aconteceu”, tão cara a Ranke. Nesse sentido, a *HGB* de Varnhagen diz a que veio logo em sua contracapa, ao apresentar, logo abaixo do título, a seguinte consideração:

do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos, recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda (*HGB*, 1854, III).

A História produzida pelo historiador, a partir de documentos, possibilitaria encontrar uma *realidade passada real*; os documentos, comparados e interrogados, revelariam algo passível de reconstituição. Em Varnhagen, esses documentos ligam-se diretamente àqueles produzidos pelo Estado e chancelados institucionalmente. A comprovação da veracidade do documento permitiria ao historiador reconstituir os fatos e distinguir-se do mero cronista pela tarefa de escrever uma História *crítica, filosófica e pragmática*, isto é, uma História considerada *verdadeira, interpretativa e instrutiva*, que pudesse servir para a prática das gerações do presente e do futuro (WEHLING, 1999).

A importância dada ao documento não impediu Varnhagen de acreditar na interpretação do historiador como forma de suprir as lacunas documentais, ou seja, à falta de documento verdadeiro, o historiador deveria usar como recurso a sua imaginação (idem, 143). Essa percepção mostra por que, embora tivesse uma visão desconfiada em relação aos índios, Varnhagen não deixou de dar-lhes importância, estabelecendo programas de estudo de seus costumes e recolhendo informações sobre a cultura das diversas sociedades indígenas (embora acreditasse, como Martius, que esse era um papel fundamental para a etnografia, e não para a História).

Eis os traços fundamentais da concepção de História de Varnhagen, de fundamental importância para o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil.

Em Varnhagen, essa ideologia senhorial encontra-se com a interpretação do papel civilizador da monarquia, que, no caso especificamente brasileiro, na figura da casa de Bragança, tornava-se herança da monarquia portuguesa – e, portanto, símbolo da vitória da matriz portuguesa de colonização e civilização.

CONCLUSÃO

Conforme pudemos observar nesta aula, a formação de uma consciência histórica foi fundamental para a formação de uma identidade nacional para o Império.

Essa identidade nacional, que se expressou fundamentalmente na escrita de uma História nacional, deve sua delimitação mais firmada, a partir da fundação do IHGB, em 1838. Ali foi pautada uma direção que associava os destinos do Império do Brasil, cada vez mais construído sob a égide da ideologia senhorial, à interpretação de sua trajetória histórica como produto da matriz civilizatória portuguesa expressa no Estado monárquico-constitucional. Mas apenas em Varnhagen essa ligação entre monarquia e civilização encontra seu ápice.

Quando comparamos o trabalho de Varnhagen com o do início do IHGB, bem como com o da dissertação de Martius, que expressa um ponto de vista aceito pelos membros do Instituto, podemos perceber algumas diferenças. Em Varnhagen, por exemplo, o tema da mescla das três raças, que é o ponto central de Martius, desaparece. O indígena deixa de ser um elemento constituinte do “ser brasileiro” para tornar-se símbolo de uma espécie de “Pré-história”, degradada do Brasil. A escravidão e a presença africana merecem pouco destaque. O que é comum entre ambos os pontos de vista é o destaque para o papel civilizador, garantidor da ordem e da unidade nacional desempenhado pela monarquia constitucional dos Bragança.

Apesar da força de sua interpretação e do prestígio de que gozava o autor junto a muitos intelectuais da época, sua obra historiográfica não ficou imune a críticas. A principal crítica que acometeu a obra de Varnhagen dizia respeito à polêmica em relação aos indígenas, especialmente junto a Gonçalves de Magalhães (1811-1882) e João Francisco Lisboa (1812-1863).

Já mencionamos Gonçalves de Magalhães anteriormente: um dos fundadores da revista *Nitheroy* e representante do Romantismo brasileiro, cujo indianismo batia de frente com a matriz portuguesa, defendida por Varnhagen em relação à colonização. No mesmo sentido, direcionou-se a obra do historiador maranhense João Francisco Lisboa, para quem a posição de Varnhagen em relação aos indígenas encobria “uma vocação absolutista” (WEHLING, 1999, p.196). Ambos os autores, porém, admiravam a obra de Varnhagen, considerando, no caso de Lisboa, serem possíveis apenas críticas parciais, e não ao conjunto da obra, em sua forma e época insuperável. No caso de Magalhães, havia a consideração de ser Varnhagen o mais completo historiador do Brasil, no que tange à história da colonização portuguesa.

As diferenças não foram além das críticas localizadas. No fim, em Varnhagen, um modelo de escrita nacional de grande influência se constrói. Sua influência continua fazendo-se sentir nas décadas seguintes, tanto em relação a críticas mais amplas, que passam a tomá-lo como exemplo a ser superado, quanto em relação à formação de uma “matriz” de interpretação da História nacional brasileira. Veremos essa questão com mais vagar nas aulas seguintes.

RESUMO

Como vimos, os anos entre 1830 e 1850 formaram décadas onde o tema da construção do Estado imperial e da nação brasileira estiveram em pauta. Nesse sentido, a escrita de uma História do Brasil tornou-se objetivo a ser perseguido pelos intelectuais coevos. Os dois pontos mais importantes de construção e interpretação dessa história ligaram-se à fundação do IHGB e à obra de Varnhagen, *História Geral do Brazil*.

A fundação do IHGB inseriu-se no processo de consolidação do Estado imperial, centralizado e monárquico, num circuito intimamente ligado à tentativa de manutenção dos vínculos “civilizatórios” com a Europa. A ideia era aproximar a escrita da História da ação estatal, sob a égide do imperador dom Pedro II, que se tornaria patrono daquela visão de mundo. A vitória da dissertação de Von Martius sobre o tema “como se deve escrever a História do Brasil?” é símbolo desse papel.

A escrita de Varnhagen, se por um lado mantém e aprofunda esse vínculo criado no IHGB, por outro lado vai além na interpretação de uma História que valoriza sobremaneira o elemento português da colonização. Se em Martius a mescla das três raças era constitutiva da nação brasileira, em Varnhagen a ação portuguesa vitoriosa, simbolizada na permanência da monarquia de Bragança, indicava a submissão dos demais caminhos à direção lusitana.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos ver dois autores fundamentais para as mudanças no pensamento historiográfico brasileiro, na virada do século XIX para o XX: Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu. Até lá!

Aula 4

Abordagens historiográficas em transformação: Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar as transformações por que passou a pesquisa histórica na virada do século XIX para o XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as mudanças ocorridas nas formas de se pensar o Brasil na segunda metade do século XIX, especialmente em relação à “geração de 1870”;
2. reconhecer a importância da obra de Joaquim Nabuco para o conhecimento histórico brasileiro;
3. avaliar o papel de Capistrano de Abreu para a análise histórica a respeito de nosso passado.

Pré-requisito

Para o melhor aproveitamento desta aula, é importante que você releia a Aula 7 da disciplina Teoria da História, a respeito do historicismo e do positivismo.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior, a obra de Varnhagen criou um padrão a ser seguido pelos estudos historiográficos nas décadas seguintes. Segundo Arno Wehling, isso se deu por três razões: 1) “seu valor científico intrínseco”, 2) “seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional” e 3) “sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira” (WEHLING, 1999, p. 195). Tal presença provocou a fala de Capistrano de Abreu, outro fundamental historiador que veremos nesta aula, para quem Varnhagen teria criado “quadros de ferro”, na explicação histórica nacional. Não à toa, alguns historiadores arrastam a influência de Varnhagen, seja sobre a pesquisa histórica, seja sobre o ensino escolar de História (em manuais e livros didáticos), até bem avançado o século XX. Isso nos mostra a marca que o autor deixou na trajetória da abordagem histórica brasileira.

Enfocaremos nesta aula dois autores que dialogaram, de uma ou outra forma, com essa tradição: Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu. Antes de focarmos em ambos os autores, porém, é importante tratarmos do contexto intelectual brasileiro da segunda metade do século XIX, contexto este que refletiu sobre a obra de Varnhagen e abriu caminho para as críticas.

Críticas e transformações na sociedade brasileira (c.1850-c.1870)

Como você já viu nas aulas de História do Brasil II, a segunda metade do século XIX caracterizou-se, no Império do Brasil, por ser uma época de grandes transformações. Essas mudanças influenciaram a escrita da História e a interpretação do passado brasileiro. O padrão delineado por Varnhagen, elaborado em uma época de expansão da ideologia saquarema e da afirmação de determinado modelo de Estado nacional, como já vimos na aula

passada, deu lugar a outros tipos de formulação. Esses novos tipos, mais preocupados com questões como o caráter do povo brasileiro ou ligados a reformulações nas estruturas político-sociais do Império, e menos ligados à formulação de um sentimento nacional oficial, traçarão alguns dos rumos que a historiografia brasileira percorrerá no século XX.

Para entendermos a formulação desses novos tipos representados, aqui, pelas figuras de Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu, será necessário tecer antes algumas considerações a respeito do “campo intelectual” no Brasil do Oitocentos, bem como fazer algumas indicações a respeito das mudanças nesse campo, após meados do século XIX.

Durante a maior parte de sua história, não existiu, no Império do Brasil, um “campo intelectual” autônomo relevante. Isto é, não havia um conjunto fortalecido de instituições ou intelectuais, alheios ou independentes em relação ao Estado imperial. Tudo convergia para a Corte e as produções de caráter mais regional e/ou autônomo eram raras. A trajetória imperial atravessada pelos intelectuais da época assemelhava-se, sobretudo, pela conexão direta ou indireta à Corte. A capital do Império representava o epicentro do universo daqueles homens e mulheres que se pretendiam parte da “civilização”. “O Rio de Janeiro é o Brasil”, afirmou o alemão radicado no Brasil Carl von Koseritz, em 1883 (apud NEVES e MACHADO, 1999, p. 331). Nos bailes, salões, jantares, saraus, banquetes etc.; da Corte, tecia-se a política imperial, aproximavam-se as famílias, reafirmava-se a “boa sociedade” e seu papel dominante naquela organização. Cada nova festividade, laica ou religiosa, era uma oportunidade renovada para ostentar poder e inserir as novas gerações familiares nesse círculo. Os festivais, as óperas, os artistas europeus cujas chegadas ao Brasil os jornais noticiavam com vigor, tudo fazia parte da imagem da Corte como ponte para a civilização.

Assim, o “percurso social” desses intelectuais ligava-se normalmente aos destinos traçados na Corte ou a ela relacionados. As preferências não mudavam muito: aspiravam à carreira pública;

a um valioso casamento; à direção de cargos administrativos; a, se possível, um título de nobreza, sempre no sentido de aproximar-se dos círculos centrais do poder. Corriqueiramente, se a possibilidade se apresentasse, entrariam para a política e, em um sistema eleitoral marcado por fraudes e redes de clientelas, os contatos e as alianças pesariam muito no momento da eleição. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, a semelhança entre os percursos seguidos criava uma espécie de “clube” a homogeneizar a elite política imperial.

Além dessa trajetória comum em direção à Corte, os intelectuais brasileiros do Oitocentos também se assemelhavam por não percorrer uma carreira única, fosse pelo tipo de formação, fosse pelo conjunto de exigências que a vida social apresentava. Não raro, os intelectuais do Império transitavam por várias áreas, como Direito, literatura, administração pública, política etc., incluindo, aí, a História. O leque de temas abordados por esses intelectuais era variado, embora nem sempre a qualidade dos escritos fosse similar em todas as áreas. Mesmo alguns ícones de nossa literatura, como José de Alencar e Machado de Assis, não fugiram à regra: o primeiro transitou pelo mundo da política e o segundo foi funcionário do Ministério da Agricultura. E, como vimos na aula passada, aquele que é considerado nosso primeiro historiador, Varnhagen, foi também, dentre outras coisas, diplomata.

A essa variedade de interesses e à proximidade nos caminhos percorridos somava-se a ideia de que a Europa representava o centro da civilização. Não raro estadias no velho continente, que podiam durar de alguns meses a muitos anos, faziam parte da trajetória desses homens. Desse contato próximo com o Velho Mundo, surgiram ideias e práticas que possibilitaram alternativas para o pensamento social brasileiro. Afinal, o desafio de articular o universo intelectual europeu (repetimos: ícone da civilização) à realidade americana pautou a atuação desses intelectuais, especialmente na segunda metade do século XIX, notadamente a partir de 1870, quando a estrutura do Estado imperial montada em meados do século começou a apresentar fissuras. As razões dessas fissuras eram variadas,

conforme você já estudou em História do Brasil II. Mas, em resumo, essas frestas abertas possibilitaram o aparecimento de críticas, principalmente pelos grupos marginalizados do governo, que viam na expansão das comunicações, em especial nos periódicos e panfletos, uma chance para articular projetos alternativos de poder.

O importante para nosso propósito aqui é salientar que, grosso modo, a partir da década de 1870, a relação cultural e intelectual entre o Brasil e a Europa deixou de ser marcada apenas pela ideia de um centro civilizado que era replicado, ainda que com alguma defasagem, no Brasil imperial. Até então, a monarquia constitucional aparecia como o agente político e institucional capaz de fazer com que a civilização da “velha” Europa penetrasse e se expandisse na “nova” América. As diferenças – de civilização – entre os dois continentes eram mais uma questão de tempo, de acúmulo e sedimentação histórica. A monarquia constitucional, fator de ordem e civilização, fazia com que essa diferença, com o tempo, viesse sendo, pouco a pouco, suplantada. A partir da década de 1870, diversos fatores levaram a uma drástica mudança nesta percepção, principalmente entre os grupos sociais que surgiam e se organizavam na sociedade brasileira. Por um lado – na ponta europeia e, cada vez mais, norte-americana, ocorria a chamada Segunda Revolução Industrial, que aumentava exponencialmente a distância entre os países centrais e os periféricos, neles incluído o Brasil. Essa distância era ainda mais acentuada pela expansão imperialista europeia em direção à África e à Ásia. No que diz respeito às Américas do Sul e Central, esta ameaça rondava o horizonte, principalmente através da presença dos Estados Unidos, que, neste momento conheciam um período de intenso desenvolvimento econômico.

O Império do Brasil, que era tido, ou assim se queria, como um oásis de civilização em meio à barbárie americana, passava a ser alvo de críticas. A principal dizia respeito à manutenção da escravidão, vista, desde o desfecho da Guerra da Secessão com a derrota dos Estados Confederados, que defendiam a escravidão, como marca intolerável de atraso e barbárie. Em fins da década

de 1870, os desdobramentos da lei de 28 de setembro de 1871, que decretara a liberdade do ventre da mulher escrava e outras medidas no sentido de promover a emancipação gradual, deixavam claro que a escravidão ainda teria uma sobrevivência prolongada. Não por acaso, em 1879, e com maior vigor, a partir de 1880, começa a se mobilizar o movimento abolicionista, que, em menos de uma década, liquidaria com três séculos de regime escravista e seria o principal fator da crise e derrubada da própria monarquia. Esta, por sua vez, voltava a ser colocada em questão, desta vez mais explicitamente e com maior vigor do que nas duas primeiras décadas do Império. Em 1870, surgiu formalmente o movimento republicano. A centralização política e administrativa do Império também voltou a ser objeto de críticas. Esse conjunto de críticas ao Império expressava a emergência de novos grupos sociais e intelectuais na arena política, como já tivemos oportunidade de ver nas aulas de História do Brasil II.

Tais grupos, dispostos a elaborar alternativas para o pensamento social brasileiro, ficaram genericamente conhecidos como “geração de 1870”. Segundo Ângela Alonso (2000, p. 35-55), tal geração, que continua a ser amplamente estudada, foi analisada majoritariamente pela historiografia, a partir de duas grandes vertentes.

Uma, ligada à história das ideias, buscou organizar os intelectuais que dessa geração fizeram parte de acordo com as teorias europeias que os embasavam e levavam a formar “doutrinas” filosóficas (cientificismo, darwinismo, positivismo etc.). O problema dessa vertente, segundo a autora, foi entender a geração de 1870, como dotada de autonomia intelectual, isto é, como corpo separado de uma prática política. Como se fosse um grupo especificamente preocupado em formular ideias de valor universal, sistemas filosóficos despregados da realidade imperial. Não raro, essa interpretação conferia à geração a pecha de mera imitadora ou reprodutora dos padrões europeus. Acusava-a de não atentar para a realidade brasileira.

A segunda vertente, alternativa à história das ideias, viu na geração de 1870 representantes de novos grupos sociais, surgidos no Império. Assim, os intelectuais dessa geração seriam representantes dos “novos setores”, como a burguesia urbana e os “setores médios urbanos”, a burguesia cafeeira paulista, os estancieiros gaúchos etc. Tal interpretação viu nas ideias da geração representações dos anseios desses novos grupos, surgidos com a modernização econômica do Império e em busca de seu lugar na sociedade imperial.

Ambas as vertentes, em que pesem suas diferenças, partem de um pressuposto comum: a noção de “autonomia do campo intelectual” do Oitocentos brasileiro. Em outras palavras, partem da ideia de que havia um grupo separado do Estado ou da realidade política que buscava somente a formulação de “obras filosóficas”, uns, ou “obras políticas”, outros. A preocupação seria sempre doutrinária, e não de atuação na realidade brasileira. Ainda segundo Ângela Alonso, tal interpretação não dá conta da complexidade da geração, que, segundo a autora, apropriou-se seletivamente das ideias europeias e buscou aplicá-las de acordo com os contextos em que seus intelectuais inseriam-se, sempre no sentido de atuar politicamente e reformar ou reformular as tradições e práticas no Brasil imperial.

Assim, resumidamente, a conjuntura aberta nos anos sessenta e setenta do século XIX, com todas as transformações que acometeram o Império, abriu fissuras na estrutura social do país e permitiu aos intelectuais dessa geração, das mais diversas formas e a partir de variadas correntes, tentar reorganizar a sociedade em que viviam. Para os propósitos de nossa aula, o foco deve ser direcionado sobre um aspecto desse movimento. A geração de 70 – Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu são nossos representantes nesse sentido – também buscou pensar a partir de novos ângulos a realidade brasileira, interpretando a história da formação de nosso país a partir da necessidade de superar suas heranças malditas, e não a partir do viés da construção da identidade nacional oficial, como queria Varnhagen.

De certa forma, a geração de 70 também possibilitou os caminhos iniciais de superação definitiva do “paradigma

Varnhagen”, embora, como vimos, ele ainda tivesse grande força nos estudos e no ensino de História século XX adentro.



Atende ao Objetivo 1

1. A partir do visto sobre a “geração de 70”, explique a diferença entre a interpretação do Brasil presente nesse movimento e o pensamento predominante construído em meados do século XIX.

Resposta Comentada

A principal diferença quanto à interpretação do Brasil entre a “geração de 70” e o pensamento predominante, ligado a Varnhagen e ao IHGB, diz respeito à sua origem e finalidade: o padrão de Varnhagen e o do IHGB tinham uma origem estatal e o objetivo de construir uma certa identidade nacional, ligada à ideia de civilização, a partir da Coroa. Por outro lado, a “geração de 70”, composta por setores que se desenvolveram na segunda metade do século XIX, buscou interpretar o Brasil a partir da ideia de reforma institucional, buscando alternativas ao tipo de política e de sociedade, cuja imagem o Império erguera em meados do século.

Joaquim Nabuco, a herança da escravidão e a imagem do Império



Figura 4.1: Joaquim Nabuco.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d5/Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870%2C_embaixador%2C_abolicionista%2C_escritor_-_%28Col._Francisco_Rodrigues%3B_FR-732%29.jpg

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, ou simplesmente Joaquim Nabuco, nasceu em Recife, a 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, a 17 de janeiro de 1910. Foi um dos mais importantes membros do movimento abolicionista brasileiro, além de ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, político, diplomata, jurista, jornalista e historiador. Era filho de José Tomás Nabuco de Araújo Filho, um dos principais senadores

do Império (responsável por dois discursos que entraram para a história parlamentar brasileira: a “Ponte de ouro”, de 1853, em que antecipa a política da Conciliação, e o “Sorites”, que expôs o racha no sistema político imperial, em 1868) e cuja vida e trajetória pública tomou como objeto de análise em sua obra historiográfica mais importante: *Um estadista do Império*.

Como outros membros da boa sociedade imperial, Joaquim Nabuco teve uma formação marcada pela polivalência, como atestam as várias funções que exerceu, enumeradas anteriormente, e pelo caminho percorrido rumo à Corte e à Europa. Em 1870, aos vinte e um anos, formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, cidade onde nasceu e onde morou durante os primeiros oito anos de sua vida, tendo sido deixado pelos pais sob cuidados dos padrinhos (os pais mudaram-se para a Corte, já que Nabuco de Araújo elegera-se deputado pelo Partido Conservador após o nascimento do filho). Após o falecimento do padrinho e da madrinha, Joaquim Nabuco foi ao encontro de seus pais no Rio de Janeiro e ali viveu até 1866, quando se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo e de onde se transferiu para o Recife, no último ano do curso.

Após formado, voltou ao Rio de Janeiro, sob influência do pai, a fim de conseguir algum posto na política ou na administração imperiais. A vida mundana da Corte, com seus salões e atrações, capturava o olhar de Nabuco, que se destacava por seu porte físico, elegância e beleza (não à toa, era conhecido como “Quincas, o Belo”). Dedicando-se às letras, Nabuco publicou alguns ensaios nesse período, nada com grande repercussão. Ocupando-se também da atividade jornalística, obteve maior sucesso graças ao clima de crise política e abertura para reformas após 1868. Nabuco, nesse clima, atacava em seus escritos a ligação entre Estado e Igreja, pregava a necessidade de reformas políticas (como o fim da vitaliciedade do Senado e eleições diretas) e, em especial, defendia a emancipação dos escravos e a universalização da instrução como caminhos para um regime monárquico mais democrático.

Esse período, ainda embrionário frente à obra que Nabuco deixaria posteriormente, antecedeu uma estadia na Europa, para onde se dirigiu, em 1873. França, Itália e Londres exerceram fascínio sobre Nabuco, totalizando quase um ano de estadia. Foi nessa viagem que conheceu Eufrásia Teixeira Leite, sobrinha do barão de Vassouras e por quem Nabuco nutriu grande paixão. Nunca viriam, porém, a se casar, mantendo, porém, relação intensa e entrecortada pelos 13 anos seguintes.



Figura 4.2: Eufrásia Teixeira Leite, aos 30 anos.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Eufr%C3%A1sia_Teixeira_Leite_aos_30_anos_%282%29.jpg

Após a volta, Nabuco elegeu-se deputado em 1878, graças à influência familiar, e em sua atividade política, buscou defender as ideias que já propunha em seus escritos. Em 1880, junto a outros abolicionistas, fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, começando a angariar apoio à luta política. Sua atividade considerada radical, porém, impediu-o de reeleger-se novamente deputado. Exilou-se, então, em Londres, em 1882.



Figura 4.3: Capa da *Revista Ilustrada*, de 1880, sobre o movimento abolicionista.
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Emancipa%C3%A7ao.jpg>

Foi em Londres que Joaquim Nabuco escreveu e publicou, em 1883, sua primeira grande obra, *O abolicionismo*, um dos mais importantes textos do movimento abolicionista brasileiro. As ideias históricas presentes neste livro são de grande importância para compreendermos o papel que Nabuco teve na interpretação do Brasil.

O abolicionismo não é exatamente um livro de História. Ao menos, não segue os moldes daquilo que consideraríamos, hoje, “pesquisa histórica”, nem tinha quando de seu lançamento, objetivos puramente “científicos”. É, antes, um “texto programático, destinado a impulsionar um movimento que ainda não havia conseguido sensibilizar de modo definitivo a opinião pública e claudicava”

(Nogueira, 2002, p. 171). Ou seja, trata-se de uma obra que hoje poderíamos chamar “de militância”, escrita para tentar dar certa unidade ao movimento abolicionista em termos de críticas à escravidão e propostas para superação dessa chaga no país. Mas, mesmo sendo um texto engajado, com objetivo político claro, não é um livro de “achismos”. Pelo contrário: ele busca na análise histórica da escravidão no Brasil e no mundo a chave interpretativa para realizar suas finalidades. Podemos dizer que *O abolicionismo* é uma “reflexão sobre a relação entre escravidão, nação e povo” (SALLES, 2002, p. 118).

O argumento central do livro está no fio que tece entre escravidão e a construção da nação brasileira. O fundamental dessa obra, portanto, foi conferir à escravidão papel central na explicação de nossa formação social; a partir de então, pensar a escravidão seria indispensável para melhor compreender o Brasil. Nas palavras do próprio Nabuco,

o nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira (apud NOGUEIRA, 2002, p. 172).

O objetivo de fornecer ao movimento abolicionista as armas para destruir esse mal coadunava-se à percepção de que a superação da escravidão e de sua herança era indispensável para evitar a fragmentação nacional, risco cuja possibilidade era levantada pelos estadistas que pensaram a formação do Império desde a Independência. Para Nabuco, bem como para outros, a obra da escravidão mantinha o país num estado de incompletude.

Nabuco, assim, batia de frente tanto com a questão da integração das três raças, proposta por Martius, quanto com a visão senhorial presente em Varnhagen. Para Nabuco, embora a questão da ordem fosse importante, e embora fosse um defensor da monarquia (posição que nunca, porém, o levou a uma atitude áulica), o crucial era garantir a edificação de uma sociedade democrática, na qual a reforma social pudesse destruir os vícios causados pela escravidão e pudesse integrar a massa de ex-escravos no mundo da cidadania.

A interpretação de Nabuco a respeito da realidade histórica da escravidão no Brasil ganhou terreno em estudos posteriores e até hoje é levada em consideração para se entender as razões de seus mais de três séculos de existência. Para Nabuco, a grande chave da manutenção da escravidão no Brasil referia-se à sua “elasticidade”. Em passagens famosas, comparando essa característica tão brasileira a outros sistemas escravistas, notavelmente o Sul dos EUA, assim exprimiu-se Nabuco:

No Brasil, deu-se exatamente o contrário [dos EUA]. A escravidão, ainda que fundada sobre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da cor e nisso foi infinitamente mais hábil. O contato entre aquelas (...) produziram uma população mestiça (...) e os escravos, ao receberem sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão. Não há assim, entre nós, castas sociais perpétuas, não há mesmo divisão fixa de classes. (...) A escravidão, entre nós, manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres; e, dessa forma, adquiriu, ao mesmo tempo, uma força de absorção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio de raça, como nos estados do Sul (NABUCO, 2000, p. 123).

Historiadores, ainda hoje em dia, buscam analisar essa elasticidade, essa relativa difusão da escravidão pelo conjunto da população, como um fator de conservação de nosso escravismo até bem avançado o século XIX. Na verdade, como você deve ter visto nas aulas de Brasil II, um dos fatores fundamentais que levaram a escravidão no Brasil a perder sua legitimidade foi justamente o fato de que comprar escravos tornava-se, com o passar dos anos, cada vez mais difícil para os não abastados, já que o preço tendia a subir muito.

Em Nabuco, portanto, a existência da escravidão serve de fio condutor para explicar o Brasil e o Império. Retoma argumentos antigos, desde pelo menos José Bonifácio, para associar a presença da escravidão a uma certa preguiça, indolência, dependência em relação ao Estado e atrofia da sociedade associativa, civil. Nabuco pretende pensar um Brasil diferente, um país renovado, e para isso a superação da herança da escravidão era indispensável.

Ironicamente, os órgãos em que Nabuco depositava suas esperanças para iniciar esse processo de superação, Coroa e Parlamento, acabaram dando um duro golpe nas pretensões reformistas-radicais do abolicionismo. Efetivaram a abolição, mas esvaziaram a discussão sobre a ampla reforma social. A abolição da escravidão não veio acompanhada de nenhuma medida concreta para superar os males do escravismo. Para piorar a situação, pouco mais de um ano depois, em 1889, o Império quedava vitimado por um golpe de Estado, outra dura realidade frente à qual Nabuco teve de se ver sem ação. E aí um outro ponto de viragem acontece em sua vida.

Desgostoso com o novo regime, Nabuco deixa a vida pública momentaneamente e refugia-se na vida privada, dedicado a escritos e reflexões sobre fé e embebido de certa nostalgia pelo passado. Seu pragmatismo, porém, o levará a aceitar, no fim dos anos 1890, o serviço em nome do regime republicano, já em processo avançado de consolidação, para o qual exerce funções diplomáticas. Nabuco via nesse aceite uma forma de contribuir para a defesa e a dignidade da pátria brasileira, à qual, sentia, deveria dedicar-se independente do regime político.

O pensamento, porém, não correspondia plenamente à ação e Nabuco jamais deixaria de manter um pé no passado monárquico. Foi com esse espírito que escreveu e lançou, ainda antes de retornar ao cenário sob bandeira da República, sua obra máxima no terreno historiográfico: a biografia de seu pai, Nabuco de Araújo, intitulada *Um estadista do Império* e publicada em três volumes, entre 1897 e 1899.

A gênese de *Um estadista do Império* tem profunda relação com a gênese de obras historiográficas nos dias atuais. Nabuco partiu de inquietações de seu presente (a primeira – e conturbada – década republicana) para voltar-se ao passado em busca de respostas. Voltar-se a esse passado era também uma chance para Nabuco prestar homenagem a seu pai, um dos estadistas mais importantes do Império, em meados do século XIX. Aproveitando-se do hábito paterno de guardar e classificar os documentos relacionados à sua atuação política e sua vida particular, Nabuco age no sentido de reconstituir sua trajetória.

Não é fácil a vida do historiador: não bastam as intenções e o esforço; é preciso também haver base para uma pesquisa e o solo da pesquisa histórica são as fontes. Nabuco pôde consultar vários tipos de fontes para a produção de sua obra, especialmente aquelas colhidas do arquivo pessoal do pai – um volume estimado de 30 mil documentos, dos quais Nabuco teria selecionado “três caixões” (Alencastro, 2008, 115). Além disso e num claro avanço em relação à obra de Varnhagen, Nabuco não se restringiu a documentos públicos, oficiais ou a artigos da imprensa. Utilizou, também, documentos particulares, testemunhos de contemporâneos de Nabuco de Araújo e memórias da época vivida por seu pai. Como Varnhagen, porém, Nabuco estava impregnado pela mais forte tendência historiográfica do século XIX, expressa na escola metódica, cujo pai era Ranke, que via no papel do historiador a tarefa de deixar os documentos falar por si só. Essa prática associava-se à ideia de imparcialidade e objetividade (REIS, 2004, p.17-18). Tudo em nome do cumprimento do objetivo apontado no título original da obra: *Um estadista do Império – Nabuco de Araújo – Sua vida, suas opiniões, sua época* (ALENCASTRO, 2008, p. 120).

O título já mostra que “Um estadista” não é apenas uma biografia. Trata-se, na verdade, de um panorama de uma época histórica, tratada como “época clássica” por Nabuco: notadamente, o Segundo Reinado (1840-1889), embora o livro inicie-se antes de 1840 e termine por volta da morte de Nabuco de Araújo, em

1878 (SALLES, 2002). A obra teve como principal motivação a comparação entre a “obra monárquica” e a “obra republicana”, ambas tendo em Joaquim Nabuco não apenas testemunha ocular, mas também partícipe direto em suas construções. Nabuco assistia ao desenrolar da obra republicana diante de si, mantendo sua desconfiança e suas críticas a essa forma de governo. Voltar-se para o passado era a forma de, assim, buscar a contribuição daquela época histórica para as angústias e as incertezas do presente, as quais Nabuco punha, em grande parte, na conta da república. Em resumo,

Era preciso demonstrar que essa época [a época monárquica] possuía uma superioridade intrínseca, incontestável e irredutível em relação ao presente republicano. (...) Esse panorama [traçado no livro] tinha uma função principal, que passava a ser exatamente a de valorizar, em comparação com o presente decadente e sem perspectivas de porvir, uma *época histórica clássica* (SALLES, 2002, p. 199, grifos nossos).

O que seria essa contribuição da época monárquica para o futuro? Nabuco analisa três aspectos cruciais: a relação entre ordem e liberdade, a construção da nação e o modelo de estadista.

Em *Um estadista*, a república, não apenas a brasileira, mas qualquer forma republicana, é tratada como espaço da anarquia e da desordem. A partir de sua interpretação da realidade americana, principalmente da sul-americana, a república é marcada pelo “governo (desgoverno?) de ditadores ‘meio bandidos, meio patriotas’” (SALLES, 2002, p. 200). Para Nabuco, como para Varnhagen, a monarquia era a chave que possibilitaria ao Brasil, país nascido sem uma sociedade civil forte o bastante para praticar uma cidadania ampla, manter sua integridade e a ordem social. O discurso da ordem, aliás, era fundamental para Nabuco: mesmo em seu momento mais radical de vida – no auge do abolicionismo –, Nabuco via o caminho para a emancipação traçado no e pelo Parlamento, e não por movimentos violentos de ruas ou guerra.

É assim que, em *Um estadista*, a estrutura monárquica é valorizada e o papel do imperador, titular do Poder Moderador, é posto em destaque. O liberalismo de Nabuco – que é símbolo do desenvolvimento das ideias liberais no Brasil – é fortemente inspirado no estilo inglês, monárquico, e crítico do republicanismo de inspiração francesa, que em seus anos na Europa redundaram em “anarquia” e “tirania”. Esse liberalismo “à inglesa”, expresso na defesa da monarquia, vai conferir à Corte e à Coroa, como em Varnhagen, o papel civilizacional para todo o Império do Brasil.

A monarquia, em Nabuco, aparece também como a grande responsável pela construção na nação, especialmente em relação a dois aspectos:

Em primeiro lugar, graças à monarquia o território brasileiro pôde manter-se íntegro contra ameaças separatistas (especialmente as revoltas regenciais e a Praieira – única a aparecer em destaque no livro) e estrangeiras (das quais a Guerra do Paraguai foi a mais destacada). Cabe destacar, sobre esse aspecto, que a noção de “pátria” em Joaquim Nabuco, ao longo da década de 1890, cada vez mais se identifica à “pátria territorial”, composta por um “corpo” (território) e uma “alma” (a raça) (SALLES, 2002, p. 290). Vendo esse território sob ameaça na primeira década republicana, com o ressurgimento do fantasma separatista e a ameaça (aos olhos de Nabuco) estrangeira, Nabuco buscará em outros textos do fim da vida conferir ao exército esse papel de fiador do território que em *Um estadista* ele conferia à monarquia.

Em segundo lugar, em Nabuco, a monarquia surge como a grande promotora das principais transformações por que passou o país no século XIX, notadamente a independência, a unidade nacional e a abolição. Sem a monarquia, essas mudanças tão cruciais para, respectivamente, a formação política, a construção territorial e a criação do povo brasileiro não teriam existido, e, conseqüentemente, não haveria uma nação.

Por fim, *Um estadista* foi um livro escrito com o objetivo de criar o modelo ideal de estadista. Esse modelo, expresso, é claro, em Nabuco de Araújo, mas também em outros, deveria guiar, na república, a ação dos novos estadistas. Estes, espelhando-se no passado, deveriam a ela recorrer na tarefa de iluminar o futuro do país. É nesse sentido que podemos dizer que a obra de Nabuco retoma a noção de História como *magistra vitae*, isto é, mestra da vida, na concepção que, desde os romanos ao menos, via nos estudos históricos um papel de aprendizado, de manual, de bússola para conduzir a melhor ação rumo a um futuro de realizações.



Figura 4.4: História, do pintor grego Nikolaos Gysis (1892).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Gyzis_006_%28%CE%97istoria%29.jpeg

O que é esse modelo de estadista na obra de Nabuco? Em primeiro lugar, precisamos prestar atenção na abordagem mais ampla. Para Nabuco, a política é a arte do “bom governo”, é um exercício de virtude que se expressa num ideal aristocrático. Para Nabuco, a política não era tarefa, nem direito, de todos. Era um espaço de atuação dos grandes homens, dos grandes estadistas,

que saberiam melhor do que ninguém como guiar as “torrentes” que o acaso impunha sobre uma sociedade. Em metáfora que, inclusive, foi muito usada por seu pai, Nabuco de Araújo, no contexto das discussões a respeito da Lei do Ventre Livre, no final da década de 1860, poderíamos dizer que, para Joaquim Nabuco, alta política seria a arte de “dirigir a torrente” para que não se torne fatal a um país.

Na construção desse modelo de política e de estadista, Nabuco acaba construindo um modelo da época imperial que resultou numa história eminentemente parlamentar. Os eventos são aqueles conduzidos pelo Parlamento. Os grandes personagens são os estadistas. As transformações históricas são aquelas tratadas no “centro” (Corte, Senado, Câmara dos Deputados etc.). E, assim descrevendo o Império, Nabuco acaba criando também um modelo a ser seguido pela República: reformas dentro da ordem, preocupações em balancear autoridade e liberdade, procurar governar pelo convencimento, não pela imposição violenta etc. Deveria a República, assim, inspirar-se no Império, fundamentalmente no Segundo Reinado, alçado a modelo de bom uso da política e de bons estadistas.

Foi assim que Nabuco contribuiu para criar tradição nos estudos históricos sobre o período. O panorama de sua época clássica, aberta a partir da conciliação, com o arrefecimento das revoltas e das disputas, e que seguiria sob controle até o fim da década de 1860, ao menos, acabou transformando-se, tanto em muitos estudos históricos quanto no imaginário popular, em uma época maravilhosa da História do Brasil, em que progresso, desenvolvimento e ordem social teriam dado as mãos e erigido uma poderosa nação na América. A obra de Nabuco acabou servindo de origem e justificativa de certa “nostalgia imperial”, visão sobre o período que a obra republicana, marcada pela incapacidade de incorporação plena da sociedade no mundo da cidadania e pautada pela exclusão, foi incapaz de impedir.

Mas não apenas certa historiografia monarquista e/ou conservadora inspirou-se em Nabuco, como veremos nas aulas seguintes. O sucesso de *Um estadista*, principalmente, alçou-a a “referencial da história política nacional” (ALENCASTRO, 2008, p.130). A partir de *Um estadista* ganharam fama a forma de funcionamento das instituições imperiais, o uso de certa nomenclatura sobre o período (“eleição do cacete”, “luzias”, “saquaremas” etc.) e referências a discursos ou citações que se tornaram fundamentais para a interpretação do período histórico (como o famoso discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que é visto como marca inaugural do regresso, cuja origem ninguém ainda identificou, mas que aparece em *Um estadista*, e no qual afirma categoricamente: “ontem fui liberal, hoje sou conservador”). A partir da obra de Nabuco, o Segundo Reinado começou a ganhar terreno interpretativo e passou a ser abordado como momento fundamental de formação de nosso país.

Mas, como vimos, apesar de todas as diferenças, não foi Nabuco quem primeiro rompeu o paradigma Varnhagen. É possível encontrarmos muitas semelhanças entre a obra dos dois historiadores. Esse rompimento começa a se desenhar, embora demore a ganhar força, graças a outro membro da “geração de 70”: Capistrano de Abreu.



Atende ao Objetivo 2

2. A partir do visto até aqui, diferencie a abordagem histórica de Joaquim Nabuco nas obras *O abolicionismo* e *Um estadista do Império*.

Capistrano de Abreu e o povo brasileiro



Figura 4.5: Capistrano de Abreu.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/be/Capistrano_de_Abreu.jpg

João Capistrano de Abreu (1853-1927) nasceu em Maranguape, no interior do Ceará. Ali passou sua infância e fez seus primeiros estudos, continuando-os depois em Pernambuco. No ambiente familiar, Capistrano encontrou uma educação rígida, severa e austera, com um cotidiano marcado pelo trabalho duro (exercido por escravos, por agregados e por sua própria família) e pelo dogmatismo católico. Tratava-se de um ambiente fortemente sertanejo, com ritmo próprio, ditado pela natureza (REIS, 2007, p. 85). Dali sairia um dos historiadores mais inovadores do Brasil.

Após não conseguir ingressar na Faculdade de Direito do Recife, Capistrano mudou-se para o Rio de Janeiro aos vinte e um anos. Chegou sem grandes certezas, porém contando com o apoio de José de Alencar, seu conterrâneo, que o apresentou a alguns jornais da Corte. Para sobreviver, Capistrano publicava artigos e foi aprovado em concurso para a Biblioteca Nacional. Trabalhou

ainda na livraria Garnier e deu aulas. Foi professor do Colégio Aquino e do Colégio Pedro II, para o qual passou por concurso em 1883, ocupando a vaga de História do Brasil, com tese sobre o descobrimento. Ficou nesse colégio até 1899, quando uma reforma curricular acabou com sua cátedra e colocou-o em disponibilidade. Das rendas de funcionário público, bibliotecário e professor, além de alguns poucos ganhos com seus escritos, Capistrano se sustentaria até sua morte, em 1927.

Desde muito cedo, conforme pode ser visto nas cartas que escreveu a amigos, Capistrano nutria um desejo de superar a escrita da História de Varnhagen, a quem via com certa admiração, porém cercado de limitações. E será em relação à obra de Varnhagen que Capistrano realizará uma grande inovação (FALCON, 2011, p. 155; REIS, 2007, p. 89). Incomodava, a Capistrano, tanto o estilo de Varnhagen, a quem acusava de uma “escrita fria e insensível”, quanto a abordagem, com cronologia rígida e oficialista, integrada aos destinos da monarquia portuguesa (e, posteriormente, brasileira). Em Varnhagen, Capistrano, no dizer de Ronaldo Vainfas, “deplorava sua falta de sensibilidade em relação à vida social, às diversidades regionais, ao povo. Capistrano preocupava-se com o povo, ausente em Varnhagen” (VAINFAS, 2008, p. 176). Essa preocupação, embora nunca tenha levado Capistrano a escrever uma síntese da História nacional, como era a *História Geral* de Varnhagen, levou-o a preocupar-se em descobrir novos caminhos para a pesquisa e o ensino da História no país. A forma mais acabada de sua abordagem pode ser vista em sua principal obra: *Capítulos de História colonial*, de 1907. Antes de dedicar-nos à análise da obra, porém, vamos nos ater um pouco mais a características gerais do pensamento social e histórico em Capistrano.

Capistrano teve uma formação marcadamente autodidata. Admirador de línguas, aprendeu inglês, francês, alemão, italiano, latim, holandês e até mesmo línguas indígenas, sobre as quais lançou trabalhos (VAINFAS, 2008, p. 173). Também por conta própria, adentrou no universo cultural então discutido na Europa,

lendo trabalhos ligados às correntes científicas da segunda metade do século XIX, ao darwinismo social, positivismo, historicismo, economia, geografia etc. Interessava-se, sobretudo, pela escola histórica alemã, que tinha em Ranke seu maior expoente.

Essa variedade de influências e leituras provocou um amálgama no pensamento de Capistrano. Por um lado, ele era legítimo representante da “geração de 70” e suas preocupações refletiam as preocupações daquele grupo. Procurava, assim, absorver as correntes europeias e aplicá-las à realidade brasileira, como forma de inserir o país na ponta de discussão então identificada à civilização. Por outro lado, o conjunto de correntes por ele utilizadas levou Capistrano a criar uma abordagem historiográfica de difícil definição. Não é simples classificar seu pensamento: Capistrano enxergava os fatos históricos como resultado de diversas interações e domínios. Além disso, como legítimo intelectual brasileiro do Oitocentos, Capistrano exercia estudos em diversas áreas (literatura, geografia etc.), embora a História fosse seu foco principal.

Apesar de toda essa complexidade, podemos afirmar que duas correntes interpretativas principais disputavam atenção de Capistrano em seus estudos: o cientificismo e o historicismo. Tais correntes, profundamente opostas entre si, não eram homogêneas: cada uma tinha diversas nuances e variações de acordo com o autor trabalhado. Capistrano interagiu de formas variadas com diversos autores de cada uma dessas correntes.

O cientificismo, principalmente a influência positivista, foi mais forte em Capistrano durante seus estudos iniciais, especialmente entre 1874 e 1880. Não podemos, porém, entender essa influência de forma rígida, como se apenas o cientificismo fosse presente nessa época e como se tivesse desaparecido por completo após o período (WEHLING, 1994, p. 172; FALCON, 2011, p. 154). Pelo contrário: repetindo o que afirmamos, certo ecletismo foi marcante na abordagem historiográfica de Capistrano, ao longo de toda a sua trajetória. Capistrano tomou gosto pelo cientificismo quando ainda estava no Ceará, graças ao ingresso em círculos positivistas,

junto de alguns amigos. Esse grupo de positivistas lia autores europeus e procurava interpretá-los, aplicando suas ideias à realidade brasileira. Escreviam em jornais e organizavam conferências, tendo para isso fundado uma “Escola Popular”, em 1874, com a finalidade de “educar o proletariado”, seguindo orientações do pensamento de Augusto Comte. Podemos, assim, afirmar que, dentro do cientificismo, o positivismo foi uma das mais fortes influências de Capistrano nessa época inicial.

Uma grande marca da influência cientificista em Capistrano era a preocupação em desvendar “leis gerais” que controlassem o funcionamento da História do Brasil. Essa preocupação pode ser vista no primeiro grande texto de História que elaborou: o *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro* (CAPISTRANO, 1878, p. 58-65, apud PEREIRA e SANTOS, 2010, p. 27-78), escrito por ocasião da morte de Varnhagen.

Nesse texto, de poucas páginas, Capistrano procura posicionar o papel de Varnhagen nos estudos históricos sobre o Brasil, traçando uma breve biografia do autor e destacando sua importância, tanto como autor quanto como descobridor de documentos inéditos. Elogia Varnhagen por ter escrito uma História que, diferente de autores anteriores, não via o Brasil nem como mero apêndice de Portugal, nem pelo olhar pitoresco com que viajantes europeus pudessem interpretá-lo. Para Capistrano, Varnhagen teria sido o primeiro a “colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional” (64), mesmo que tenha tido uma interpretação oficialista. Sobre essa interpretação, que, como vimos na última aula, fazia Varnhagen ligar os destinos do Brasil aos da monarquia bragantina, Capistrano afirma que, para Varnhagen, “sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna de força ou fuzil” (p. 63).

Mas Capistrano não lamenta, em Varnhagen, apenas questões interpretativas pontuais sobre a História do Brasil. Capistrano ressentia-se, também, da falta do “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de Sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo

por que se elabora a vida social” (p. 64). Eis aqui a influência do cientificismo sob a abordagem positivista.

Capistrano afirma que sem tais doutrinas não seria possível desenhar o “espírito” da História brasileira. Apenas a teoria – no caso, o cientificismo – poderia levar Varnhagen às generalizações que confeririam à História pátria sua totalidade explicativa. Poderia, então, demonstrar as “duas ou três leis basilares” da História do país. Capistrano lamenta que Varnhagen não tenha chegado a esse ponto, mas aposta no surgimento de alguém que possa aproveitar-se do material reunido pelo historiador para, afinal, escrever uma “história pátria digna do século de Comte e Spencer” (p. 65). Capistrano afirmava que a produção historiográfica pós-Varnhagen continua ativa e “por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto” (64). Nessa abordagem histórica, a teoria cientificista forneceria a liga teórica à interpretação da História do Brasil. Sem tal teoria, a História não poderia ser desnudada em suas leis gerais interpretativas. A História nacional não seria completa.

A interpretação histórica cientificista de Capistrano sofreu transformações após 1883. Data desse ano a sua tese de ingresso na cátedra de História pátria do Colégio Pedro II, sobre o Brasil, no século XVI. A partir de então, seu pensamento sofre mais influências e, embora não tenha apagado de todo o cientificismo, o amálgama que marca sua interpretação sofrerá um desvio, graças à força de outra corrente, que captura sua atenção: o historicismo, especialmente sob o enfoque da escola histórica alemã, da qual Ranke era o principal representante.



Figura 4.6: Leopold Von Ranke.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4f/Leopold_von_Ranke_1868.jpg

A partir de então, Capistrano cada vez mais se afastará da busca por explicações teóricas generalizantes, da procura por leis básicas da História do Brasil e voltará sua atenção para o documento, para as fontes históricas. Passará a preocupar-se mais com a “verdade histórica”, em fazer o documento “falar”, em buscar a História “tal qual se passou”, na célebre formulação de Ranke. Enfim, a ênfase no objeto, o primado das fontes, o foco na documentação, esses foram fatores que passaram a pautar o trabalho de Capistrano, em oposição ao positivismo da década anterior. Contra o cientificismo, Capistrano irá dedicar-se à “ciência histórica” nos moldes alemães, a partir da hermenêutica e da captação da interioridade dos testemunhos (REIS, 2007, p. 92-93). Não devemos, contudo, nos esquecer: apesar das influências, Capistrano nunca foi

um seguidor rígido de qualquer doutrina. A mistura de influências continuará a pautar seu trabalho e, contrário a Ranke, não deixaria de buscar seus próprios sentimentos na interpretação da história do país.

O principal resultado dessa viragem interpretativa de Capistrano está naquela que é, possivelmente, sua mais importante obra: *Capítulos de história colonial*, lançada em 1907, mas cujos capítulos apareceram em grande parte sob a forma de primeiras versões em jornais, nas décadas anteriores.

Nessa obra, dividida em 11 capítulos, Capistrano insere elementos inexistentes no paradigma Varnhageano, especialmente ao valorizar o “povo brasileiro”. Para Capistrano, a identidade tipicamente brasileira era um fator crucial na abordagem da História do Brasil e, por isso, evitará a rigidez cronológica de Varnhagen, que interpreta o Brasil a partir dos feitos portugueses e procurará conferir a outros fatores caráter explicativo, como o clima, a geografia, a natureza, a miscigenação etc. Nesse ponto, também é possível perceber a marca da mentalidade cientificista do século XIX. Geografia, raça, economia, juntamente com a História, seriam fatores conformadores de um (na verdade, de vários, uma vez que cada uma das regiões coloniais, segundo Capistrano, tinha suas próprias características) caráter psicológico do povo.

Capistrano foge, também, da História político-administrativa, aproximando-se da noção de “totalidade”, buscando apreender os acontecimentos históricos a partir de múltiplas influências (políticas, econômicas, sociais etc.). Valorizava, também, fortemente o conceito de “cultura”, especialmente na caracterização do “sertão”. O sertão, aliás, surge na obra de Capistrano como foco de análise: as expedições que adentraram o país, a cultura sertaneja, o mameluco (mais que o mulato) etc. É esse Brasil interiorano que Capistrano procurará desvendar, já que, para ele, é aí que nasce o verdadeiro Brasil, como cultura e realidade, fundamentalmente distintos da influência direta portuguesa/europeia.

Os próprios capítulos da obra expõem essa interpretação inovadora. O primeiro, focado na natureza brasílica (intitulado “antecedentes indígenas”), procura os condicionantes geográficos da História brasileira. O segundo, intitulado “fatores exóticos”, aborda a trajetória de formação da identidade nacional, a partir do ponto de vista do índio, e não do português, já que, para Capistrano, os “alienígenas” (alcunha dada por ele) são os europeus e os africanos. Podemos dizer, assim, que Capistrano, diferente de Varnhagen, não vê na História do Brasil uma continuidade da História portuguesa. Pelo contrário: para o primeiro, os portugueses é que são os estrangeiros. O ponto de vista adotado é o do indígena, que vê da terra os alienígenas chegarem pelo mar (REIS, 2007, p. 98; VAINFAS, 2008, p. 179).

Os capítulos seguintes seguem mais de perto a cronologia proposta por Varnhagen, embora procure conferir-lhes interpretação mais crítica. Assim, no terceiro capítulo, a ideia da miscigenação é retomada, procurando Capistrano as razões que levariam os indígenas e relacionar-se com os portugueses. No quarto, os conflitos pelo território do Brasil são descritos, com Capistrano questionando o “direito” português às terras (algo indiscutível para Varnhagen, que interpreta as invasões francesas como ilegítimas). Em outras palavras, Capistrano relativiza o direito de Portugal à posse das terras brasileiras, coisa que Varnhagen, em sua defesa irrestrita da colonização portuguesa, não faz.

Nos capítulos seguintes, a história das tentativas portuguesas de ocupação da terra é enfocada a partir do regime das capitanias. E a sucessão de eventos marca a trajetória brasileira nos séculos seguintes.

Ao final do capítulo VII, porém, a faceta de Capistrano como pesquisador e historiador ganha nova ênfase. Ao abordar o século XVII, Capistrano procura reconstituir as hierarquias, os conflitos, a economia colonial etc. E, para tanto, utiliza-se de documentos até então inéditos e hoje cruciais para os pesquisadores do Brasil Colonial: os *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio

Fernandes Brandão, escritos em 1618, a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, de 1627, e, especialmente, o *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, cuja verdadeira autoria foi também por Capistrano descoberta (João Andreoni, verdadeiro nome de Antonil, pseudônimo pelo qual o autor era conhecido). Tais fontes, fundamentais, ajudaram Capistrano a ir além da linha administrativa portuguesa, buscando no interior da colônia os conflitos e as relações que levavam, no seu entender, e em formulação ainda hoje muito usada por historiadores, o motivo para que dominassem “forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade” (CAPISTRANO, 1907, apud VAINFAS, 2008, p. 183). Em suma, o foco de Capistrano, nesse momento da obra, era entender as forças do Brasil colônia como dotadas de certa autonomia, com intenções próprias e que, muitas vezes, contrastavam com os interesses metropolitanos – foco este que, atualmente, pauta a pesquisa da maior parte dos especialistas no período.

O que levou Capistrano a atentar para essa relação centrífuga (isto é, com forças sociais, “fugindo” das diretrizes do centro – Portugal) na colônia brasileira foi, especialmente, a importância que dava ao sertão, tema dos capítulos seguintes da obra. A ocupação do território, os bandeirantes, os caminhos, o alargamento das fronteiras, tudo isso constitui para Capistrano o coração da formação brasileira. Leva a um mundo novo, com cultura própria e originalidade, que resultou, mesmo às vésperas da independência, para Capistrano (como para gerações posteriores de historiadores) na existência de vários “Brasis”, incomunicáveis muitas vezes, diversos ao extremo entre si, sem nada a os unir ou a conferir-lhes identidade única. Assim é o teor do capítulo final, “três séculos depois”, em que essa dispersão fica à mostra no alvorecer do século XIX. Para Capistrano, apenas a unidade da língua e da religião conferiam alguma estabilidade às forças dissolventes. Por isso, os conflitos, as disputas, as “imperfeições” ganham cores tão vivas nas letras de Capistrano. Por isso, a formação do povo brasileiro é muito marcada por misturas e influências. A obra de Capistrano refletia sua própria formação: sertaneja, múltipla, eclética, viva.

Capítulos de história colonial, apesar de superada em muitos aspectos, como é evidente em obras tão distantes no tempo, permanece sendo um dos mais inovadores e importantes livros a buscar as origens do povo brasileiro. Subverteu o paradigma varnhageano ao introduzir vários novos temas e buscar novas interpretações. A História do Brasil começava a deixar de lado a marca firme da direção portuguesa e passava a caminhar pelas próprias pernas, não mais com a Coroa como agente histórico, mas com o povo brasileiro. Esse sujeito múltiplo, fragmentado, que formou um país miscigenado e tendente à dispersão.

Capistrano de Abreu, assim, deu os primeiros passos para a superação dos “quadros de ferro” de Varnhagen. Mas ainda levaria algum tempo até que esses quadros se dissolvessem por completo. Avançaremos nessa questão nas próximas aulas.



Figura 4.7: Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Francisco_Adolfo_de_Varnhagen.jpg

miscigenado como protagonista a partir de suas forças próprias, intenções próprias e conflitos. Em terceiro lugar, o espaço privilegiado de acontecimentos históricos e da formação do povo brasileiro, em Capistrano, não é o litoral, a “civilização”, mas o sertão, o interior. É nesse espaço geográfico que surge, para Capistrano, uma realidade própria, diferenciada daquela europeia, indígena ou africana. Uma mistura que faz surgir um elemento novo: o povo brasileiro. E daí decorre outra diferença: em Varnhagen, a identidade brasileira já está contida na portuguesa, sendo a primeira decorrência da segunda. Para Capistrano, a identidade brasileira não é dada às portas da independência: como vimos, a sociedade colonial, em Capistrano, tendia à dispersão. Era múltipla. Era tensa.

Por fim, a própria periodização é contestada. Em Varnhagen, os fatos históricos coloniais acompanham os feitos portugueses. Em Capistrano, por outro lado, o tempo histórico na colônia brasileira é dotado de sentido próprio, não obedecendo necessariamente às ações e determinações metropolitanas. A sociedade colonial, em suma, é elevada à protagonista da História brasileira em Capistrano.

CONCLUSÃO

É importante salientar que tanto Nabuco quanto Capistrano incorporavam em suas obras os matrizes do historicismo e do cientificismo. Nabuco, como vimos, em sua narrativa política da vida do pai e da história do Segundo Reinado, não deixa de ter em mente os fatores de natureza coletiva de formação do povo. Capistrano, por sua vez, em sua interpretação do sentido da História colonial, partiu de um rigoroso exame das fontes, do conhecimento dos acontecimentos históricos em seu encadeamento.

Seja como for, Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu permaneceram, ao longo de pelo menos a primeira metade do século XX, como modelos de historiografia que orientaram, de formas diversas, historiadores, como: Afonso Taunay (1876-1958), Pedro

Calmon (1902-1985), Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), Hélio Vianna (1908-1972), Américo Jacobina Lacombe (1909-1993), entre outros.

Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu, cada um a seu modo, lançaram as bases de uma historiografia brasileira que iria prevalecer pelo menos até os anos de 1950. Essa historiografia, definitivamente, incorporou os métodos e as técnicas, estabelecidos pelo historicismo alemão e pela escola metódica francesa, em termos de estabelecer o primado das fontes primárias no trabalho do historiador. Tais fontes, constituídas de documentos oficiais, em sua grande maioria, ou não, uma vez submetidas à crítica, externa e interna do historiador, eram a chave-mestra de seu trabalho de reconstituição dos acontecimentos históricos. O ofício do historiador, no entanto, não era desprovido de suas interpretações. Estas poderiam variar e combinar-se, a partir de dois polos.

Por um lado, podemos identificar aquelas de natureza mais psicológica, individual, baseada em avaliações das motivações e alcance dos atos de determinados personagens, ou mesmo sobre as propriedades de determinadas instituições, como a monarquia, a igreja católica etc. Essa seria uma matriz, “puxando” mais para Joaquim Nabuco. Nessa esteira, por exemplo, podemos alinhar obras como *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, publicada em 1909, e *História de dom Pedro II*, de Heitor Lyra, publicada em 1938.

Por outro lado, ainda que não necessariamente obras de História, no sentido restrito do termo, estão interpretações do Brasil referentes a aspectos ou processos de natureza mais coletiva, referentes às questões do meio ambiente, da formação do território, da composição racial do povo, da psicologia coletiva de determinados grupos ou tipos sociais, da influência dos fatores econômicos, sociais e culturais. Esse tipo de interpretação ganhou grande relevo e destaque com a publicação, em 1902, de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, obra que buscava interpretar, à luz da sociologia, da psicologia, da biologia, da geografia, da geologia,

o episódio de Canudos, recém acontecido. Em nossa proposta, este tipo de análise estaria mais perto da obra de Capistrano de Abreu. *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*, de Paulo Prado, admirador e discípulo de Capistrano de Abreu, publicada em 1928, é um bom exemplar dessa combinação de historicismo e cientificismo.

Já em *Vida e morte do bandeirante*, de José de Alcântara Machado, de 1929, a ênfase recai sobre a vida cultural e material de São Paulo, nos tempos coloniais. A obra baseia-se em uma série de inventários de habitantes da São Paulo colonial. O livro de Alcântara Machado prenuncia, em alguns aspectos, muitas das características de uma história social, cultural e mais coletiva que viria a ganhar corpo, nas décadas seguintes.

RESUMO

As transformações por que passou a sociedade imperial na segunda metade do século XIX levaram a mudanças nas formas de interpretar o Brasil. A geração de 1870, como ficou conhecido o grupo de intelectuais que tinham por objetivo repensar o Império, em que pesem as diferenças múltiplas entre seus integrantes, acabou por influenciar também transformações na forma de se interpretar a História nacional. Dois dos principais expoentes dessas transformações foram Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu.

Nabuco, em sua obra, procurou pensar o papel da monarquia nos grandes avanços por que passou o Brasil ao longo do século XIX. Ao conferir à Coroa participação fundamental nos processos que levaram à consolidação da nação brasileira, especialmente no tocante à centralização e à abolição, acabou por reforçar uma tradição que via no Império, especialmente no Segundo Reinado, uma “época de ouro” da História brasileira. Essa tradição faria escola nas décadas seguintes, especialmente na obra dos historiadores que pensaram esse período histórico.

Capistrano de Abreu, por outro lado, buscou principalmente superar a obra de Varnhagen, especialmente em termos de abordagens e objetos de estudo. Sob influência do positivismo e do historicismo, em diferentes épocas de sua vida, Capistrano buscou na época colonial as raízes da formação do Brasil, a partir de uma abordagem social que fugia à cronologia, à sequência de “grandes homens” e ao viés eurocêntrico de Varnhagen. Em Capistrano, a perspectiva é a do nativo brasileiro, é a da história social totalizante, é a da multidisciplinaridade.

Cada um ao seu modo contribuiu, apresentando óticas alternativas pelas quais se poderia enxergar a História do Brasil a partir de então.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos começar a estudar o pensamento historiográfico que buscou criar uma “interpretação do Brasil”. Iniciaremos com Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Até lá.

Aula 5

Interpretações do Brasil 1: Oliveira Vianna e Gilberto Freyre

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Metas da aula

Apresentar e contextualizar as principais características das abordagens historiográficas de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a importância da obra de Oliveira Vianna para o conhecimento histórico brasileiro;
2. avaliar o papel de Gilberto Freyre para a renovação nos estudos historiográficos sobre o passado brasileiro.

INTRODUÇÃO

Na Aula 9 de História e Antropologia, você foi apresentado aos “pais fundadores” dos estudos antropológicos no Brasil. Assim, pôde conhecer o pensamento, dentre outros, de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e, objetos desta aula, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Porém, se na aula de Antropologia o foco era a questão do conceito de “raça” e o papel da mestiçagem na formação do Brasil pelo viés antropológico, nesta aula, ampliaremos o escopo para englobar a forma como ambos os autores abordaram esses e outros temas para os estudos de história do Brasil.

Por que, na aula de Antropologia citada, as noções de raça e mestiçagem foram destacadas? Além da importância que essas duas questões têm para a Antropologia, ambas as ideias estão fortemente presentes no pensamento dos dois autores. E não apenas isso. Ambas as ideias impregnaram o debate intelectual a respeito da formação do Brasil entre as décadas de 1920 e 30, momento crucial do início de elaborações interpretativas sobre o país, que se ligaram umbilicalmente a políticas públicas, visando à construção do “povo brasileiro”.

Assim, para melhor compreendermos o pensamento historiográfico de ambos os autores, iniciaremos pela breve contextualização do período e pelo destaque que as ideias de raça e mestiçagem ganharam naqueles anos.

Autoritarismo, mestiçagem e a construção do Brasil

Conforme já adiantamos na aula passada, ao analisarmos o pensamento de Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu, muitos estadistas e intelectuais das primeiras décadas do século XX dedicaram-se à construção da imagem do povo brasileiro. Dentre as manifestações culturais ligadas a esse objetivo, cujo símbolo maior

até hoje ensinado nas escolas é a Semana de Arte Moderna, de 1922, a história ocupou papel fundamental, visto que foi no passado que se buscaram as raízes desse povo a constituir-se.

Capistrano de Abreu já buscava a formação desse povo, a partir de uma abordagem mais social, como vimos. Uma abordagem que enfatizava as lutas, as rupturas, os processos de afastamento, enfim, a formação de uma sociedade sob várias influências culturais. Mas Capistrano estava longe de ser o único com essa preocupação. Especialmente ao longo das décadas de 1920, com a crise da Primeira República, e 1930, com o início do governo Vargas, a construção de uma identidade para o povo brasileiro foi alçada a primeiro plano e diversas ações foram tomadas nessa direção. Naqueles anos, surgiram diversos trabalhos que buscavam *interpretar* o Brasil. Buscar na história do país as causas para seu atraso e os caminhos para a superação dessa situação. O Brasil passou a ser redescoberto – seus diferentes povos, as variadas culturas, a multiplicidade de sua sociedade. A modernização do país pautou a agenda naquelas décadas, principalmente após o início da Era Vargas.

A Era Vargas (1930-1945), especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), caracterizou-se, fundamentalmente, pela preocupação com a formação cívica da população brasileira. Essa preocupação, consubstanciada na promoção de políticas conjuntas que iam desde a unificação do currículo escolar nacional até a ação propagandística e censora do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), estava inserida num contexto de crescente busca pela centralização política e administrativa do Estado brasileiro. Enquanto a Primeira República (1889-1930) ficou marcada pela preponderância dos estados, graças ao federalismo, e pelo domínio das oligarquias, devido a uma série de políticas clientelísticas, o Estado Novo teve por marco inverter esse processo e concentrar cada vez mais poderes nas mãos do presidente e, após 1937, ditador, Getúlio Vargas.

Tal concentração de poderes que ocorria no Brasil estava longe de ser um caso isolado. O mundo americano-europeu em

geral, com ênfase em alguns países europeus, passava, naquelas décadas, por um processo de crescente influência e disseminação da ideologia fascista. O fascismo, como ideologia totalitária, tinha como princípio a ideia de que o Estado deveria ter qualidades superiores às do indivíduo e da sociedade (D'ARAÚJO, 2000). O Estado surgiria como apaziguador das paixões e disputas entre as classes sociais. A democracia, vista como fraca e fragmentária, deveria ser deixada de lado em nome de uma política que visasse a um "bem comum", ao fortalecimento do sentimento nacional, à vontade coletiva, vista como caminho uníssono. O partidarismo romperia a unidade do povo, a direção da nação (SILVA, 2000, 131-133). As discordâncias, as discussões, as críticas eram vistas como traições à pátria, como perda de tempo, como mesquinhas. O fascismo, em suas diversas manifestações e existências concretas, buscou sempre a autoridade como caminho para o forjamento dos laços nacionais e para a construção da unidade.

O próprio nome "Estado Novo" mostra a inspiração fascista, embora nunca tenha sido plenamente fascista. "Estado Novo" foi o nome que outras ditaduras inspiradas nos ideais fascistas receberam na Europa, como em Portugal e na Espanha. No Brasil, como na Europa, a tarefa de construir essa sociedade unitária, com um ideal de civismo, ligado à obediência e ao respeito à autoridade, ao Estado, às tradições, tocou-se, muitas vezes, com outros sentimentos vigentes, nas primeiras décadas do século XX. Especialmente em relação ao antissemitismo (esqueleto do nazismo, não tão forte nas demais manifestações inspiradas no fascismo) e à ideia de raça.

O racismo, nas primeiras décadas do século XX, passou a buscar suas fundamentações na ciência. O "racismo científico", como ficou conhecido, buscou associar características fenotípicas a hierarquias entre as culturas humanas a partir de uma escala que colocava os europeus em primeiro lugar e as demais sociedades à margem da civilização. Associado à Era dos Impérios, tais justificativas racialistas tentavam explicar eventos como a manutenção da Índia pelos britânicos, por exemplo, mesmo em imensa desvantagem

numérica em relação à população do subcontinente. A justificação do colonialismo, a partir do século XIX, foi o grande motor para a elaboração e difusão desses ideais discriminadores.

O racismo, porém, não se restringiu a explicar as conquistas imperialistas. Serviu de argumento, também, para os grupos intelectuais e políticos que tentavam explicar a origem dos males das nações. Tal uso, cuja presença no Brasil foi marcante, associava a ausência de civilização à existência de raças inferiores, notadamente negros e mestiços, na composição das populações nacionais. No caso brasileiro, a herança escravista, cuja crítica já vinha sendo feita com maior concretude desde Nabuco, como vimos, aparecia agora como fonte de males. Não necessariamente por ser degradante em si, mas principalmente por haver despejado na sociedade brasileira uma raça considerada inferior. O maior problema do Brasil-nação era seu afastamento do fenótipo europeu (e, nesse universo europeu, o germânico – ariano). A proximidade da África seria suficiente para manter o Brasil em inferioridade no quadro das relações internacionais.

Veremos agora como o pensamento dos dois autores a serem trabalhados nesta aula, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, dialogam com essas duas correntes que dominavam o cenário intelectual no mundo euro-americano: o autoritarismo de inspiração fascista e o racismo científico.

Oliveira Vianna e a trajetória singular do Brasil

Começemos por José Francisco Oliveira Vianna (1883-1951). Nascido em Saquarema-RJ, filho de fazendeiros prósperos, Oliveira Vianna formou-se bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. A origem rural e o fato de ter nascido em Saquarema, berço do núcleo do Partido Conservador durante o Império, são simbólicos do ponto de vista de sua interpretação do Brasil, conforme veremos.



Figura 5.1: Oliveira Vianna.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/d/d7/Oliveira_Viana.jpg

Em 1916, tornou-se professor da pouco respeitada Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, a “Teixeirinha”, ao mesmo tempo em que seguia intensa atividade intelectual, com publicações na imprensa. Foi por essa época que começou a escrever sua primeira grande obra: *Populações meridionais do Brasil*, publicada em 1920. Após a publicação desse livro, cresceu o prestígio de Oliveira Vianna, que entrou numa prolífica sequência que o levou a escrever e publicar 11 obras, em 22 anos.

Ao mesmo tempo em que crescia seu prestígio intelectual, Oliveira Vianna ia, cada vez mais, deixando o círculo restrito do pensamento acadêmico e ingressando na arena da atuação pública. Tornou-se diretor de fomento agrícola do Rio de Janeiro, em 1926. Sua carreira pública deslanchou com a Era Vargas: consultor jurídico do ministério do Trabalho, entre 1932 e 1940, e ministro do Tribunal de Contas da União, de 1940 até sua morte, em 1951. Continuará a publicar até o fim da vida, com obras póstumas inéditas, sendo lançadas até 1958. Foi, além disso, membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras (para a biografia de Vianna, bem como para uma melhor compreensão de seu pensamento, utilizamos nesta aula os seguintes textos: RICÚPERO, 2008; ALMEIDA, 2008; REIS, 2006; CARVALHO, 2004; BRANDÃO, 2002. Para evitar o excesso de citações, restringiremos as referências daqui em diante apenas às transcrições).

A atuação de Oliveira Vianna é paradigmática da interseção possível entre história e política. Vianna tinha a clara intenção de buscar na história não o conhecimento do passado por si; não buscava o saber pelo saber. Não consultava arquivos, não buscava documentação inédita. Baseava-se em obras publicadas ou de fácil disponibilidade, além de dominar, com vastíssima erudição, uma ampla bibliografia brasileira e estrangeira, especialmente francesa. Oliveira Vianna tinha como principal foco o estabelecimento de grandes questões, o uso de teorias sociais como ferramentas para interpretar a sociedade brasileira. Buscava, além disso, no passado, as origens dos problemas brasileiros a serem vencidos, bem como as ferramentas para sua superação. Por tudo isso, o pensamento de Oliveira Vianna tornou-se fundamental para a compreensão não apenas da visão da época sobre o passado do país, mas crucial para compreendermos o pensamento dominante, no contexto das décadas de 1920 e 1930, a respeito de como a elite dirigente enxergava o Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho, “pode-se dizer que todos os principais pensadores do Brasil, entre 1920 e 1950, e mesmo depois, dialogaram com Oliveira Vianna, seja para incorporar suas ideias, seja para combatê-las, seja para fazer as duas coisas ao mesmo tempo” (CARVALHO, 2004, p.155).

A principal obra de que trataremos a seguir é *Populações meridionais do Brasil*. Embora seja a primeira obra de Vianna, já ali estão traçadas as linhas principais de sua abordagem historiográfica que perdurariam até o último livro publicado em vida, *Instituições políticas brasileiras* (1949), que, em larga medida, é uma retomada, com algumas importantes retificações, de *Populações meridionais*.

A influência de *Populações* é especialmente grande. O livro foi pensado a partir dos três “tipos sociais”, identificados por Vianna como constituintes do povo brasileiro: o matuto agricultor do centro-sul (Minas, São Paulo e Rio de Janeiro), o gaúcho campeador e o sertanejo do interior nordestino. O objetivo de Vianna, a partir da análise desses três grupos em que ele dividia os brasileiros, era “ressaltar o quanto somos distintos de outros povos” (VIANNA, 1920, apud RICÚPERO, 2008, p. 56).

Essa premissa, que permeia este e outros escritos do autor, buscou realçar a singularidade da formação histórica do Brasil em relação a outros países, especialmente os europeus. Para Vianna, a população e a sociedade que aqui se constituíram tinham uma trajetória única, marcada por processos que deveriam ser levados em conta pelos poderes políticos do país. Assim, Vianna dedicou-se ao estudo do povo brasileiro, especialmente aquele matuto do Sudeste, o mais importante dos três por presidir os processos de consolidação nacional, tendo em vista um objetivo claro, melhor revelado em outra obra do autor, *Evolução do povo brasileiro: apreender a particularidade brasileira para abrir caminho ao estabelecimento de uma política pragmática para o Brasil* (RICÚPERO, 2008, p. 57).

A partir dessa abordagem, tendo em vista analisar o Brasil no que ele tem de específico, Vianna estabelece um par analítico para compreender essa cultura: de um lado, o *país ideal*, presente na cabeça de pensadores, intelectuais, políticos, juristas, jornalistas etc., que pretendia enxergar o país a partir de modelos criados, não raro sob influências estrangeiras, sem qualquer respaldo na realidade concreta brasileira. De outro lado, o *país real*, aquele a que Vianna pretendia dedicar-se, aquele que deveria ser estudado de fato, aquele que pulsava e constituía a nação brasileira. Ao estabelecer esse par analítico, Vianna dirige suas críticas a todos aqueles que, dedicados apenas ou principalmente ao país ideal, deixam de lado a realidade brasileira e buscam a ela aplicar modelos estrangeiros ou em descompasso com sua situação orgânica. Vianna, assim, deixa claro que, para ele, seria necessário buscar uma via própria de desenvolvimento, tanto das leis quanto do Estado, para conseguirmos afinal superar nosso atraso e nossos riscos de fragmentação.

Podemos perceber como, a partir da análise daquelas populações, Vianna propunha-se a compreender o que chamava de “povo-massa”, o povo “real”, a sociedade que, de fato, vivia o Brasil. Esse povo-massa não era, na obra de Vianna, homogêneo, tampouco unido em comunidade. Para Vianna, a diversidade geográfica, a variedade étnica e os diferentes processos históricos de

desenvolvimento regional fizeram surgir aqueles tipos diferenciados que apontamos anteriormente. Podemos afirmar que, para Vianna, a colonização portuguesa no Brasil formou três sociedades: a dos sertões, a das matas e a dos pampas, a que corresponderiam, respectivamente, o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Nota-se que, a partir dessa abordagem tripla, Vianna rejeita qualquer análise do “homem brasileiro” em geral. Em Vianna, o sujeito está sempre inserido em seu contexto, sob influências simultâneas do meio, da raça e do desenvolvimento cultural.

Podemos, também, notar que para Oliveira Vianna os tipos brasileiros são, sobretudo, tipos *agrários*. A cidade é pouco considerada por Vianna, reflexo de um contexto, no início do século XX, onde a população brasileira é ainda eminentemente rural. Em *Populações meridionais*, o desenvolvimento histórico do Brasil é, antes de tudo, o desenvolvimento do campo, do latifúndio, da “nobreza” (termo usado por Vianna) portuguesa, corajosa, guerreira e conquistadora, que deixou Portugal e veio para o Brasil erguer uma sociedade única. Vianna, ao longo de boa parte da obra, tece elogios a esse colonizador, à estrutura latifundiária montada e justifica o uso do trabalho escravo pela necessidade de concentração do trabalho, que, de outro modo, iria se dispersar pelo vasto, inexplorado e fértil território brasileiro. O campo, assim, é o espaço de formação do Brasil e nossas principais características seriam oriundas desse tipo de formação.

Após certo ponto da obra, porém, Vianna altera esse fio de interpretação de nossa peculiaridade e estabelece uma visão negativa de nossa colonização. O elogio à obra do colonizador dá lugar à crítica de suas consequências. Para Vianna, as enormes distâncias entre os latifúndios teriam criado espaços autossuficientes, sem quaisquer traços de solidariedade para além das ligações parentais, do clã. O autor destaca que o tipo de colonização aqui engendrado gerou uma sociedade fragmentada, com ausência de laços nacionais e sob domínio, a partir do século XIX, dos caudilhos. Os antigos e elogiados colonizadores dão lugar a coronéis que

exerciam sua dominação com mão de ferro, gerando uma rede clientelística que acabava por ameaçar os direitos civis da população sob seu domínio. A partir da ideia de “anarquia branca”, isto é, uma ideia de estado de guerra e disputas entre os latifundiários, Vianna analisa a subordinação da população rural pelo viés da ausência de um poder superior que pudesse servir de garantia do cumprimento daqueles direitos. O medo, a violência, a ausência de a quem recorrer teriam criado uma situação delicada, da qual a falta de uma identidade nacional seria a principal decorrência.

Nesse ponto, podemos retomar aquela dupla que, na primeira parte desta aula, abordamos como fundamental para o período que tratamos: a questão do autoritarismo e a questão da mestiçagem.

Em Vianna, esses dois aspectos entrecruzam-se. A ideia de “anarquia branca” já aponta, em seu nome, para a primeira ponta do cruzamento: a elite colonizadora é, em Vianna, branca, descendente da raça superior europeia, com raízes especificamente *arianas*. O uso do termo, num contexto de crescimento de ideologias racialistas, não é fortuito. Mesmo que, em edição futura da obra, Vianna tenha afirmado que a associação entre arianismo e nobreza colonizadora fosse “mera hipótese”, e não uma confirmação científica, isso não anula o racismo presente em sua interpretação da história brasileira. Vianna é claro em apontar que, segundo sua ótica, os europeus que para cá vieram eram os de melhor estirpe.

Se a nobreza colonizadora é branca, a massa colonizada é negra/mestiça. Em Vianna, a questão da raça não é marginal: trata-se, na verdade, de explicação fundamental para sua compreensão dos grupos dominantes e dominados. Sob forte inspiração de pensadores franceses, inseridos no contexto do racismo científico, a ideia de inferioridade dos negros e mestiços é clara. A mistura de raças, produzindo subtipos sociais na base da pirâmide social, desde os tempos coloniais, gerou uma situação verdadeiramente ruim para o Brasil, situação esta que não piorou graças aos mecanismos de preconceito de cor e sangue, que teriam exercido, nas palavras do autor, “função verdadeiramente providencial”, ao impedir a ascensão dos “mestiços inferiores” até as classes dirigentes.

Podemos perceber, assim, que a explicação para a estrutura hierárquica brasileira, dos tempos coloniais até o século XX, assentava-se sobre uma hierarquização natural das raças. Nesse contexto, a escravidão é minimizada. Seu fim, inclusive, é apontado por Oliveira Vianna como uma tragédia, fruto da alienação daqueles estadistas que, olhando o país ideal, esqueceram-se do país real. Vianna vê a Abolição como aplicação de ideias estrangeiras, de outro contexto, numa particularidade, como a brasileira, em que não encontrariam terreno fértil. Retoma, assim, a crítica de José de Alencar e outros defensores da escravidão ao longo do século XIX, para quem seria preciso analisar as condições do país e perceber a escravidão como particularidade sua; moralmente condenável, sim, mas devendo ser aceita pelas circunstâncias.

Essa sociedade mestiça, porém, embora inferiorizasse o Brasil, tinha remédio. Vianna era grande defensor e promotor da ideologia do branqueamento, presente no seio dos grupos dirigentes do país, nas primeiras décadas do século XX. Segundo essa ideologia, a vinda de imigrantes europeus poderia contribuir para a melhora da população brasileira, visto que, misturando-se às demais raças do país, auxiliaria no aperfeiçoamento e no clareamento da cor, levando o país a superar seu atraso e a ingressar no rol das nações civilizadas.

Mas não apenas à ideia do branqueamento e à crítica da mestiçagem contribui Vianna. O autor foi também grande ideólogo do autoritarismo do Estado Novo. A situação de formação do país, com sua peculiaridade e a ausência de solidariedade nacional, levando a população ao medo da “anarquia branca” e à submissão de seus direitos, à vontade dos chefes de clãs, levou Vianna a perceber duas coisas interligadas: 1) a trajetória histórica do Brasil, em muito diferente da trajetória do mundo europeu, essencialmente do anglo-saxão, criou um *país real* onde a democracia não passaria de idealismo e ingenuidade da elite do *país ideal*. As ideias democráticas não encontrariam solo fértil para aqui prosperarem. Ou melhor, a trajetória da democracia não poderia seguir os padrões ingleses e americanos do norte, cuja base social comunal estimulava

o senso de solidariedade e luta por direitos. No Brasil, a estrutura rural organizada pelos séculos de colonização produziu outro tipo de sociedade, na qual o Estado ganharia papel fundamental.

Para Vianna, ao longo do século XIX, foi o Estado monárquico que garantiu a vitória da unidade sobre as facções, da centralização sobre as forças centrífugas, do espírito público sobre a solidariedade fragmentada dos clãs. Dada nossa peculiaridade histórica, o Estado deveria cumprir o papel de defensor das liberdades contra os caudilhos; a autoridade deveria presidir o desenvolvimento, a modernização. A democracia, no Brasil, não poderia vir de baixo para cima; deveria ser construída, a partir de cima para baixo, por um Estado tecnicista, formado por uma espécie de elite administrativa pragmática e esclarecida, capaz de formar uma classe nacional e expandir-se sobre as divisões partidárias e as disputas locais. Bem ao espírito das ideias fascistas.

Oliveira Vianna, assim, era grande admirador da obra do Regresso – Saquarema – que havia consolidado o Estado monárquico a partir de meados do século XIX. Insere-se na tradição do Nabuco de “Um estadista do império”, para quem a obra da Coroa, graças à ação do Poder Moderador e à figura de Pedro II, manteve o Brasil íntegro, unido, criou uma identidade nacional. Como para Nabuco, a República era, para Vianna, uma grande decepção: o coronelismo e o federalismo corroíam o país e eram um retrocesso no processo imperial de formação da nação. Daí a defesa de um Estado forte, autoritário, capaz de, para Vianna, retomar esse fio de construção nacional. Cairia como uma luva para Getúlio Vargas e seu Estado Novo, cujo golpe, em 1937, foi celebrado em vários lugares com a queima das bandeiras estaduais em nome do pavilhão nacional verde e amarelo.

Podemos perceber, assim, a inserção do pensamento de Oliveira Vianna no debate político da época: por um lado, a defesa do branqueamento e a crítica à mestiçagem; por outro lado, a defesa de um Estado centralizado e forte, capaz de impor-se sobre as disputas locais em nome de um ideal nacional. Tais ideias

justificavam-se a partir da premissa, correta, por sinal, de que o Brasil possuía uma história singular, que não deveria copiar modelos estrangeiros, mas sim partir de propostas próprias; que não deveria transpor modelos de outros contextos para aqui serem aplicados acriticamente, mas deveria partir do direito costumeiro, da situação local para formar sua estrutura legal. Ambas as abordagens de Oliveira Vianna seriam retomadas nas décadas seguintes, seja sob o viés da crítica, seja sob o viés do elogio. Em especial a questão do branqueamento, já foi logo criticada a partir da década de 1930 pelo autor de uma das mais importantes obras da historiografia brasileira: Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*.



Atende ao Objetivo 1

1. A partir do visto até aqui, responda: que tipo de interações podemos traçar entre o contexto histórico brasileiro das décadas de 1920 e 1930 e a obra de Oliveira Vianna?

Resposta Comentada

Oliveira Vianna foi um grande intelectual do Estado Novo. Sua obra, ao associar a descentralização e o federalismo à “anarquia branca” e ao caudilhismo, contribuiu para pavimentar o caminho

até a construção de um regime autoritário-nacional, capaz de guiar o povo brasileiro até seu desenvolvimento. Para Vianna, nossa formação histórica levava indissociavelmente à ditadura, visto que não compartilhamos, em nossa trajetória, das mesmas experiências que, no mundo anglo-saxão, conduziram à democracia. Nossa peculiaridade histórica tornaria as ideias liberais e democratas mera transposição de realidades distintas para o país.

Gilberto Freyre e o elogio da mestiçagem

Gilberto Freyre nasceu em Pernambuco, coração da produção açucareira colonial, em 1900. Descendia, tanto por parte de mãe quanto por parte de pai, de famílias patricias da região, o que lhe permitiu seguir seus estudos no Colégio Americano, em Recife, e concluí-los nos Estados Unidos, graduando-se no Baylor College, Texas, e obtendo seu título de mestre na Universidade de Columbia, com dissertação intitulada “A vida social no Brasil em meados do século XIX”. Em Columbia, foi orientado por Franz Boas, antropólogo alemão que você já conheceu em História e Antropologia como um dos grandes responsáveis pela crítica à ênfase que a antropologia da época atribuía aos conceitos de raça e ambiente. Em seu lugar, Boas propõe o conceito de cultura como o grande vetor para a compreensão das sociedades. Freyre não esqueceria essa lição ao longo de sua vida de pesquisador (RICÚPERO, 2008).

De volta ao Brasil, Freyre passa a trabalhar como secretário de seu primo, Estácio Coimbra, governador de Pernambuco, até que a Revolução de 1930 levou-o ao exílio em Portugal, de onde sairia para tornar-se professor em Stanford. A Revolução de 1930 e suas consequências, como veremos, relacionaram-se diretamente à produção de Freyre, a partir da imagem que o autor procurou conferir aos protagonistas de sua escrita da história brasileira.

Nos anos 1940, com o fim do Estado Novo, já de volta ao Brasil, Freyre foi eleito deputado pela UDN e passará a pautar sua atuação social de modo cada vez mais conservador, inclusive mostrando apoio ao golpe civil-militar de 1964. A vida,



Figura 5.2: Gilberto Freyre.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Gilberto_Freyre.JPG?uselang=es

então, passa a confundir-se com a obra, e discussões a respeito do caráter reacionário ou não de seus escritos ainda não se esgotaram. Se, por um lado, a obra freyriana foi fundamental para a construção da imagem atual do Brasil-nação e para a superação da negatividade da visão sobre a mestiçagem, por outro as teses de Freyre e seu elogio do colonizador português serviram, até, para embasar o colonialismo salazarista, em Portugal. Freyre morreu em 1987, deixando atrás de si ao menos duas gerações de renovações dos estudos sobre escravidão (uma nos anos 1960, outra nos 1980) que, de uma forma ou de outra, tomaram sua trajetória autoral como fundamento das pesquisas.

Trajetória esta que se iniciou de fato em 1933, com a publicação de seu primeiro e mais importante livro: *Casa-Grande & Senzala*. Esta obra surgiu como parte de uma série prevista de sete volumes, os quais deveriam narrar aquela que era, para Freyre, a chave para a compreensão da história brasileira: a ascensão e a queda da sociedade patriarcal. Dos sete volumes, porém, apenas 3 vieram à luz: a *Casa-Grande* seguiram-se *Sobrados e mucambos* (1936) e *Ordem e progresso* (1957). Os demais volumes consistiriam de um quarto, que se chamaria “Jazigos e Covas”, e de três outros apenas com reproduções: um quinto com manuscritos e fontes, um sexto com seleção de pinturas, mapas, fotografias etc. e um sétimo, contendo bibliografia geral e índices (SKIDMORE, 2001, p. 27).

Casa-Grande & Senzala foi o primeiro dessa sequência, exatamente o livro mais conhecido do autor e um dos mais relevantes já escritos sobre o Brasil, fazendo parte da tríade conhecida como “fundamental” para a compreensão do país (veremos os outros dois livros na próxima aula: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque

de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr.). É o livro de interpretação do Brasil mais traduzido e editado no exterior (REIS, 2006), surpreendente, em especial, pelo seu caráter ensaístico mais do que acadêmico (o próprio Freyre considerava-se, antes de tudo, “autor” ou “ensaísta”, preferindo tais “títulos” aos de historiador, sociólogo ou antropólogo). Foi uma obra crucial não apenas para a compreensão do país, mas, inclusive, para uma mudança nos estudos sobre raça, mestiçagem e escravidão, em todo o mundo atlântico. Por tudo isso, trata-se de leitura indispensável para se conhecer melhor a historiografia não apenas brasileira, mas mundial. Para esta aula, iremos nos basear em algumas obras sobre Freyre (REIS, 2006; RICÚPERO, 2008; SKIDMORE, 2001; BASTOS, 2008; BASTOS, 2002; SALLUN JR., 2002), fazendo referência daqui em diante apenas nas citações diretas.

A chave de interpretação da história para Gilberto Freyre é, como dissemos, a sociedade patriarcal. A escolha desse caminho para seus estudos não é gratuita: Freyre insere-se no debate de época que procura em algumas questões fundamentais para a compreensão do Brasil. Uma dessas questões é geral, conforme já vimos: qual o papel da mestiçagem na formação do Brasil? A segunda questão é mais específica de Freyre e da região onde nasceu: qual o papel do patriarcalismo na formação do Brasil?

Começemos pela segunda pergunta. Freyre vê a história do Brasil pelos olhos das elites agrárias nordestinas que, progressivamente, vinham decaindo e perdendo seu outrora forte poder. Insere-se, assim, numa vertente dos debates modernistas dos anos 1920 que tem no regionalismo, no tradicionalismo e em certo receio do cosmopolitismo suas bandeiras. No caso de Freyre, essa inserção deu-se por sua participação no Movimento Regionalista do Nordeste, para o qual escreveu o manifesto em 1926, e que contava com atuação de outros famosos escritores, como José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. A influência dos debates regionalistas levou Freyre à escrita de uma história nostálgica, elogiosa do passado brasileiro e desconfiada

do presente. A ótica freyriana é, como afirmamos, a ótica das elites tradicionais nordestinas, vendo seu mundo desmoronar frente ao Modernismo e ao industrialismo do Sudeste.

Freyre, impondo certa resistência a esse desmoronamento, retoma em seus escritos o fio de elogio do colonizador português, tecido desde Varnhagen até Oliveira Vianna. Mas, ao contrário desses autores, Freyre olha a partir de uma época de crise desse ideal agrário-patriarcal e busca reabilitar essa conquista. O mundo aristocrático que Freyre tenta ressuscitar em sua obra, a partir do elogio, está em franca decadência, na década de 1930. O papel que o Nordeste açucareiro tivera na formação do Brasil vinha sendo demolido pelo avanço do café e da industrialização no Centro-Sul. Assim, num primeiro contato, podemos afirmar que Casa-Grande & Senzala é uma tentativa de olhar o passado pelo elogio da tradição, tradição esta que deveria pautar qualquer tentativa de modernização, oriunda do movimento de 1930.

Esta defesa da tradição colocou a família patriarcal no centro do processo de colonização do país. O Brasil fundou-se sobre a família patriarcal, diferente da América inglesa, centrada no indivíduo, da espanhola, centrada no Estado, ou da holandesa, centrada nas Companhias de Comércio. Para Freyre, essa distinção marca a peculiaridade da colonização brasileira e permitiu que aqui se criasse um novo tipo de sociedade. Pois foi a família patriarcal que permitiu as condições necessárias para a atuação da mestiçagem, segundo pilar de formação do Brasil.

Nesse momento, Freyre toma caminho distinto daquele de seus contemporâneos. Esse caminho distinto relaciona-se à primeira pergunta que expusemos anteriormente: qual o papel da mestiçagem na formação social brasileira? Para Freyre, essa resposta é altamente positiva: o elogio da mestiçagem anda passo a passo com o elogio da colonização portuguesa no Brasil. Diferente do contexto intelectual majoritariamente racista em que se encontrava, Freyre inverte o papel da mestiçagem na formação do povo brasileiro e, assim, "alivia" a consciência daqueles que, preocupados com o "avanço" dos mestiços, viam um futuro tenebroso para o país.

Para Freyre, a tendência das primeiras décadas do século XX, que tentou pôr na conta da raça e da miscigenação a origem dos problemas brasileiros, estava completamente equivocada. A partir de sua experiência pessoal e da pesquisa, Freyre afirmou que os problemas da população mestiça brasileira, tachada de fraca, feia, raquítica, vinham da alimentação e da doença, especialmente a sífilis. Ou seja, vinham do ambiente, da cultura, e não da mestiçagem, não da raça. Nota-se, aí, a influência da antropologia de Boas: embora o conceito de raça não esteja ausente das análises de Freyre, ele não é o mesmo conceito de raça que pauta o “racismo científico”. “Raça”, para Freyre, é algo produzido a partir de interações ambientais; são traços biológicos que se adaptam e transformam-se, segundo a cultura, o ambiente, a geografia. Não se trata de um conceito explicativo estático. Tampouco definitivo.

Localizado o problema não na raça, mas na cultura, no ambiente, Freyre segue adiante em sua análise da formação social brasileira. Vai retomar a influência das três raças presente em *Martius*, conforme vimos anteriormente, para explicar por que a sociedade brasileira produziu um tipo único, ausente em qualquer outra parte do mundo. Um produto da mistura de raças, culturas e influências ambientais. Uma população adaptada plenamente ao seu contexto histórico-geográfico. Uma mistura tão única que Freyre confere-lhe um novo nome: nem português, nem brasileiro, mas sim *lusobrasileiro*, tipo criador de um sistema mais amplo por Freyre denominado *lusotropical*.

Era para Freyre, em resumo, uma sociedade harmoniosa, resultado de um balanço perfeito entre as três culturas fundamentais que aqui dominaram: o branco português, o negro africano e o índio americano, embora as interações entre as duas primeiras culturas seja a mais importante para Freyre. A interação entre essas culturas, que em Freyre é uma integração harmônica, é um dos grandes temas presentes em *Casa-Grande & Senzala*, conforme o próprio título expõe.

Freyre vai às origens de Portugal para explicar como essa interação foi possível no Brasil. Para Freyre, os portugueses não eram um povo “puro”, mas uma mistura entre raças europeias e africanas. O português, para Freyre, era um ser “plástico”, “moldável”, resultado de suas ligações históricas, remontando à Idade Média, com mouros e outros povos. A forma de produção do “português”, portanto, tornou-o o tipo “perfeito” de colonizador, visto que poderia integrar-se com outras raças e construir outros tipos pessoais sem os preconceitos e as barreiras que outros povos europeus poderiam criar. A formação histórica de Portugal teria conferido ao português uma visão essencialmente prática, pragmática, disposto a fazer o que fosse preciso para alcançar seus objetivos. Freyre endossa sua tese a partir de sua visão sobre as diferenças entre o Brasil e a sociedade norte-americana: nos EUA, Freyre observa um grau de separação e segregação racial que não enxerga em sua terra natal. Para Freyre, o sistema americano, produzido a partir da exclusão, não tinha nada em comum com o brasileiro, marcado pela harmonia de raças. No Brasil, o português soube adaptar-se integralmente de um modo que o inglês nos EUA não havia conseguido. Por outro lado, se o português foi o elemento integrador europeu, os africanos trazidos para o Brasil também eram, para Freyre, propensos à mistura: eram os de melhor estirpe, os mais “avançados”, mais “desenvolvidos do continente, também plenamente “adaptáveis” à vida no Brasil. A mistura do “melhor colonizador” com o “melhor colonizado” conferiram a harmonia necessária à formação brasileira.

Essa harmonia, em Freyre, traduz-se num *equilíbrio de antagonismos*. Aliás, Gilberto Freyre vê toda a sociedade brasileira construída a partir desse equilíbrio entre lados antagônicos: culturas europeia e indígena, europeia e africana, economias agrária e pastoril, jesuítas e fazendeiros, senhores e escravos... Todos esses antagonismos encontravam na casa-grande seu equilíbrio máximo: a monocultura latifundiária escravista seria o grande fenômeno social da formação brasileira, fosse na economia açucareira nordestina, fosse na cafeeira do Sudeste; fosse nos séculos iniciais

da colonização, fosse após sua entrada em decadência, a partir do Império. Em todas as regiões e épocas, Freyre vê a *plantation* como a expressão máxima do equilíbrio dos antagonismos. Lugar de dominação do *pater família*, o senhor de engenho. Lugar onde a mestiçagem, o caldo da formação cultural luso-brasileira, encontra seu espaço de atuação privilegiado.

A miscigenação, aliás, serve de chave para a formação brasileira: ela diminui as diferenças entre as três raças ao produzir tipos ligados a todas as culturas. Diminui, para o autor, as distâncias entre a casa-grande e a senzala, visto que articula os dois mundos, a partir de uma experiência comum. A mestiçagem, como expressão de um ambiente de trocas, de aprendizado, foi a marca positiva da sociedade, fundada nos trópicos.

Para Freyre, essas relações de mestiçagem construíram-se, especialmente, por meio de relações sexuais. A falta de mulheres brancas na colonização, combinando-se à plasticidade do português a que nos referimos, levou-os a procurarem índias, primeiro, e depois africanas para sua reprodução. Nesses contatos, novos tipos de relações construíam-se. A mulher indígena, com seu apego ao português, sua dedicação, sua valorização do guerreiro forte e conquistador, teria para Freyre a atirado nos braços do europeu. A africana, com sua espontaneidade, com sua alegria, cantoria, adaptabilidade, teriam adoçado o caráter português, mais “duro”, mais firme. Da mistura, surgiria um tipo novo, mais dócil, mais manso. Em Freyre, todos os aspectos da cultura indicam essa transformação. A própria linguagem brasileira serve de exemplo: a forma portuguesa de emprego dos pronomes, ao fim das frases, revela sua dureza: “dê-me”, “faça-me”, “espere-me”. A forma brasileira, porém, tocada pela doçura das relações entre africanos e europeus, indica sua maciez: “me diga”, “me faça”, “me espere”. Quase como um pedido.

A linguagem, como os demais aspectos da cultura brasileira, são, para Freyre, produto da miscigenação. E essa miscigenação produz um tipo – o luso-brasileiro – que é manso, tranquilo, pouco afeito a revoluções ou a disputas. Esse lado da mansidão brasileira,

em Freyre, decorre da influência africana. É a mansidão africana, aliás, que em Freyre ganha importância para explicar as relações entre senhores e escravos: o africano teria, por sua cultura, uma disposição a obedecer, um certo masoquismo que se casava com a disposição portuguesa em comandar, com seu sadismo. É nesse momento que a obra de Freyre leva a forte disputa entre seus intérpretes: há aqueles que consideram Freyre um conservador, alguém que fechou os olhos para a violência das relações entre os grupos. Alguém que teria ignorado essa violência em nome de um projeto de colonização à europeia. Há, contudo, aqueles que rejeitaram, total ou parcialmente, as conclusões de Freyre, dedicando-se a desafiá-lo e a superar suas interpretações. Até hoje, Gilberto Freyre é um dos autores brasileiros mais submetidos à discussão de suas obras.

A violência do senhor, os estupros, a violência das senhoras, dispostas a mutilar escravas atraentes, tudo isso está em Freyre. A alegria quase natural dos africanos, sua disposição para a escravidão, tudo isso está lá também. Discutir a obra de Freyre é tarefa permanente, a exigir muita atenção. E é fundamental para se entender o Brasil hoje.

Afinal, os temas a que Freyre dedicava-se não morreram. Pelo contrário: se masoquismo e sadismo marcavam as relações entre as classes no passado, daí decorre o fato de que o mando e a obediência, fatores de origem na colônia brasileira, mantiveram-se ativos e transferiram-se ao Brasil contemporâneo: o povo brasileiro, mestiço, para Freyre, manteria certa disposição em obedecer, estando à espera de governantes aptos a comandar. A democracia plena, no Brasil, não seria bem-sucedida: nossa cultura apontaria para a necessidade de governos fortes e poderosos, autoritários e altivos. Marca indissociável de nossa formação histórica. E nisso ele se aproxima de Oliveira Vianna.

O pensamento de Gilberto Freyre liga-se à sua vida: como vimos, foi um entusiasta do regime militar e um ideólogo, ainda que à revelia, do salazarismo. Mas desprezar a obra de Freyre,

como foi feito por muitos autores, devido a esses aspectos seria empobrecedor. Freyre trouxe uma contribuição inestimável para a historiografia brasileira e não apenas por transformar o sentido da mestiçagem ou por conferir papel dominante à cultura africana na formação do Brasil. Freyre ainda trouxe contribuições para a historiografia mundial ao transitar entre a Sociologia, a Antropologia e a História, e, especialmente, ao utilizar fontes históricas até então pouco usadas ou negligenciadas. Escrevendo a partir da década de 1930, Freyre antecipa algumas abordagens culturais que serão dominantes apenas na chamada terceira geração dos *Annales*, na segunda metade do século XX. Ampliou enormemente o campo historiográfico da cultura ao incorporar, em suas fontes, diários íntimos, fotografias, jornais, livros de viagens, folhetins, livros de receitas, de modinhas, de versos, romances, cartas etc. Também inovou metodologicamente, ao preparar, para seu livro *Ordem e progresso*, um questionário/entrevista e remetê-lo a milhares de pessoas, como forma de colher depoimentos, numa antecipação da hoje muito utilizada história oral. A abordagem do cotidiano fez a história adentrar o íntimo da formação brasileira, aproximando os objetos dos leitores.

Mas sempre haverá os críticos, que acusaram Freyre de, além do que já vimos, restringir-se à família patriarcal em sua abordagem culturalista, generalizando a cultura dos engenhos para todo o país. Também o criticaram por muitas vezes desprezar a cronologia, utilizando fontes dos séculos XVIII e XIX para construir interpretações de séculos anteriores (dando a impressão de: “se no século XIX funcionava de um jeito, por que haveria de funcionar diferente nos séculos anteriores?”). Freyre também apanhou por não se ater às diferenças regionais, considerando seu Nordeste açucareiro símbolo de toda a sociedade brasileira.

Muitas críticas podem ser feitas a Freyre. Muitas ainda serão. E haverá quem as rebata. Mais do que uma unanimidade, a marca de Gilberto Freyre foi sempre a polêmica. E isso só contribui ainda mais para torná-lo um autor fundamental, para entendermos o Brasil.



Atende ao Objetivo 2

2. A partir da leitura sobre Gilberto Freyre, explique o significado da expressão “equilíbrio de antagonismos” na abordagem freyriana da história do Brasil.

Resposta Comentada

O *equilíbrio de antagonismos*, em Gilberto Freyre, significa seu olhar da história brasileira a partir de lados antagônicos, porém que se complementam num todo cultural e social. Freyre enxerga toda a sociedade brasileira, em sua formação, com a presença desses antagonismos: culturas europeia e indígena, europeia e africana, economias agrária e pastoril, jesuítas e fazendeiros, senhores e escravos etc. É a partir da relação entre essas partes que o Brasil constituiu-se, para Freyre, num todo.

Esse equilíbrio não se dá no vazio: para Gilberto Freyre, é o universo da casa-grande, em seu equilíbrio com a senzala, que confere o necessário balanço. É nessa casa-grande, expressão da *plantation*, lugar de dominação do senhor de engenho, que o caldo da cultura brasileira forma-se, a partir da mestiçagem.

Cabe destacar que, em Freyre, essa mestiçagem dá-se de modo muitas vezes violento. Não deixa ela, porém, de ser uma forma de diminuição das distâncias entre o mundo dos senhores e o dos cativos.

CONCLUSÃO

Conforme pudemos ver nesta aula, as abordagens de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre coadunaram-se com o momento histórico em que foram escritas.

Por um lado, a obra de Oliveira Vianna serviu de base intelectual para a confecção e atuação do Estado Novo, ao apontar o necessário autoritarismo, que deveria liderar a transformação do Brasil, rumo a uma sociedade democrática, visto que a trajetória clássica da democracia, típica dos países anglo-saxões, não encontrava, para Vianna, correspondência na peculiar sociedade brasileira. Para o autor, a partir de seu par analítico “país ideal” x “país real”, era preciso atentar às condições próprias do Brasil, antes de tentar se impor um arcabouço, transferido de outro lugar. Dentre os aspectos que contribuíam para a peculiaridade nacional, a mestiçagem jogava um papel negativo.

Papel este que se ligava à ideologia do racismo científico da época, mas que foi duramente invertida por Gilberto Freyre. Para Freyre, a peculiaridade do Brasil seria positiva: a sociedade mestiça aqui formada teria criado um tipo único e gerado uma melhoria. A cultura, grande viés explicativo para Freyre, ao invés da ideia de raça (segundo influência das transformações na Antropologia), surgia como resultado de interações entre diferentes tipos. Assim, a cultura portuguesa e a africana puderam misturar-se, cada uma absorvendo aspectos da outra, gerando o tipo mestiço que fundava a sociedade brasileira.

Podemos perceber aproximações entre os autores. A maior delas é sua ligação com o início, naqueles anos, de tentativas de interpretar o Brasil e de definir o povo brasileiro. Continuaremos a ver autores ligados a essas tentativas na próxima aula.

RESUMO

As primeiras décadas do século XX assistiram ao incremento de teorias racialistas, no mundo ocidental, que se consubstanciaram no racismo científico. Simultaneamente, fortaleciam-se ideias de inspiração totalitária, contrárias à democracia liberal. Esses dois movimentos influenciaram pensadores que, ligados a eles ou contrários a um ou a outro, agiram no sentido de tentar compreender melhor o mundo.

No Brasil, dois desses pensadores foram Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. O primeiro serviu de ideólogo do Estado Novo, com sua abordagem da história brasileira que via, na peculiaridade nacional, indícios de que a democracia não vingaria por si só. Seria preciso um Estado autoritário que se impusesse à força. Vianna também se inseria no conjunto do racismo científico, lamentando a mestiçagem como causadora dos males do país.

Gilberto Freyre, por outro lado, embora tenha também servido de ideólogo de regimes autoritários (no caso, o colonialismo salazarista), distinguiu-se de Vianna e do conjunto de pensadores de sua época, por conferir à mestiçagem um papel positivo, invertendo a lógica e apontando um futuro promissor para o Brasil, contra aqueles que afirmavam que a mestiçagem condenaria o país ao fracasso.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o pensamento histórico de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior. Até lá.

Aula 6

Interpretações do Brasil 2: Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Metas da aula

Apresentar e contextualizar as principais características das abordagens historiográficas de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a importância da obra de Sérgio Buarque de Holanda para o conhecimento histórico brasileiro;
2. avaliar o papel de Caio Prado Jr. para a renovação nos estudos historiográficos sobre o passado brasileiro.

INTRODUÇÃO

Começamos a ver na aula passada o clima de mudança em relação aos estudos historiográficos sobre o Brasil, que surgiram principalmente nas décadas de 1920 e 1930. Pensar o Brasil, interpretá-lo, descobrir este sujeito chamado “povo brasileiro”, tais eram as orientações dos intelectuais de então, tais foram as motivações para a enxurrada de obras que repensaram o modo de se escrever a história do país.

No conjunto, temos desde obras inseridas no contexto do racismo, que impregnava estudos acadêmicos em diversos países (como Oliveira Vianna), até obras que buscaram perceber a cultura brasileira em sua singularidade e reavaliar o papel da mestiçagem (como Gilberto Freyre). O país passava por mudanças, inclusive nas suas referências a respeito da história. A influência do IHGB, tão forte entre os séculos XIX e XX, como vimos, vai decaindo. Universidades vão nascendo. Os estudos históricos passam a ser construídos a partir de aproximações com as ciências sociais, a exemplo do que, na França, a primeira geração dos *Analles* pregava. Chamar, portanto, essas obras de *históricas* é, de certa forma, reduzir sua amplitude. Não dão a real dimensão de seu significado em termos de *humanidades*. Ainda mais atualmente, num momento em que a história muitas vezes se vai descolando das questões atuais, da realidade social, e a atuação do historiador, cada vez mais, restringe-se à academia.

As obras produzidas naquela época são verdadeiramente das ciências humanas. Tornaram-se clássicas em grande parte graças à recusa em pensar o Brasil de forma parcial ou fragmentada. Interpretaram o Brasil a partir de angústias e problemáticas, surgidas no presente. Buscaram, cada uma à sua maneira, soluções para o país. Descreviam caminhos passados para iluminar atuações futuras. Além de interpretar, pensar e refletir, tentavam “resolver” o Brasil. Superar o que viam como atraso, o que viam como erros. Tal clima de estudos encontrou franco apoio, especialmente na década de 1930, nos projetos políticos que experimentavam novos rumos para o país.

Além dos autores que já vimos, a década de 1930 ainda apresentaria dois outros escritores inseridos nessa dinâmica de refletir sobre o Brasil, os quais produziram obras de inestimável impacto na visão dos brasileiros a respeito de si. Tais autores foram Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Serão eles o foco desta aula.

Com o intuito de evitar carregar esta aula de referências, restringiremos as citações apenas no caso de transcrições ou ideias mais pontuais. A bibliografia de apoio utilizada poderá ser consultada na parte das Referências. Adotaremos este método, de agora em diante, em todas as aulas do curso.

Sérgio Buarque de Holanda e as raízes portuguesas do Brasil

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 1902. Filho de migrante pernambucano, funcionário público da área de saúde, teve vida modesta em uma família com viés autoritário. Estudou no Colégio São Bento e mudou-se com a família, em 1921, para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito.



Figura 6.1: Sérgio Buarque de Holanda.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/2/29/Sergio_Buarque.jpg

Adepto de uma vida boêmia e literária, aproveitou o tempo no Rio de Janeiro para ampliar seus círculos de amizade em bares e sambas, além de dedicar-se à leitura e escrita, ao piano, à composição de valsas e à dança. Era adepto da cultura em ampla escala, tendo se ligado, a exemplo de Gilberto Freyre, ao movimento modernista dos anos 1920. Porém, diferente de Freyre, que seguiu um viés modernista mais regionalista, como vimos, Sérgio Buarque via o Modernismo de sua ótica urbana, cosmopolita, da então capital federal do país. Essa visão levá-lo-ia a seguir a ideia de um Modernismo mais “total”, então em voga no meio de certos intelectuais, que buscava romper com a ideia de que a cultura restringir-se-ia às letras. Era preciso ampliar, buscar a cultura popular, aproximar-se do povo brasileiro. Nesse caminho, Sérgio Buarque iria estranhar-se com alguns expoentes do Modernismo, a quem acusava de quererem construir um determinado tipo de cultura brasileira a partir da própria vontade, sem qualquer vinculação com o conhecimento da população.

A influência do Modernismo e o amor à literatura levaram-no a começar sua carreira como crítico literário e jornalista. Participou da edição, no Rio de Janeiro, da revista modernista paulista *Klaxon*; publicou, junto a amigos, a revista *Estética*; iria ainda deixar o Rio, após formado, para ser editor de uma folha intitulada *O Progresso*. Essas experiências, junto a outras, iriam levar o então iniciante Assis Chateaubriand e oferecê-lo um cargo de correspondente na Alemanha, em 1929. Ali Sérgio Buarque passaria dois anos, numa viagem que mudaria definitivamente a sua vida e os rumos da produção historiográfica brasileira.



Figura 6.2: Capa da revista *Klaxon*, de 1922.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/Klaxon_n._3.jpg

Na Alemanha, Sérgio Buarque de Holanda recebeu duas poderosas influências que disputariam entre si presença em suas obras. Essas influências foram o *historicismo*, em sua linha *historista*, e a sociologia de Max Weber. As aulas e as leituras que aproveitou na Alemanha, além da perspectiva de poder olhar seu país de fora (crucial, como vimos, também para Gilberto Freyre, cuja estada nos EUA provocou-lhe um olhar diferenciado sobre o Brasil), levaram Sérgio Buarque a refletir sobre a formação brasileira em suas conexões com a América hispânica. A partir das reflexões iniciais, escreveu um esboço de 400 páginas, a que deu o nome de “Teoria da América”. Dois capítulos desse calhamaço seriam publicados como artigos, em 1935, e reapareceriam em seu livro de estreia, *Raízes do Brasil*, de 1936, uma das mais importantes e influentes obras já escritas sobre o Brasil.

Raízes do Brasil aumentou muito o prestígio de Sérgio Buarque, levando-o a mudar de direção e, após uma década, alternando

experiências como professor da Universidade do Distrito Federal, *visiting scholar* em universidades americanas e cargos na burocracia federal, voltou a viver em São Paulo e tornou-se diretor do Museu Paulista, entre 1946 e 1956. Em 1958, assumiu a cátedra de História da Civilização Brasileira na USP, com a tese *Visão do Paraíso*, para muitos sua obra mais importante e considerada um dos mais eruditos livros de História já escritos no Brasil. Saiu da USP, em 1969, pedindo aposentadoria em protesto contra a aposentadoria compulsória que o regime militar de então impôs a vários de seus colegas.

Dirigiu, ainda, a organização da coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, entre 1960 e 1972, inclusive escrevendo vários capítulos e, até, um volume inteiro (*Do Império à República*, a última parte sobre o período imperial). Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Manteve-se intelectualmente ativo até sua morte, em 1982. Deixou uma obra poderosa, estimulante, ampla, além de, como professor, ter influenciado toda uma geração de historiadores. Apesar de todo o prestígio e de todas as realizações, porém, gostava de referir a si apenas como o “pai do Chico” (RICÚPERO, 2008, 106).

De todo o seu conjunto de obras, nenhuma teve maior influência que *Raízes do Brasil*. Exatamente seu livro de estreia, escrito como ensaio, de curto tamanho e longas ideias. Ali está exposta uma interpretação do Brasil que se tornou campo fértil para pesquisas e estudos posteriores. Seu objetivo era, como o de outros intérpretes à mesma época, buscar no passado as origens dos males brasileiros. Estudar o passado para superá-lo. Para deixar o atraso, para vencer os obstáculos que entravavam o desenvolvimento do Brasil. Estudar a história era uma forma de acertar as contas com o presente para garantir o futuro.

Para Sérgio Buarque de Holanda, diferente de outros intérpretes dos anos 1920 e 1930, a origem dos males do Brasil não estava na miscigenação e nem mesmo na escravidão, que não recebe atenção no volume, mas na persistência da herança portuguesa. *Raízes do Brasil* busca, assim, as raízes portuguesas de nossa

formação, a influência da cultura lusitana sobre a brasileira. Para Sérgio Buarque, como deixa claro no início do livro, a colonização portuguesa, ao transplantar com sucesso a cultura europeia para os trópicos, teria impedido o desenvolvimento de ideias próprias, ligadas à nossa realidade, e afastado a nação do povo, tornando-nos, em afirmação memorável, “desterrados em nossa própria terra”. Superar os males dessa colonização, assim, significaria construir um caminho propriamente brasileiro, uma via única para a elaboração de uma sociedade democrática, justa e liberal no país. E aí está o traço mais marcante de seu historicismo: a noção de que cada povo, cada cultura, cada civilização teria um caminho próprio a seguir, instituições próprias a construir, sendo a cópia, a imitação, a transposição de uma cultura diferente erros que apenas contribuíam para o sentimento de não pertencer à terra onde se vivia. Tal visão aproximava Sérgio Buarque de outros intérpretes, como Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, embora o fizesse chegar a conclusões distintas das desses dois autores.

Quais eram, para Sérgio Buarque, os males da colonização portuguesa, que tantas marcas haviam deixado no Brasil? O autor partiu da abordagem weberiana para construir sua interpretação, utilizando uma metodologia de elaboração de *tipos ideais* que caracterizassem a presença portuguesa nos trópicos, comparando-a com a colonização de outros povos, principalmente espanhóis e holandeses. A abordagem weberiana dos tipos ideais você já estudou nas aulas de Teoria da História. Vamos nos ater, aqui, ao uso que Sérgio Buarque faz deles: não os utiliza como mera descrição de personalidades ou éticas distintas, tampouco os usa de forma mecânica, rígida. Sérgio Buarque aplica os “tipos ideais” weberianos em pares complementares, abordando-os de forma dialética. Assim, em seu trabalho, surgem os tipos do “aventureiro/trabalhador”, “semeador/ladrilhador” etc. Os pares complementares enriquecem a análise e dão a ela um tom processual, dinâmico, envolvente. Essa abordagem é responsável por grande parte da riqueza dos escritos de Sérgio Buarque de Holanda.

Sérgio Buarque inicia sua interpretação do Brasil, ainda antes do início da colonização, na análise do *caráter ibérico*, que vê como distinto do restante da Europa (nesse momento da obra, Sérgio Buarque não distingue ainda o caráter português do espanhol). Para o autor, diferente dos países do norte europeu, que desde cedo cultivaram valores racionalistas de organização social, a cultura ibérica nutriu, desde cedo, um profundo desprezo pelas hierarquias, pelo privilégio familiar, pelo cultivo do nome como fator de exclusão. Sérgio Buarque vê nessa cultura ibérica um culto de certo tipo de individualismo: um individualismo aristocrático, que vê no mérito próprio, no cultivo da personalidade o fator de distinção, de honra, de heroísmo. Os valores ibéricos, segundo Sérgio Buarque, tendem a certo “individualismo anárquico” (REIS, 2007, 124), ou seja, as ligações de respeito e ordem, os acordos de companheirismo etc. são instáveis, sempre feitos entre indivíduos, tendendo a desfazer-se ao sabor das circunstâncias. Para Sérgio Buarque, o caráter ibérico prezaria a solidariedade afetiva, a identificação individual, e só seria possível a imposição da ordem por meio de uma força exterior, individual, capaz de ser simultaneamente querida e temida. Uma força que governe despoticamente. Um líder carismático, capaz de provocar empatia e admiração nos “barões” individualistas, que o seguiriam mais por identificar-se individualmente com ele do que por qualquer motivação mais ampla ou racional.

Esse caráter ibérico, ao ser transplantado para as Américas, deu origem a dois tipos culturais diferentes: um espanhol, presente na colonização castelhana, e outro português, presente na colonização do Brasil. E, no caso especificamente brasileiro, a cultura ibérica portuguesa deu mostras de sua distinção em relação à espanhola. Essa cultura lusitana, em Sérgio Buarque, parte da mesma perspectiva de Gilberto Freyre: considera fundamental, para o sucesso da colonização, o caráter “plástico” do português, mistura de europeu com africano, um povo sem definição precisa, sem rigidez nos preconceitos raciais, pragmático, disposto a adaptar-se às circunstâncias em nome da eficácia para a realização de seus

projetos. Tal como Freyre, Sérgio Buarque considera que essa fluidez, essa ambivalência, foi crucial para possibilitar ao português a vitória na colonização. Uma capacidade de adaptação aos trópicos que superou todas as barreiras geográficas, culturais e raciais impostas pela empresa colonial.

Essa capacidade de adaptação, esse pragmatismo, essa vontade de obtenção do resultado a qualquer custo, sem preocupações com o “como fazer”, criou um tipo de colonização marcado por certo desleixo, certo abandono. Um tipo de colonização que “deu certo” quase sem querer. Um tipo de colonização que seguia uma ética pragmática, preocupada mais com os resultados do que com o caminho para obtê-los; preocupada mais com o “fazer” do que com o “como fazer”; preocupada mais com a consecução dos objetivos a qualquer preço do que com o trabalho, o esforço, a dedicação a consegui-los de forma mais segura e prática. Sérgio Buarque chamou essa ética, seguida pelos colonizadores, de “aventureira”. O tipo do aventureiro, responsável pela colonização (e aí Sérgio Buarque inclui portugueses, espanhóis e, inclusive, ingleses), era um sujeito que preferia o provisório ao definitivo; a descoberta à consolidação; o gosto pelo incerto e pelo risco à garantia da certeza e da segurança. O tipo do aventureiro, que Sérgio Buarque contrapõe ao tipo do trabalhador, corresponde à ética dominante no processo de colonização do Novo Mundo, no qual as dificuldades impostas favoreciam esse jeito mais fragmentado, mais adaptável, mais desleixado do que uma personalidade mais sisuda, circunspecta, cautelosa. A colonização, feita ao sabor das circunstâncias, resultou na construção de sociedades diferenciadas nas Américas e, dentre todas, a erguida pelos portugueses mostrou um maior caráter aventureiro. A agricultura, a escravidão, os elementos estruturantes da sociedade colonial brasileira foram, para Sérgio Buarque, adaptações que esse espírito de aventura provocou em relação ao meio. O trabalhador, por outro lado, seria um tipo mais preocupado com o método do que com o resultado; com o esforço mais do que com as conclusões; com o cuidado de cumprir

um caminho vagaroso, porém firme e certo, mais do que em seguir o atalho da riqueza fácil. O trabalhador, na ótica de Sérgio Buarque, dá um passo de cada vez; o aventureiro pega o caminho que se lhe afigura mais fácil.

Cabe ressaltar que esse primeiro par analítico de tipos ideais – aventureiro x trabalhador – não existem “puros” na realidade concreta. Sérgio Buarque deixa claro que correspondem a ideias, a construções mentais que não encontram correspondência total na realidade. Na verdade, para Sérgio Buarque, tanto o aventureiro quanto o colonizador são direções, caminhos sempre seguidos próximos um do outro. O que ocorre é que, no processo de colonização, Sérgio Buarque identificou o caminho do aventureiro como sendo o predominante – e não o único – enquanto o caminho do trabalhador foi, nas próprias palavras do autor, um tipo muito limitado, quase nulo. Em outras palavras, poderíamos dizer que, para Sérgio Buarque, a ética da aventura exerceu maior influência sobre as mentalidades daqueles que foram responsáveis por construir as sociedades americanas.

Isso é deixado claro, especialmente, na figura do português, construtor de uma sociedade eminentemente agrícola, na qual a cidade corresponde a mero apêndice. Para Sérgio Buarque, o traço agrícola da colonização brasileira é o maior fator de permanência do atraso no Brasil. O campo, na análise do autor, é o espaço onde se reproduz a mentalidade ibérica, as relações familiares, os valores portugueses. É o grande entrave ao desenvolvimento de um Estado racional, impessoal, moderno. A cidade, funcionando como apêndice, não cumpre, ao menos até a Abolição, um papel que a ela caberia na Europa: de centro cosmopolita, de avanço, de desenvolvimento, de civilização. A cidade colonial portuguesa, na abordagem de Sérgio Buarque, corresponde à outra lógica, o que abre o caminho para o segundo grande par analítico de *Raízes do Brasil*: o semeador x o ladrilhador.

Para Sérgio Buarque, o método de colonização entre lusos e espanhóis se distingue a partir da forma como ambos traçaram

suas cidades. Os espanhóis, segundo o autor, estavam mais preocupados com a presença do Estado, da Coroa. Os espanhóis tinham uma mentalidade mais centrada em dominar, em apertar os nexos coloniais, em manter viva a presença da metrópole. Para isso, fundaram suas cidades a partir de uma perspectiva de “ladrilhadores” – isto é, desenharam suas cidades com esmero, cuidando de garantir o domínio sobre a natureza, sobre o tempo, sobre o próprio desenvolvimento de sua história. As cidades espanholas seguiram um desenho racional, impondo a vontade humana à natureza, com linhas retas, com divisão espacial muito bem organizada, onde a praça, a igreja, os centros de poder etc. distribuíam-se de forma regular, o máximo possível, os rumos das relações entre os colonos. Os portugueses, por outro lado, Sérgio Buarque identifica como “semeadores”, pois afirma que semeavam suas cidades ao sabor dos ventos, das circunstâncias. Nas cidades portuguesas, diz o autor, os traços seguem os contornos da natureza. Não se impõem sobre elas, como enxergava na atitude dos espanhóis. Pelo contrário: preocupados, a partir de seu espírito aventureiro, com a riqueza fácil, os portugueses dedicam-se à agricultura (diferentes dos espanhóis, cujo estímulo aventureiro ligou-se desde o início à exploração das minas, despertando a necessidade de maior rigidez no controle) e desprezam o esforço de penetração territorial. Mantendo-se no litoral, as cidades luso-brasileiras crescem de forma irregular, abstratas, rebeldes, amontoando-se suas divisões internas umas sobre as outras. Os contornos são estreitos, interligados, um caos. Sérgio Buarque não vê nas cidades semeadas nenhuma lógica, nenhuma racionalidade.

Podemos, neste momento da análise, perceber como, na obra de Sérgio Buarque, os elementos vão se encaixando uns aos outros. O caráter ibérico, desprezando as hierarquias e prezando certo individualismo aristocrático do mérito, favoreceu, nas Américas, a dominância do tipo aventureiro, apegado à riqueza fácil e rápida, sem grandes preocupações com o trabalho sistemático e vagaroso. A partir do domínio dessa ética geral, cada circunstância da

colonização gerou um resultado diferente: espanhóis e portugueses não agiram da mesma forma, pois criaram sociedades distintas. A sociedade do ladrilhador espanhol teve um caráter muito mais duradouro, na ótica de Sérgio Buarque. Isso explicaria as universidades, a maior presença metropolitana, as cidades com traçado mais planejado etc. Já a sociedade do sementeiro português foi muito mais afeita ao provisório, ao planejamento curto, ao atalho: a ideia era chegar, ganhar e sair. Não havia uma preocupação mais regular com a permanência, com a durabilidade. O espírito aventureiro português criou um outro tipo de civilização, no qual a predominância era rural.

Nessa sociedade rural, a tradição de individualismo aristocrático ibérico gera um tipo de relação marcado não por normas impessoais ou universais, mas pelo afeto. Para Sérgio Buarque, a marca das relações na sociedade colonial portuguesa era sentimental. Daí vem a construção mais famosa e menos compreendida de *Raízes do Brasil*: a ideia de que o brasileiro, herdeiro da tradição portuguesa, é um “homem cordial”.

A falha de interpretação que muitos leitores cometem dessa passagem de *Raízes do Brasil* é pensar o “homem cordial” como um sujeito bondoso, polido etc. Na verdade, para Sérgio Buarque, afirmar que as relações entre os brasileiros, tal como antigamente entre os colonos portugueses, eram marcadas pela cordialidade significava, antes de tudo, que seguiam padrões e influências do sentimento. “Cordial”, aqui, corresponde à sua origem etimológica: “o que vem do coração”, podendo corresponder tanto a relações de amor quanto de ódio (RICÚPERO, 2008, 115). O homem cordial de Sérgio Buarque age pelo impulso, pela parcialidade, de acordo com o que sente a respeito do próximo e não segundo critérios de polidez ou civilidade.

Tal percepção traz consigo algumas decorrências fundamentais. Para Sérgio Buarque, a sociedade fundada pelos portugueses nos trópicos é marcada por relações personalistas, onde o favor domina e as ações são seguidas de acordo com o sentimento que o próximo

desperta no agente. Não é uma sociedade impessoal, marcada por relações liberais, pelo domínio frio da lei ou da razão. Para Sérgio Buarque, a sociedade brasileira que nasce da cultura portuguesa é marcada pelo patrimonialismo, em que a relação dos brasileiros com a coisa pública ("*res publica*") é marcada pelos mesmos critérios que regem as relações familiares. Em outras palavras, se em países ditos "modernos", "avançados", "liberais" etc. o Estado funciona de forma apartada da família; se o Estado, nesses países, funciona como entidade marcada por relações abstratas, pela burocracia, pela impessoalidade, no Brasil as famílias controlam o Estado, dominam-no. Injetam a afetividade que marca suas relações internas na forma de organização do poder público. Aí está, conclui Sérgio Buarque, o grande entrave à expansão da cidadania, do liberalismo e da democracia no Brasil: as relações que marcam a esfera da política, do poder público, estão loteadas de acordo com as conveniências familiares, com os sentimentos de apadrinhamento e camaradagem. As ideias democráticas, no Brasil que Sérgio Buarque enxerga, foram sempre adaptadas às vontades dessas famílias. Foram sempre filtradas para servir à manutenção das relações cordiais, para servir à manutenção de uma tradição que remonta àquele individualismo aristocrático dos primórdios da presença portuguesa no Brasil.

Aí está, para Sérgio Buarque, a chave para a superação do atraso: superar a herança portuguesa, que corrói nossas instituições; superar a cordialidade presente na condução dos negócios privados e públicos. Mas Sérgio Buarque mostrava certo otimismo. Na parte final de *Raízes do Brasil*, ele apontou para uma lenta revolução que estaria ocorrendo no país, resultado, como indicado acima, das transformações em andamento desde a Abolição. A Abolição, para Sérgio Buarque, marca o início do fim do predomínio rural, que, gradualmente, seria substituído pelo domínio das cidades. É nas cidades que Sérgio Buarque deposita suas esperanças. Não a cidade como prolongamento do campo, semeada, conforme vimos, onde o horror ao trabalho manual e o desprezo pelo esforço, que marcavam as relações senhor-escravo no campo, criam a imagem do

“bacharel” mais preocupado com a forma do que com o conteúdo. Esta cidade, que existe especialmente na época do Império, é desprezada por Sérgio Buarque. Esta cidade é o palco de atuação do “doutor”, do sobranceiro acadêmico que, portando seu diploma, esfrega-o nos trabalhadores como que a deixar claro a superioridade de sua ocupação. Essa cidade, para Sérgio Buarque, nada mais é do que a tradição rural sob nova roupagem.

A cidade que Sérgio Buarque vê como revolucionária é aquela moderna, industrial, onde a população mais ampla, de origem humilde, poderia ascender e participar mais, quebrando a tradição portuguesa das relações cordiais e impondo uma estrutura mais impessoal. Seria a formação do Estado burocrático à Weber, marcado pelo domínio de regras universais e disposto a restringir as relações familiares exatamente aos círculos das famílias. Essa transformação aponta o caráter político de Sérgio Buarque: lançado em 1936, época de radicalismos nas disputas políticas brasileiras, onde direita e esquerda estruturavam-se em torno do integralismo e do comunismo, *Raízes do Brasil* marca a defesa de um outro caminho, mais liberal, democrático, pouco afeito aos extremismos que surgiam como os únicos caminhos viáveis na década. Essa postura, que Sérgio Buarque levaria por toda a vida, marca sua obra não apenas no terreno historiográfico, mas em todo o conjunto do pensamento social brasileiro.



Atende ao Objetivo 1

1. De acordo com o que vimos até aqui, explique a forma como as influências do historicismo e do weberianismo são trabalhadas em Sérgio Buarque de Holanda.

Resposta Comentada

Como vimos, duas poderosas influências teóricas em Sérgio Buarque vêm de sua estada na Alemanha: o historicismo e a sociologia de Max Weber.

Do historicismo, Sérgio Buarque trabalhou a noção de que cada povo, cada cultura, cada civilização teria um caminho próprio a seguir, instituições próprias a construir, sendo a cópia, a imitação e a transposição de uma cultura diferentes erros que apenas contribuía para o sentimento de não pertencer à terra onde se vivia. O historicismo, especialmente em sua linha romântica, historista, prezava o único, o irrepetível, o singular. A trajetória de cada povo,

identificado, no século XIX, a uma nação, era única. A partir dessa ideia, Sérgio Buarque criticava fortemente o que via como transplante de uma cultura europeia (especificamente, portuguesa) para uma terra alheia ao seu desenvolvimento histórico.

De Max Weber, Sérgio Buarque utiliza a metodologia de elaboração de *tipos ideais*, ou seja, construções mentais teóricas, alimentadas pela análise, que, por sua vez, têm o objetivo de melhor compreender a realidade social. Mas precisamos destacar que os tipos ideais, formulados por Sérgio, não existem “puros” na realidade concreta, e disso o autor tem plena ciência. Sérgio Buarque deixa claro que esses tipos correspondem a direções, caminhos sempre seguidos próximos um do outro. O tipo ideal, especialmente o par aventureiro-trabalhador, é, em Sérgio Buarque, uma tendência. Serve de referência para a análise da existência real.

Caio Prado Jr. e a orientação externa da formação brasileira

Caio Prado Jr. nasceu em São Paulo, em 1907, numa rica família cafeicultora, os Silva Prado, cuja empresa, a Cia. Prado-Chaves Exportadora, chegou a ser responsável pela venda de 20,25% do total de sacas de café exportadas pelo porto de Santos, em 1918 (RICÚPERO, 2008, 131). Apesar de sua origem “aristocrática”, teve uma vida marcada pela militância no interior do movimento comunista, articulando história e atuação política.



Figura 6.3: Caio Prado Jr.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/0/0f/Caio_Prado_Junior.jpg

Formado em Direito pela tradicional faculdade do Largo de São Francisco, Caio Prado Jr. logo iria ingressar nessa vida militante com a filiação ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, em 1928 – partido de cuja fundação participara seu tio-avô. O PD, que em seu programa partidário defendia o voto secreto, a liberdade para o Judiciário e as liberdades individuais, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, em 1930, contra a tradicional política clientelista da Primeira República. Na campanha, Caio Prado teve atuação entusiasmada. Derrotada a chapa na eleição, Caio Prado apoiou o movimento revolucionário de 30, em São Paulo. Após a vitória de Vargas, iria ainda integrar os comitês de inquérito no interior paulista, responsáveis por levantar os desvios cometidos pelos governos anteriores.

Logo, porém, ele se decepcionou com a política varguista e, num corte de radicalização em seus posicionamentos políticos, filiou-se ao Partido Comunista (PCB) em 1931. É a partir de então que sua perspectiva vai, cada vez mais, aproximando-se do ponto de vista da classe operária, adotando o marxismo como ferramenta de

análise do mundo. Os primeiros resultados de seus estudos, cuja intenção era compreender a história do país para atuar revolucionariamente, encontram-se em sua primeira obra: *Evolução política do Brasil*, de 1933.

Após a publicação de seu primeiro livro, Caio Prado Jr. participa de aulas de História e Geografia na Universidade de São Paulo (USP), o que lhe dá a oportunidade de entrar em contato com pensadores e correntes que alimentam suas reflexões. Simultaneamente, mantém firme sua atuação política, participando da organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente democrática e de esquerda que serve de contraponto à guinada à direita que os movimentos políticos começam a ganhar no Brasil, ao longo da década de 1930.

A atuação na ANL é intensa, com a publicação de jornais, participação em palestras, viagens, arrecadação de fundos etc. Essa experiência marcaria profundamente o jovem Caio, possibilitando a ele o contato com realidades até então desconhecidas. A experiência, porém, dura pouco: a ANL logo é posta na ilegalidade por Vargas, decorrendo daí um levante militar, em 1935, logo derrotado, que leva Caio Prado Jr. à prisão e, dois anos depois, ao exílio na França. No exterior, como antes dele Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. começa a escrever o livro que lhe garantiria lugar na tríade de intérpretes mais importantes do Brasil, com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942.

Já de volta ao país, após a publicação da obra, Caio Prado manter-se-ia um intelectual ativo e multifacetado: fundou a editora Brasiliense (1942), publicou *História econômica do Brasil* (1945), participou da luta pela redemocratização do país durante o Estado Novo e, após a queda de Vargas, foi eleito deputado estadual por São Paulo, pelo PCB. Porém, logo o partido foi posto na ilegalidade novamente e Caio Prado perdeu seu mandato em 1948.

A partir da década seguinte, após receber o título de livre-docente pela USP, Caio Prado Jr. começa a publicar a *Revista Brasiliense*, junto a alguns amigos. Essa série torna-se referência para

estudos sobre o passado e presente do Brasil. Apesar do sucesso da publicação, a revista é interrompida com o golpe militar de 1964.

A experiência, porém, levou Caio Prado Jr. a repensar o país e a publicar, em 1966, sua última obra de peso, *A revolução brasileira*, na qual tenta entender como uma “simples passeata militar”, nas suas palavras, foi capaz de tomar o poder do país. Nessa obra, dispara também contra o PCB e a interpretação marxista “oficial” da história do país. Caio Prado abre grande polêmica ao contestar a tese do partido e dos comunistas em geral, de que o Brasil teria sido “feudal” no passado. Critica, ainda, a estratégia comunista de aliança, junto à “burguesia nacional” contra o imperialismo. Suas ideias inspirariam movimentos comunistas mais radicais, pouco afeitos à interpretação processual oficialista. Pelo livro, Caio Prado receberia questionamentos e críticas até sua morte, em 1990.

As ideias de Caio Prado Jr. tiveram grande impacto não apenas nos meios universitários, mas também nos círculos políticos que pensaram o Brasil ao longo da segunda metade do século XX. Para alguns estudiosos, Caio Prado Jr. foi o mais influente historiador brasileiro, após 1930 (REIS, 2007, 173).

Caio Prado Jr. marcou sua presença na historiografia brasileira desde *Evolução política do Brasil*, lançada quando tinha apenas 26 anos. Publicado em uma década que assistiu às publicações de outras obras de peso imensurável (duas das quais estudamos: *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*), *Evolução política* marcou o pensamento historiográfico por se tratar da primeira tentativa sistemática e mais aprofundada de aplicar os princípios do marxismo, no estudo da história brasileira. Poderíamos afirmar que Caio Prado Jr. foi o primeiro historiador brasileiro marxista de alcance.

Mas a obra que alçaria Caio Prado Jr. ao patamar de ícone historiográfico foi *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942. Esse livro, já muitas vezes apontado como um dos mais influentes na historiografia brasileira, foi pensado como a primeira parte de

uma série que traçaria uma análise da história do Brasil desde seus primórdios, chegando até a época contemporânea do título. Tal empreendimento, porém, nunca foi levado adiante, e da série restou apenas a primeira parte – cujo subtítulo, *colônia*, mostra o enfoque tratado.

Formação do Brasil contemporâneo inovou a historiografia brasileira, em primeiro lugar, principalmente devido à abordagem da nossa formação nacional. Segundo o historiador Fernando Novais (2012), foi o primeiro livro a romper com o anacronismo na análise da história nacional. Até Caio Prado, todas as sínteses sobre o Brasil marcavam sua origem na chegada dos portugueses, como se a história da nação tivesse, de fato, uma data inicial e uma certidão de nascimento (tratamos disso na primeira aula, quando analisamos o significado da carta de Pero Vaz de Caminha). Ainda segundo Novais, essa forma de apreensão da história do Brasil incorre no grande pecado da análise histórica que é o anacronismo: projeta no passado brasileiro valores atuais, define o lugar encontrado por Portugal já como um espaço de identidade nacional brasileira. Associa a terra encontrada pelos portugueses ao sentimento nacional cujo desenvolvimento dar-se-ia apenas posteriormente. Assim, continua o historiador, os escritores da história nacional marcavam teleologicamente um início para o Brasil que soava como destino manifesto: tornar-se nação independente e acabada, tal como surgia aos olhos contemporâneos a esses autores.

Caio Prado rompe com essa noção, ao inserir a história do Brasil no seio da história da colonização europeia. Para Caio Prado, a chegada dos portugueses ao Brasil e a posterior colonização foram parte de um processo mais amplo, de um sistema mais largo, que não começava nem acabava nas Américas. Para o autor, o Brasil surge, inicialmente, como colônia produzida diretamente pela expansão ultramarina europeia. Nas palavras do autor, o descobrimento e a posterior colonização do Brasil eram “um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso” (apud RICÚPERO, 2008, 138).

Ao inserir o Brasil no conjunto de relações coloniais europeias, Caio Prado Jr. mostra sua segunda grande inovação, que o distingue dos demais intérpretes de sua geração: ele parte da escala mais ampla para a específica, do quadro geral para o particular. Caio Prado utiliza o conceito marxista de *totalidade* para dar conta da dimensão do processo histórico: busca compreender o Brasil nos quadros mais amplos que o geraram, com o objetivo de entendê-lo a partir do conjunto que lhe dá forma, fornece-lhe os contornos e limita-lhe as possibilidades de desenvolvimento histórico. Interpreta a história da colonização no Brasil em suas relações com o mundo que lhe confere significado.

Essa abordagem leva Caio Prado a uma outra construção conceitual, sua terceira grande inovação, provavelmente sua mais famosa, que diz respeito ao “sentido da colonização”. Caio Prado Jr. explica que a colonização do Brasil não foi feita de forma aleatória, tampouco fragmentada, mas orientada em determinada direção. A colonização – conseqüentemente, a produção colonial no Brasil – foi feita segundo critérios externos, demandas estrangeiras, diretrizes metropolitanas. Para o autor, a colonização, vista em sua longa duração, permite que se conclua ter ela sempre um significado. No caso brasileiro, a colonização geraria, primordialmente, um complexo produtor – o latifúndio monocultor, voltado para exportação – e uma forma de relação social – o escravismo. Esses dois pilares, junto à constituição da família senhorial, de imensa importância na análise de Caio Prado (como havia sido nas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda) sustentaram a colonização brasileira, cujo sentido seria fornecer produtos para fora, orientando-se segundo as necessidades europeias.

Esse “sentido da colonização” não era o mesmo para todas as colônias nem em todas as épocas. Daí a necessidade de apreender-se a particularidade com fins a conhecer cada sentido em sua especificidade. Para Caio Prado Jr., essas diferenças poderiam ser divididas em duas formas principais de colonização: a de povoamento, presente, por exemplo, no norte dos EUA, e a de

exploração, presente em regiões com as características das do Brasil. Essa distinção implica distintos sentidos para cada colonização, aspecto que só poderia ser plenamente apreendido contrastando-se a particularidade com aquele quadro mais geral.

É a partir dessa abordagem que Caio Prado percebe a colonização do Brasil como tomada por espécies semelhantes ao tipo aventureiro de Sérgio Buarque, predominando certo caos no estilo de Oliveira Viana. Caio Prado percebia a colonização como uma vasta empresa comercial, voltada para o lucro e a exploração, em que a ideia seria chegar e produzir apenas, ou fundamentalmente, aquilo que gerasse os lucros maiores, e não se instalar e organizar-se segundo o tipo “trabalhador”. O resultado disso seria uma sociedade cujos interesses subordinar-se-iam aos de fora; cuja organização seria definida pelo exterior. Uma sociedade marcada pela desorganização, pela corrupção, pela fragmentação. Uma sociedade que funcionaria como corpo subordinado, como apêndice da metrópole.

Situação cuja força marcaria de tal maneira a formação do país que não cessaria, ou não alteraria suas estruturas fundamentais, mesmo após a independência. Para Caio Prado Jr., a organização da economia e da produção brasileiras, voltadas para fora, seria marca do país ao longo de toda a sua história, notando o autor, em relação ao Brasil, uma absoluta ausência de rupturas com seu passado. O Brasil teria sido formado “de fora” e tal traço marcaria a história brasileira de suas origens coloniais até a contemporaneidade.

Esse traço, a marcar a trajetória do país, era o foco a ser combatido para Caio Prado Jr. O sentido da colonização, ao direcionar para fora a produção colonial, integraria organicamente ao sistema colonial apenas aqueles espaços voltados para exportação – como vimos, o latifúndio escravista. Para Caio Prado, qualquer espaço de produção fora dessa regra – o pequeno produtor, por exemplo, ou a produção voltada para o mercado interno – seriam inorgânicas, incoerentes, subalternas em relação àquela diretriz exportadora fundamental. Caio Prado Jr. vê no latifúndio escravista

o fundamento da colonização e nas demais formas de produção não escravistas, ou voltadas para dentro, apenas fragmentos desimportantes na colonização do país.

Mas o rompimento com essa direção externa, para Caio Prado, encontrava-se exatamente nessas formas fragmentadas. Afinal, esse “defeito”, esse “desvio” no sentido da colonização tem como principal qualidade exatamente o fato de estar fora da linha principal de exportação. Sua direção “para dentro” poderia, para Caio Prado Jr., conter os germes da superação da situação de subordinação. Caio Prado Jr. acreditava, em outras palavras, que a nacionalidade brasileira legítima e a cidadania brasileira somente poderiam se desenvolver com o desenvolvimento dessa produção, voltada para o mercado interno. Era preciso investir nesse foco.

Podemos perceber como a análise de Caio Prado Jr. associa, em todo momento, o passado do Brasil ao presente. Como temos visto no estudo dos intérpretes do país, a busca na História de soluções para problemas do presente foi sempre uma constante. Caio Prado Jr. não foi diferente: buscou no passado as origens da situação subordinada do Brasil frente a outros países, sempre com vistas a agir e modificar essa situação.

Não foi por outra razão que se envolveu em diversas polêmicas, inclusive com partidários do comunismo. A principal foi em relação à exposição da ideia de que o Brasil havia passado por um caminho distinto dos países europeus – não apenas porque a escravidão, aqui, estando presente e influenciando todos os aspectos da vida social, contribuiu para uma distinta formação social, mas, especialmente, porque o Brasil não teria passado pelas etapas históricas que acometeram a Europa. Discordou, assim, fortemente daqueles que defendiam a tese de que o Brasil teria tido “resquícios feudais” em sua colonização. Para Caio Prado Jr., o Brasil nunca foi feudal. Pelo contrário: “nasce”, na colonização portuguesa, já inserido no sistema capitalista, cuja expansão Caio Prado liga à expansão ultramarina.

Essa tese, ao inserir a colonização do Brasil no conjunto de relações mercantis capitalistas europeias, gerou várias críticas. Foi fortemente acusado de “circulacionista”, por associar capitalismo a comércio, e não ao sistema de produção. Foi acusado de “forçar a barra” para ver em certas formas de colonato – presentes no Império a partir da imigração – relações capitalistas de assalariamento. Foi acusado, enfim, de dar pouca importância à dinâmica interna da colônia, concentrando sua atenção nos aspectos externos.

Em outras questões, foi acusado de racismo e preconceitos (cabendo a seguinte questão: quem, naquelas décadas, não compartilhava de alguma forma de racismo ou preconceito?). Em diversas passagens de sua obra, Caio Prado Jr. critica as consequências de a força de trabalho brasileira haver se constituído principalmente de índios e negros. Apesar de dar grande importância à escravidão como constitutiva da formação brasileira, inclusive ligando a adoção do trabalho escravo às dificuldades para colonização da terra, foi mal visto por em vários momentos explicitar o impacto negativo da escravidão sobre os trabalhadores, reduzindo o ser humano à irracionalidade.

Foi, por fim, acusado de ser pouco afeito a fontes, já que sua pesquisa constituía-se, basicamente, de documentação publicada. Era mais frequentador de bibliotecas do que de arquivos.

Mas podemos perceber que todas as polêmicas, surgidas ao redor da obra de Caio Prado Jr., apenas contribuem para acentuar o que vimos falando. O que torna uma obra clássica, mais do que dar informações inéditas ou fornecer documentação inexplorada, é a relevância das questões que levanta e as potencialidades de pesquisa que abre. Muitas teses e pesquisas foram feitas a partir de uma ou outra observação presente na obra de Caio Prado Jr. As possibilidades que sua escrita abrem não se esgotaram: conforme veremos em aula futura, a discussão sobre o “sentido da colonização” é ainda viva, opondo pesquisadores em polêmicas que ajudam o conhecimento histórico sobre nosso país a desenvolver-se.



Atende ao Objetivo 2

2. Explique de que forma Caio Prado Jr. utiliza o conceito marxista de totalidade em sua análise da história brasileira.

Resposta Comentada

Uma das maiores inovações em Caio Prado Jr., na análise do passado nacional brasileiro, foi inserir sua trajetória colonial nos quadros mais amplos da expansão marítima europeia. Para tanto, vale-se do conceito de totalidade, articulando o conjunto às partes, o todo ao fragmento, o geral ao específico. Caio Prado Jr. vai além dos intérpretes de sua época, pois não se limita a perceber a colonização do Brasil a partir de seus acontecimentos ou de suas características próprias. Procura, em outra direção, compreender a colonização em seu sentido mais amplo, em seu significado profundo. Dá aos eventos pontuais um papel de maior destaque, pois tudo que na colônia ocorreu passa a ser visto como parte de algo superior, de uma teia que vai além do mero evento. Caio Prado Jr. articula esses eventos à trama maior da colonização, que escapa à ação dos agentes, escapa à percepção imediata dos seres humanos. Caio Prado Jr. enxerga a história da colonização brasileira como algo que não se limita a um arquipélago de vicissitudes, enxerga-a como algo de caráter sistêmico.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final desta aula, fechando o estudo do trio de pensadores cuja obra foi alçada ao ápice dos escritos sobre o Brasil. Ambos os autores abordados nesta aula fizeram escola, influenciaram gerações, ainda hoje são pilares que sustentam boa parte de nosso conhecimento histórico sobre o Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda, especialmente por sua atuação como professor universitário, teve ideias com grande aceitação dentro e fora da academia. Não apenas ficou conhecido por sua erudição, por sua fala algumas vezes truncada, mas por abordar questões que se tornaram clássicas para os períodos colonial e imperial. À frente da História Geral da Civilização Brasileira, contribuiu para uma obra conjunta que abriu vários caminhos de estudo sobre o Brasil.

Caio Prado Jr. não foi diferente. Sua obra influenciou toda uma geração de pesquisadores do Brasil colonial na USP e em outras universidades, não sendo exagero afirmar que está, até hoje, no centro das discussões e abordagens sobre o período colonial. Sua obra recebeu muito mais críticas, e críticas bem mais severas, que a de Sérgio Buarque. Não obstante, resiste e ainda possui grande significado para aqueles que tentam compreender o Brasil dentro dos quadros mais gerais, dos contextos mais amplos em que ele foi colonizado.

Não é a validade universal e eterna que torna um livro clássico. Afinal, trata-se sempre de obras históricas e, portanto, superáveis. Novos estudos, novos olhares etc. podem sempre modificar interpretações. Mas nem por isso um livro deixa necessariamente de ser clássico. É sua capacidade de gerar questionamentos, reflexões, de estimular novos trabalhos; é isso que torna uma obra clássica. E isso Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. tinham em comum.

Interessante notar que ambos partem de perspectivas teóricas completamente opostas: Weber para Sérgio Buarque, Marx para

Caio Prado Jr. Isso apenas nos mostra que trabalhos de excelência podem ser realizados independentemente da filiação intelectual.

RESUMO

Estudamos nesta aula dois autores: Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

O primeiro identifica as origens dos males brasileiros na herança lusitana, que teria criado no Brasil um país de “desterrados em sua terra”, visto que teria trazido as estruturas portuguesas e tentado aplicá-las em outra realidade. Esta veia historicista marcaria sempre a obra de Sérgio Buarque.

Caio Prado Jr., por outro lado, inovou ao inserir a colonização brasileira nos quadros da expansão ultramarina europeia. Ao sublinhar o “sentido da colonização” com um significado de produzir para fora, de exportar, de manter-se subordinado às decisões da instância metropolitana, Caio Prado Júnior destacou o caráter colonial da economia brasileira. Um traço que não teria sido superado nem pela independência, nem por qualquer outro movimento, constituindo elemento fundador das condições organizacionais da sociedade brasileira.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos com o estudo de alguns dos principais intérpretes do Brasil, analisando as obras de Nelson Werneck Sodré e Raimundo Faoro. Até lá!

Aula 7

Interpretações do Brasil 3: Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Metas da aula

Apresentar e contextualizar as principais características das abordagens historiográficas de Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a importância da obra de Nelson Werneck Sodré para o conhecimento histórico brasileiro;
2. avaliar a influência de Raymundo Faoro nos estudos historiográficos sobre o passado brasileiro.

INTRODUÇÃO

Nas duas aulas anteriores, analisamos quatro autores que contribuíram essencialmente para o desenvolvimento de estudos sobre o Brasil que tanto buscaram interpretar a história nacional quanto objetivaram formar uma visão a respeito do “povo brasileiro”. Não à toa, esse autores tornaram-se *intérpretes* do Brasil, símbolos de uma geração que transformou o país.

Nesta aula, prosseguiremos nossa abordagem dos intérpretes do Brasil, porém situados em um outro momento, que se estenderá à próxima aula. Agora não estamos mais nos anos 1920-40, época de transformações influenciadas pelo modernismo, tenentismo, Era Vargas etc. Não estamos mais num contexto de polarizações extremadas, como o da luta política entre fascismo e comunismo na década de 1930. Sairemos, nesta aula, do clima daquelas décadas e avançaremos no tempo, para os anos de 1950 a 1970, quando uma *segunda revolução historiográfica*, como a chamou o historiador Carlos Guilherme Mota, acontece (MOTA, 2004, p. 268). Esta segunda revolução historiográfica, diferente da primeira (a da geração de Vianna, Buarque, Prado Jr. e Freyre), inseria-se num outro contexto mundial e brasileiro. Num período de Guerra Fria, quando a inserção do Brasil, assim como da América Latina, na disputa entre capitalismo e comunismo trouxe à frente a questão de pensar sua inserção nos quadros da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento x subdesenvolvimento.

A partir do engajamento político e intelectual na questão do desenvolvimento, tão firme nos anos de 1950 no país, até a chegada ao auge desta questão e de sua relativa perda de peso durante a ditadura militar, nos anos 1970, os participantes dessa segunda revolução historiográfica continuavam buscando o país, agora mais urbano, industrializado, universitário. Foi uma geração que deixou o gênero ensaístico dominante e articulou-se ao mundo universitário em expansão.

Essa nova geração, em seu momento maior na década de 1960, e que foi atingida em cheio pelo regime militar em termos de cassações políticas, perseguições e aposentadorias forçadas, teve como expoentes, dentre outros, Antônio Cândido, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni. Entretanto, outros dois intérpretes do Brasil, ainda de fora da universidade, notabilizaram-se no final dos anos de 1950 e início de 1960: Nelson Werneck Sodr e e Raymundo Faoro.   deles que trataremos nesta aula.

Nelson Werneck Sodr e

Nelson Werneck Sodr e nasceu no Rio de Janeiro, em 1911, e faleceu em São Paulo, em 1999. Filho de um casal de escritores (o pai, bacharel em direito), Sodr e viveu em um ambiente intelectualmente estimulante, desde cedo interessando-se por literatura.

Aos 13 anos, ingressou no Colégio Militar, onde encontrou grande influência em seu professor de História, Isnard Barreto, sobre quem diria, anos mais tarde, tratar-se do " nico professor que cumpria a fun o de magistério, que   ensinar a pensar". Continuou seus estudos, nos anos 1930, na Escola Militar, concluindo-os em 1933 e incorporando-se no ano seguinte ao Quarto Regimento de Artilharia Montada, em Itu. Seguiria carreira militar na ativa até 1962, quando, devido a pressões políticas, passou para a reserva como general. No início dos anos de 1940, em pleno regime ditatorial do Estado Novo, ingressou no Partido Comunista Brasileiro.

Nelson Werneck Sodr e marcou sua vida de estudioso pela firme atua o e ampla produ o. Sua longa carreira resultou na publica o de aproximadamente 60 livros, além de, segundo alguns cálculos, mais de mil artigos. Escreveu para jornais e revistas. Publicou trabalhos sobre literatura, história militar, teoria e ensino de história, Império, República, imprensa etc. Participou ativamente de debates e discussões, além de dirigir o departamento cultural do Clube Militar nos anos 1950, em que defendia uma posi o, junto

à *Revista do Clube Militar*, independente dos EUA e nacionalista, fazendo parte de campanhas como “o petróleo é nosso”, sendo, por isso, malvisto por muitos de seus colegas do Exército. Deu aulas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb. Foi, enfim, um intelectual no sentido maior da palavra, pautando seus estudos na articulação entre análise do passado e intervenção política na realidade brasileira.



Iseb

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foi criado pelo decreto número 37.608, de 14 de julho de 1955, ainda no governo de Café Filho, como órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Tratava-se de um grupo de intelectuais reunidos com o objetivo de desenvolver estudos, ensino e divulgação das ciências humanas, voltando-se para a elaboração de políticas públicas a serem aplicadas à realidade brasileira, buscando sua melhor compreensão. O Iseb foi, segundo Alzira Alves de Abreu, “um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como ‘nacional-desenvolvimentista’”, próximo à atuação política do presidente Juscelino Kubitschek. O cerne da proposta do Iseb, a partir de seus intelectuais, consistia na ideia de que o Brasil só poderia superar seu subdesenvolvimento pelo aumento da industrialização, a partir de uma política nacionalista que levasse o país à emancipação e à soberania. Nessa direção, o Iseb defendia o fortalecimento da burguesia nacional, capaz de liderar esse processo de desenvolvimento, e a formação de uma “frente única” contra o domínio do latifúndio e do imperialismo. “A luta seria travada, em suma, entre

nacionalistas e entreguistas”. Conforme veremos, essas ideias do Iseb vinculavam-se profundamente à análise de Sodré a respeito da realidade brasileira.

Em 13 de abril 1964, o Iseb foi fechado pelo governo militar.

Mais sobre o Iseb pode ser lido no texto de Alzira Abreu, no site do CPDOC:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

Percebe-se a impossibilidade de abarcar todo o conjunto de seus escritos no espaço tão curto de uma aula. Com essa limitação, vamos nos restringir a alguns de seus livros que tiveram maior impacto e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento da historiografia sobre o Brasil. Tentaremos, nesses livros, encontrar o fio da argumentação do autor, seus principais pontos, suas principais influências.

Sodré publicou sua primeira obra, *História da literatura brasileira*, em 1938. Desde então, não parou mais. Apesar de ter iniciado sua produção na década de 1930, o inserimos no rol de autores da segunda revolução historiográfica porque o maior impacto de suas ideias está justamente nas décadas de 1950 e 1960. Nesses anos, sua participação no Iseb e junto ao PCB culminou com a publicação de dois livros, pouco antes do golpe de 64, que fizeram bastante barulho e levantaram um grande debate no interior da esquerda brasileira, assim como entre os historiadores. Essas obras foram *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964). Desses anos também é o seu *História militar do Brasil* (1965), cujo foco de pesquisa era relativamente inovador para a época. Por fim, na seleção das obras de Sodré que fizemos, talvez seu trabalho mais importante, em termos de referência atual

de estudos, seja *História da imprensa no Brasil* (1966), colossal levantamento sobre a imprensa no país, desde seus primórdios até a década de 1960, que o autor, nas próprias palavras, levou cerca de 30 anos para pesquisar e escrever. Até hoje, não há trabalho sobre o tema que chegue perto do levantamento feito por Sodré.

Em todas essas obras, o fio metodológico, principal condutor da análise sobre a sociedade brasileira, é o marxismo, que ia sendo elaborado e incorporado à medida que os anos passavam e as edições iam-se sucedendo. Sodré sempre procurou rever seus escritos e, caso julgasse necessário, reescrevê-los. Assim podemos constatar que, em relação à *História da literatura brasileira*, a cada nova edição o marxismo fazia-se mais e mais presente, alterando as reflexões do autor.

Sobre esse fio condutor marxista, erguem-se simultaneamente as maiores contribuições de Sodré para a historiografia brasileira e as principais críticas a ele dirigidas.

Em relação às contribuições, Sodré esteve junto àqueles que se esforçaram por uma grande renovação, nos estudos históricos. Esses esforços dirigiram-se, sobretudo, à superação de certa concepção elitista de história, concepção esta que, conforme estudamos nas aulas, tem sua origem definida principalmente na obra de Varnhagen e na atuação do IHGB. O esforço de superação dessa concepção perpassou a obra de boa parte dos historiadores que renovaram a pesquisa histórica, nas primeiras décadas do século XX. No interior do marxismo brasileiro, Sodré teve papel fundamental.

Para ele, era preciso ir além do “fato”, pois a própria História era muito mais que a sucessão de “fatos”. Para Sodré, os fatos eram apenas o “traço superficial e visível do processo histórico, traço que pode, inclusive, esconder a realidade do processo” (RECKZIEGEL, 2004, p. 325). Para Sodré, embora a História não possa prescindir dos fatos, ela não se limita a eles. Era um esforço na direção de entender a História para além do conjuntural, do

pitresco, do detalhe. A relação dialética entre estrutura e particular era fundamental. Inclusive, em Sodré, a estrutura é a grande chave que define o particular.

Além disso, superar essa concepção elitista não era apenas superar o fato, mas superar os que realizavam o fato. Sodré defendia uma História feita pelo povo, pela massa, substituindo a História como desenvolvimento das ações das classes dominantes. A visão marxista presente em Sodré, aliada a sua atuação política à vontade de intervir no presente, levava-o a inverter os polos e a romper os muros que afastavam as classes dominadas da plena participação nos destinos do país.

Símbolo dessa atuação de Sodré foi sua participação no movimento da "História Nova do Brasil", grupo reunido sob sua liderança, em 1963, que, a partir de convite do Ministério da Educação e Cultura, propôs-se a produzir uma coleção didática com o objetivo de reformular o ensino de História do Brasil. Após 1964, os participantes da História Nova foram alvo de inquéritos policial-militares, vários sendo presos ou exilados, sob acusação de subversão contra a História do país. Nota-se que a proposta da História Nova, sob forte influência marxista, chocava-se com a visão de ensino da disciplina predominante após 1964. E percebe-se, a partir desse movimento, a ligação fundamental, para Sodré, entre pesquisa, ensino e divulgação do saber histórico.

Era assim que atuação política e estudo da História nacional conjugavam-se em Sodré, sob influência do marxismo. Não eram poucos os que assim pensavam no interior da esquerda. A grande influência desse pensamento estimulou uma forte crítica não só a Sodré, mas a todo esse grupo sob influência das ideias que embasavam o velho general.

Para entendermos a crítica, precisamos compreender que o marxismo de Sodré não era qualquer marxismo. Sodré foi o grande teórico do PCB nos anos 1950, especialmente no tocante ao projeto

de “revolução brasileira”. Sodré era ligado ao marxismo “oficial”, o “marxismo-leninismo” pelos olhos do stalinismo soviético. Era alinhado intelectualmente às teses da III Internacional, da revolução etapista, seguindo a linha de desenvolvimento do capitalismo rumo ao socialismo. De acordo com essa concepção, o desenvolvimento histórico seria marcado por uma sucessão necessária de modos de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e, finalmente, depois de uma etapa de transição socialista, o comunismo. A atuação dos partidos comunistas, representantes da classe operária, sujeito da revolução comunista, deviam atuar nos diferentes países de acordo com o estágio de sua evolução histórica. Simplificando, se em um país capitalista, como os da Europa, os Estados Unidos, ou o Japão, os comunistas deveriam propor e lutar por uma revolução diretamente socialista, o que seria conseguido através de uma aliança entre o proletariado e as demais classes trabalhadoras da sociedade. Se, entretanto, os comunistas estivessem atuando em países dependentes, ainda não capitalistas, feudais ou semifeudais, sob jugo direto ou indireto do imperialismo, deveriam propugnar por uma revolução nacional, anti-imperialista, que abrisse as portas para o desenvolvimento do capitalismo. Nesta tarefa, deviam forjar uma aliança entre o proletariado e os demais trabalhadores, por um lado, e uma burguesia nacional, interessada no desenvolvimento de um capitalismo nacional e anti-imperialista.

Foi aí que centrou a grande crítica à sua obra: foi tachado de “ortodoxo”, acusado de distorcer o passado em prol da ação no presente, de excessiva ênfase na teoria, sem qualquer preocupação em atender para a realidade concreta brasileira. Entenderemos melhor as críticas assim que abordarmos, em linhas gerais, o essencial da interpretação de Sodré sobre o passado brasileiro.

Sodré formulou a tese de que a sociedade brasileira do início do século XX era semicolonial e semifeudal, dominada pelo latifúndio e pelo imperialismo, e que tal situação restringia o pleno desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo nacional. Era

uma visão esquemática: o Brasil estaria num estágio de transição do feudalismo ao capitalismo e, portanto, a estratégia revolucionária deveria ser apoiar essa transição, a ser liderada por uma burguesia nacional, para, só depois de consolidado o capitalismo, poder se pensar na revolução socialista.

Essa tese tinha, em Sodré, uma origem histórica. Para o autor, a ideia de Caio Prado Júnior, que já discutimos na aula anterior, a respeito da formação do Brasil num contexto de expansão do capitalismo, estaria errada. Em *Formação histórica do Brasil*, o autor explica a distinção necessária a se fazer entre mercantilismo e capitalismo, aí apontando o erro conceitual de Prado Jr. A partir dessa ideia, Sodré formula pioneiramente o conceito de “modo de produção escravista colonial”, cujas potencialidades só seriam desenvolvidas décadas depois, nos trabalhos de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso.

Sodré não desenvolveu as potencialidades da formulação desse conceito, que visava dar conta da experiência escravista brasileira, pois, incorporado no esquematismo do marxismo ortodoxo, procurou enxergar na formação brasileira a coexistência desse modo de produção com outro: o feudalismo. A ideia de que o Brasil tivera um passado feudal, ou um passado que continha traços/resquícios feudais, teve grande impacto na formulação de políticas do PCB e da esquerda brasileira, sendo, posteriormente, demolida por outros historiadores (especialmente o próprio Caio Prado Jr. e Ciro Flamarion Cardoso), que acusaram Sodré de anacronismo e dogmatismo.

Sodré não se via como um ortodoxo ou dogmático. Segundo ele mesmo, não seguia o esquematismo marxista simplesmente porque não via o feudalismo como um “desenvolvimento” de modos de produção anteriores no Brasil. Pelo contrário: o feudalismo brasileiro, segundo Sodré, seria uma “regressão”, uma “decadência” da economia mineradora. Não haveria, para Sodré, um evolucionismo nos modos de produção. Haveria, pelo contrário, um entrave: restos feudais, incrustados no latifúndio brasileiro, gerando uma situação

social que bloqueava o pleno desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, exigia uma estratégia revolucionária própria.

Assim   que Sodré, bem como o PCB, posicionava-se a favor do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, liderado pela burguesia nacional, contra esse resto do latifúndio e o domínio imperialista, que impedia a autonomia nacional. Daí a defesa de uma aliança entre classes, entre o campesinato, o proletariado e a burguesia nacional, com o intuito de acelerar a História do Brasil.

O fracasso da abordagem de Sodré, aliado ao fracasso da estratégia revolucionária do PCB, atacada após o golpe de 1964, não deve apagar a sua importância para a historiografia brasileira. Tratava-se de um autor   margem da universidade (onde, em seus anos áureos, não era bem visto por ser um dissidente e onde, nas décadas posteriores e até hoje, passou a ser visto como ultrapassado), mas cujas ideias, em muitos casos, mostraram um pioneirismo ou levantaram debates que estimularam a produ o historiográfica sobre o país, especialmente no interior da esquerda. Em sua obra, Sodré deixa de lado o factual, a descri o pormenorizada dos acontecimentos, para centrar-se nas estruturas econ micas e sociais. Sua visão da História da Literatura, por exemplo, não se centra no g nio, no desenvolvimento de "escolas" ou "autores", mas busca as rela es entre obra e contexto socioecon mico.

A trajetória de Nelson Werneck Sodré – oficial militar, comunista, intelectual, escritor, historiador – resultou numa visão da história brasileira que merece releituras. Assim como merece releituras um outro autor que,   época em que Sodré ganhava mais força e influência, publicou um livro fundamental sobre o Brasil, em vertente diametralmente oposta   de Sodré. Veremos esse autor em seguida.

Sodré critica essa visão como “circulacionista”, apontando que Caio Prado confundiu mercantilismo/comércio com capitalismo. Sodré, por outro ângulo, enxergou na formação nacional dois modos de produção, existindo mutuamente: um modo de produção escravista e outro com traços feudais, responsáveis por travar as potencialidades de desenvolvimento capitalista para o Brasil, fundamentais para a revolução socialista.

Raymundo Faoro e o “estamento burocrático”

Raymundo Faoro nasceu em Vacaria, Rio Grande do Sul, em 1925. Filho de agricultores de origem italiana, mudou-se cedo para Santa Catarina e lá fez seus estudos primários e secundários. De volta ao Rio Grande do Sul, formou-se em Direito pela UFRS (1948) e, após breve período como advogado, mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1953. Foi aprovado em concurso para procurador do Estado, onde trabalharia até sua aposentadoria.

Raymundo Faoro teve atuação destacada na área jurídica e foi a partir da bagagem como jurista que prestou sua contribuição aos estudos históricos sobre o Brasil. Foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 1977, mantendo-se nessa posição até 1979. Era um momento crítico, em que começava a fortalecer-se a questão da redemocratização. Como presidente da OAB, Faoro esteve à frente de uma das poucas instituições que ganharam destaque no período da Ditadura Militar, quando os órgãos tradicionais de representação política, notadamente os partidos, a Câmara, o Senado etc. viam sua participação restrita. Assim como a União Nacional dos Estudantes (UNE, reconstituída após a perseguição nos anos de chumbo), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e os sindicatos, a OAB teve importante papel na condução de demandas, visando à superação da ditadura e à abertura política.

À época da presidência de Faoro, assim como posteriormente, a OAB tornou-se portadora de demandas que diziam respeito não apenas aos advogados, mas a toda a sociedade, como a luta pelo fim dos Atos Institucionais, pela restauração do *habeas corpus* e pela convocação de uma Constituinte (que só seria reunida em 1988). Faoro, como presidente da entidade, lutou contra o arbítrio do regime e negociou com o então presidente Ernesto Geisel, para a abertura política efetiva. Com a anistia, a residência de Faoro, no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro, tornou-se ponto de encontro de políticos, como Tancredo Neves e Luiz Inácio Lula da Silva, que propôs, sem sucesso, segundo consta na biografia do gaúcho presente no *site* da ABL, que Faoro entrasse na disputa presidencial de 1989, como seu candidato a vice-presidente. Faoro declinaria, declarando, com bom humor, “que, antes da vice-presidência do País, interessava-lhe muito mais o cargo de embaixador vitalício em Viena” (GERTZ, 2004, p. 280).

Desde o fim dos anos 1970, Faoro retomara uma constante colaboração com a imprensa, atividade que já realizara à época de estudante universitário e que manteria, dessa vez, até sua morte, em 2003. No ano anterior, Faoro havia tomado posse como ocupante da cadeira 6 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Diferente de Nelson Werneck Sodré, Faoro não tem uma produção historiográfica muito ampla. Seus principais trabalhos são um estudo sobre Machado de Assis (*A pirâmide e o trapézio*, de 1975), um sobre a Assembleia Constituinte (1980) e aquele pelo qual marcaria sua presença no conjunto de intérpretes do Brasil: *Os donos do poder*, de 1958. Esta obra será o foco de nossa análise sobre seu pensamento.

Podemos quase dizer que existem dois *Os donos do poder*. Um primeiro, publicado em 1958, que, apesar de haver ganho o prêmio José Veríssimo da ABL, não teve repercussão muito grande. A segunda edição, porém, de 1975, em dois volumes, quase pode ser considerada uma outra obra: em primeiro lugar, praticamente

triplicou de tamanho, passando de 271 para 750 páginas (a terceira edição revista, de 2001, em um volume, ultrapassa as 913 páginas, contando índices). Em segundo lugar, o número de notas de rodapé também se expande exponencialmente: de 140, as citações chegam a 1.335 na segunda edição. Em terceiro lugar, o período republicano ganhou muito mais importância: de 15 páginas na primeira edição, a época é analisada em 230 páginas, divididas em três capítulos, na segunda edição, estendendo-se até o Estado Novo. Em quarto lugar, as obras sociológicas e historiográficas alemãs mais marcantes na análise de Faoro, notadamente a vertente weberiana, são citadas no original alemão, ao invés de traduções espanholas. Por fim, podemos dizer que os dezessete anos que separam a primeira da segunda edição marcaram profundamente a análise de Faoro acerca da trajetória política e social brasileira. A experiência da ditadura, especialmente, deu novo sentido às conclusões presentes em *Os donos do poder*. E o mesmo se pode dizer do sentido inverso: se a obra de Faoro, no fim dos anos 1950, apresentava teses um tanto fora de lugar, nos anos 1970 ela se converte em quase obra profética, como apontou o jornalista Mino Carta.

“Os donos do poder” teve certo impacto, ainda, por servir de contraponto a certa tendência marxista estruturalista da época, que enxergava a chamada “superestrutura” apenas como reflexo direto da “infraestrutura” econômica. Em outras palavras, enquanto essa tendência marxista buscava as explicações para o desenvolvimento das sociedades apenas nas relações de “base”, que explicariam de modo direto as alterações no “topo”, a análise de Faoro procurou exatamente “em cima”, no Estado, na política, a explicação para o desenrolar da história brasileira.

A tese central de *Os donos do poder* pode ser assim resumida: ao longo de toda a sua história, o Brasil foi sempre vítima de uma separação essencial entre o Estado e a nação. Para Faoro, a nação brasileira é criação desse Estado, que encontra suas raízes no passado português e, em sua essencialidade, não se altera substancialmente até o presente. Esse Estado, para Faoro, é

dominado por um “estamento burocrático” que, ao longo de cinco séculos de trajetória brasileira, ocasionalmente transformou-se em alguns de seus aspectos, sempre com o intuito maior de manter sua dominação. A atuação do estamento burocrático pode bem ser resumida na máxima que Lampedusa coloca na boca do príncipe de Falconeri, na obra *O leopardo*: “Para que as coisas fiquem como estão, é preciso que tudo mude.”

Poderíamos quase dizer que o estamento burocrático de Faoro seguiu à risca essa máxima. Ao longo da história brasileira, sempre procurou a mudança que o mantivesse no poder. Faoro apresenta um certo pessimismo político: enxerga a história brasileira como incapaz de mudanças profundas, todas as alterações servindo apenas de aparência para a manutenção profunda do domínio do estamento burocrático.

Mas o que era esse “estamento burocrático”, na acepção de Faoro? Ele teria tido origem, como antecipamos, na formação do próprio Estado português, ainda no século XIV. Para Faoro, a experiência portuguesa praticamente não teria conhecido o feudalismo, passando de uma dominação tradicional de cunho patriarcalista para uma outra de caráter patrimonialista.

Façamos uma pequena pausa neste momento. Você já estudou as categorias weberianas em Teoria da História, mas cabe relembra algumas para fortalecer a análise da obra de Faoro.

Para Weber, o conceito de “dominação” corresponde à capacidade que o dominador tem de conseguir obediência frente a uma determinada ordem ou direção. Significa, basicamente, ser obedecido sem resistência. Cumprir um certo mandato. Em suas análises, Weber destaca três tipos diferentes de dominação: a racional-legal, a carismática e a tradicional. A primeira baseia-se no exercício do mando por dominadores mais ou menos representantes do consenso. Foram escolhidos, por isso ganham legitimidade. Na segunda, o domínio é exercido por um dominador, dotado de certos atributos que o levam a impor-se sem obstáculos. É o carisma. Por

fim, na dominação tradicional, os dominados aceitam a dominação pela tradição: tudo sempre foi assim e sempre será. Em Weber, esses três tipos, que são tipos ideais, misturam-se na realidade concreta. Faoro, para o caso brasileiro, concentra-se na forma “tradicional” de dominação. Ao conceito de dominação, Faoro somou o de “patrimonialismo”, que corresponde ao uso privado que determinado grupo dominante faz da coisa pública. No patrimonialismo, segundo Weber, os interesses pessoais do governante dão a tônica do governo do Estado, da administração pública.

A noção de dominação patrimonialista em Faoro, assim, apesar de não seguir estritamente as definições de Weber (visto que, como o próprio autor afirmou no prefácio à segunda edição, não era um “weberianismo ortodoxo”), é inspirada no autor alemão e busca dar conta da trajetória histórica brasileira.

Nas origens portuguesas do patrimonialismo, o desenvolvimento do comércio e da monetarização, desde cedo, teriam construído em Portugal uma situação peculiar, na qual o rei aparecia como promotor do comércio e o Estado surgiria como patrono do desenvolvimento capitalista. A aristocracia, ao invés de feudal, teria se convertido em uma espécie de “quadro administrativo” de suporte ao rei, logo passando a ser um tipo de “burocracia”. Não se tratava, porém, da “burocracia racional” de Weber, cuja organização, para o autor alemão, é o cume da eficiência administrativa e da impessoalidade do controle da máquina estatal, características da modernidade capitalista. Ao contrário: a burocracia de que trata Faoro é uma burocracia “estamental”; é, melhor dizendo, um “estamento burocrático”.

“Estamento”, na acepção weberiana, corresponderia a um grupo não surgido da realidade econômica (como seriam, para Faoro, as “classes” no marxismo), mas a uma estratificação social, baseada na honra, pairando acima das classes, em apoio ao Estado e nele inserindo a sua dominação. Em outras palavras, se as classes, para Weber, surgiam do mercado econômico, da distribuição organizativa nesse mercado, o estamento, por outro lado, surgiria

dos valores, dos estilos de vida, do *status*. Devemos, aqui, lembrar que, para Weber, não havia preponderância *a priori* de um aspecto da sociedade sobre outro (como via no marxismo, em que o mundo da produção determinava a consciência social). Para Weber, de acordo com a sociedade tratada, o *status* pode ser o diferencial que rege a dominação. Assim Faoro enxergava o caso português e, por tabela, o brasileiro: um estamento burocrático, dominando a política, o governo, conseqüentemente a sociedade.

Assim, Faoro via no caminho percorrido por Portugal uma particularidade: ali, a orientação mercantil que Faoro vislumbrava desde a formação do Estado português teria levado o reino a fugir de uma direção feudal. Ali, os sucessivos reis não se teriam apoiado nos proprietários de terra, na aristocracia fundiária, mas nos funcionários do Estado, sustentados pela burguesia comercial. Nesse sentido, o Estado manteria autonomia frente às disputas sociais. Desde cedo, em Portugal se teria formado um governo absolutista, dando origem a esse estamento burocrático que se portaria como detentor da soberania. Um pequeno grupo de elite a comandar o restante da sociedade.

Esse estamento, a partir do Estado, orientaria politicamente o desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Os monopólios reais, os privilégios, as cobranças de impostos etc., tudo faria parte da atuação do Estado na promoção desse capitalismo. Fecha-se o ciclo: cada vez mais o estamento passa a prestar contas somente a si, a voltar-se para seus próprios interesses e a agir no sentido de manter sua eterna dominação.

Quando da descoberta e colonização do Brasil, esse tipo de Estado teria sido para cá transplantado, em suas linhas gerais, praticamente sem alterações. Na abordagem de Faoro, esse Estado patrimonialista, gerido pelo estamento burocrático, seria o criador da nação brasileira. A partir de então, a história de cinco séculos de colonização corresponderia aos modos de esse estamento burocrático organizar-se e reorganizar-se para manter sua posição, abrindo mão em alguns momentos da maior dominação, fechando

o punho em outros momentos de maior autoritarismo. A partir de então, a disputa entre Estado e sociedade seria uma constante, com o primeiro permanentemente sufocando a segunda, impedindo sua expansão, seu desenvolvimento. Em imagem do próprio Faoro, na conclusão da segunda edição de sua obra, a cultura brasileira “frustra-se ao abraço sufocante da carapaça administrativa, trazida pelas caravelas de Tomé de Souza”. Numa trajetória de Tomé de Souza a Getúlio Vargas, essa carapaça manter-se-ia constante. Em Faoro, o povo brasileiro é visto como “amorfo, incapaz, invertebrado, impotente frente ao Estado” (GERTZ, 2004, p. 288)

Podemos perceber como Faoro é descrente do papel do Estado, enxergando-o como um impedimento à expansão da sociedade e da nação. Por isso, podemos também entender a menor recepção de seu livro em 1958, tempos de Juscelino e do nacional-desenvolvimentismo, quando o Estado surgia como uma opção necessária e o Welfare State, como uma realidade a ser alcançada no interior do mundo capitalista. A partir de 1975, com o Estado identificado à ditadura, a perspectiva alterou-se e Faoro pôde ressurgir com mais força. Nos anos 1990, a partir da influência neoliberal, o desmantelamento desse Estado pôde articular-se à visão pessimista, sendo considerado por alguns, mas não pelo próprio Faoro (que via nas ações neoliberais apenas mais uma tentativa do estamento burocrático em manter-se no poder), como uma vitória da sociedade frente ao Estado improdutivo e sufocador.

Mas essa visão da sociedade positiva x Estado negativo não encontra muita correspondência em Faoro. Ou seja, Faoro não vê na sociedade, nos momentos de soltura da dominação patrimonialista (como na formação das capitâneas hereditárias, nas rebeliões regenciais, na política dos governadores etc.), uma esperança de dias melhores. Pelo contrário: na obra de Faoro, nos momentos em que a sociedade “ameaça” o Estado (ou, poderíamos dizer, quando a descentralização fortalece-se em relação ao centralismo), a conclusão é a anarquia, a tendência desagregadora da sociedade, em moldes parecidos com os que estudamos em Oliveira Vianna.

Assim, podemos dizer que, se por um lado, o Estado em Faoro oprime a nação, por outro, “a nação, sempre próxima da desordem, não oferece alternativas muito melhores” (RICÚPERO, 2008, p. 174). Desagregação ou autoritarismo? As opções em Faoro não parecem oferecer muitas esperanças. Trata-se, mais do que de um programa político para o país, de uma visão “fundamentalmente desesperançada da política e da sociedade brasileiras” (idem, 177). Era preciso avançar: a cultura brasileira, inexistente para Faoro, precisava ser criada; a sociedade brasileira precisava desenvolver-se e libertar-se. Aí, sim, residia a saída possível para a situação em que se encontrava.

Uma poderosa dominação pairando sobre a sociedade, sufocando a nação, aliada a uma notável capacidade de maleabilidade que permite a ela se metamorfosear e manter, assim, sua posição ao longo de cinco séculos. Eis o modo de agir do estamento burocrático, condenando, talvez, a sociedade brasileira a uma história a ser marcada sempre pela continuidade. A grande crítica feita a Faoro diz respeito, exatamente, ao caráter “eterno” de sua interpretação. A história do Brasil, em Faoro, é quase imóvel, sempre uma tendência única, um destino pré-moldado. Em tempos em que se volta a discutir o papel do Estado e suas relações com a sociedade, porém, a obra de Faoro torna a ser visitada. Não raro, porém, a recorrência à tese do estamento burocrático surge apenas como uma ferramenta reducionista para reafirmar o senso comum de que o Brasil sempre foi assim e assim sempre será, e que a política não tem mesmo jeito.

Outras críticas referem-se à ideia de que Faoro via a sociedade brasileira por um viés “americanista”, ou seja, inspirado na história dos Estados Unidos. Para Faoro, a sociedade americana, em suas relações com o Estado (limitado, federalista) seria o exemplo de desenvolvimento a ser seguido. Ignorava Faoro, assim, a tradição peculiar brasileira, descaracterizando-a como capaz de elaborar sua própria definição de civilização.

Resposta Comentada

Algumas diferenças podem ser apontadas em relação à abordagem da História do Brasil em Raymundo Faoro e em Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna.

Em relação ao primeiro, há uma diferença no uso do conceito de patrimonialismo. Como vimos, para Sérgio Buarque o dominante no Brasil era o uso familiar do bem público. Era a forma como as famílias, os patriarcas tomavam o Estado e, a partir daí, agiam como se este fosse seu bem. Agiam, invadindo o público pelo privado. Para Faoro, por outro lado, o patrimonialismo vem de cima pra baixo: não a partir das famílias que dominam o Estado, mas a partir do estamento burocrático que se impõe sobre a sociedade, inclusive sobre os grupos familiares.

A divergência em relação a Oliveira Vianna está no significado que ambos os autores atribuem ao papel estatal. Para Vianna, o Estado autoritário, forte, centralizado, seria o meio para se evitar a "anarquia branca". Seria crucial para a unificação nacional, pois a aristocracia da terra, deixada por si só, jamais seria capaz de elaborar laços de solidariedade duráveis. Para Faoro, contudo, o Estado não tem esse valor positivo: ele sufoca a sociedade, impede os movimentos, entrava suas potencialidades. Para Faoro, a centralização serve apenas ao próprio Estado, ao estamento burocrático, agindo permanentemente como uma realidade estranha à sociedade.

CONCLUSÃO

Nesta aula, estudamos dois intérpretes do Brasil muito distintos entre si: um, marxista e outro, inspirado em Weber. Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro, não obstante compartilhem a importância, como autores, para o conhecimento sobre nosso passado, divergem em essência nas suas interpretações.

A análise de ambos, porém, insere-se no conjunto daquele grupo que buscou no estudo do passado não apenas a informação solta, a ciência histórica pela ciência. Pelo contrário: acreditavam que no passado brasileiro estavam as causas dos problemas enfrentados no presente pelo país.

Faoro e Sodré são, atualmente, leituras pouco aprofundadas na universidade. Especialmente se compararmos à geração anterior, formada pelos intérpretes dos anos 1930 e 1940. Apesar disso, representam interpretações que tiveram grande impacto na história de nossa historiografia. Merecem, portanto, releituras que os submetam à necessária crítica e incorporação que todo clássico precisa ter.

RESUMO

Nesta aula, estudamos outros dois autores fundamentais.

Nelson Werneck Sodré analisou a formação histórica brasileira a partir do entrecruzamento de dois modos de produção: um escravista e outro feudal, os quais, para ele, bloqueavam o desenvolvimento capitalista pleno no Brasil. Consequentemente, o desenvolvimento rumo ao socialismo estava, também, bloqueado. Era preciso superar os traços feudais, apoiando a burguesia nacional contra o imperialismo. Tal interpretação pautou a ação do PCB durante boa parte do século XX.

Para Raymundo Faoro, por outro lado, a formação brasileira deu-se a partir do fortalecimento do estamento burocrático, que, ao se afirmar e impor-se sobre a sociedade, acabou sufocando-a, como uma carapaça. Essa hipertrofia do Estado, para Faoro, inibe a liberdade na sociedade e trava seu potencial de desenvolvimento.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos a nos aventurar nos meandros da historiografia brasileira. Até lá.

História da Historiografia Brasileira

Referências

Aula 1

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen. *Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais, [S.l.], ano 5, v. 5, n. 1, jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/RESENHA_01_PEDRO_SPINOLA_PEREIRA_CALDAS.pdf>.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*. São Leopoldo, RS, n. 13, p. 1, jan./abr., p. 66-77, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 19-35.

HARTOG, François. Tempos do mundo, História, escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 15-25.

MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICÚPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Reconstrução do passado: teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

Aula 2

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, p. 75-92, 2011,
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1999.
- DINIZ, Bruno. Cayru e o primeiro esboço de uma história geral do Brasil independente. *História da historiografia*. [S.l.], n. 2, p. 260-266, mar. 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____ (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 68-85.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. Pátria do cidadão: a concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Rev. Bras. Hist.*, [online], v. 18, n. 36, 1998.
- _____. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 161-180.
- PIMENTA, João Paulo G.; ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 119-140.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Rev. Hist.*, [S.l.], n. 144, p. 151-180, 2001.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M.. *Formação do Brasil colonial*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aula 3

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: *Estudos Históricos*, n.1. Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 5-27

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2002, p. 75-96.

PIMENTA, João Paulo G. & ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.

WEHLING, Arno. *Estado, História, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aula 4

ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1878). In: Pereira & Santos. *Odisseias do conceito moderno de História*. Revista IEB. n. 50, 2010, p. 27-78.

ALENCASTRO, Joaquim Nabuco. Um estadista do Império. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico 1*. 5ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 113-131.

ALONSO, Ângela. *Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870*. In: RBCS, vol 15, nº 44, 2000, p. 35-55.

FALCON, Francisco J. C. Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.151-161.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a ciência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu. Capítulos de história colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico 1*. 5ª edição. São Paulo: Editora Senac. 2008, p. 171-189.

WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Eduff, 1994.

_____. *Estado, História, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aula 5

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Oliveira Viana. Instituições políticas brasileiras. MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 1: um banquete no trópico 1*. 5ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 293-314.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freire. Casa-grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 1: um banquete no trópico 1*. 5ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 215 - 234

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freire. Ordem e progresso. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC. 2002, p. 357 – 384.

BRANDÃO, Gildo M. Oliveira Viana. Populações meridionais do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2002, p. 299-326.

CARVALHO, José Murilo de. As duas cabeças de Oliveira Viana. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 155 -176.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICÚPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2008.

SALLUN Jr, Brasília. *Gilberto Freire. Sobrados e mucambos*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2002, p. 327 – 356.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *O século XX – volume II: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 109-164.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

Aula 6

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 9-22.

DECCA, Edgar Salvadori. Ensaio de cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 214-228.

NETO, José Miguel Arias. Sérgio Buarque de Holanda: a imagem do rei e a democracia. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 229-247.

NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, 411-418.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICÚPERO, Bernardo. Posfácio. In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 419-430. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, 411-418.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda. Visão do paraíso. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2002, p. 25-42.

Aula 7

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 9-22.

DECCA, Edgar Salvadori. Ensaio de cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 214-228.

GERTZ, René E. Raymundo Faoro. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 278-299.

MOTA, Carlos Guilherme. Intérpretes do Brasil: Antonio Cândido e Raymundo Faoro. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 267-277.

NETO, José Miguel Arias. Sérgio Buarque de Holanda: a imagem do rei e a democracia. In: AXT, Gunter; SCULER, Fernando Luis (org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004, p. 229-247.

NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p.411-418.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICÚPERO, Bernardo. Posfácio. In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 419-430. São Paulo: Cia das Letras, 2011, 411-418.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2002, p. 25-42.

ISBN 978-85-7648-912-2



9 788576 489122



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA